

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

**TEORIA E EXPLICAÇÃO NA FILOSOFIA DE
DAVID HUME: UMA ABORDAGEM
FALIBILISTA?**

Erickson Cristiano dos Santos

SÃO PAULO, 2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

**TEORIA E EXPLICAÇÃO NA FILOSOFIA DE
DAVID HUME: UMA ABORDAGEM
FALIBILISTA?**

Erickson Cristiano dos Santos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do Título de Doutor em Filosofia, sob a orientação do professor Dr. João Paulo Gomes Monteiro

SÃO PAULO, 2010

Aos amigos Sílvio e Rita.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos amigos Sílvio e Rita pela hospedagem e camaradagem. Este trabalho só foi possível por causa de ambos.

Fico imensamente grato pela orientação do Professor João Paulo.

Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida.

“Eu estudo! Sou apenas o sujeito do verbo estudar. Pensar, nem tento. Antes de pensar, é preciso estudar. Só os filósofos pensam antes de estudar.”
(Bachelard, *La Flamme d`une chandelle*)

SANTOS, E. C. Teoria e explicação na filosofia de David Hume: uma abordagem falibilista? 2010. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar uma interpretação da filosofia de Hume com ênfase na sua epistemologia. Após uma exposição sobre diversos tópicos que estão presentes na sua teoria do conhecimento, aborda-se o ceticismo moderado, mitigado, e as influências filosóficas sobre Hume. A construção do conceito de natureza humana deve-se, em parte, ao método que ele herdou da filosofia natural, uma influência decisiva na sua metodologia. Essa direção da pesquisa permite ler o ceticismo humeano aplicado ao conhecimento com uma preocupação menos dogmática do que, geralmente, se atribui a ele. Pode-se admitir, se houver uma compreensão clara dos conceitos de experiência, teoria, explicação e razão, uma possibilidade falibilista da epistemologia de Hume. Essa abordagem permite aproximar a teoria do conhecimento humeana do falibilismo de Peirce, em certa medida. Assim, ao apresentar o que é uma teoria em Hume, chega-se ao resultado de que ele fez uma teoria que não tão cética, mas deve ser aceita como a única e, portanto, a melhor teoria.

Palavras-chave: ceticismo, teoria, experiência, explicação, falibilismo, razão.

SANTOS, E. C. Theory and explanation in the philosophy of David Hume: an approach fallibility? Thesis (Doctoral). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ABSTRACT

This paper aims to present an interpretation of Hume's philosophy with its emphasis on epistemology. After a presentation on various topics that are present in his theory of knowledge, addresses the moderate skepticism, mitigated, and the philosophical influences on Hume. The construction of the concept of human nature is due, in part, he inherited the method of natural philosophy, a decisive influence on his methodology. This direction of research enables read Humean skepticism applied to knowledge with a concern less dogmatic than it usually is attributed to him. You can assume if there is a clear understanding of the concepts of experience, theory, explanation and reason, a possibility fallibility of Hume's epistemology. This approach allows us to approach the Humean theory of knowledge of Peirce's fallibilism to some extent. Thus, in presenting what is a theory in Hume, one arrives at the result that a theory that he did not so skeptical, but must be accepted as the only and therefore a better theory.

Key words: skepticism, theory, experiment, explanation, fallibilism, reason.

ABREVIACES

Tratado — *A Treatise of Human Nature*, (edição de 2000, de D. F. Norton e M. J. Norton).

Investigação — *An Enquiry Concerning human Understanding*, (edição de 1999, de T. L. Beauchamp)

SUMÁRIO

Introdução	2
1 — A Dúvida e a Falibilidade	34
2 — O Ceticismo Mitigado.....	40
3 — Alguns Aspectos da Filosofia de Hume	49
4 — As Influências Sobre o Método de Hume.....	68
5 — A Arquitetura Empírica da Teoria Humeana.....	80
6 — A Explicação na Filosofia Hume	94
7 — A Teoria Humeana	139
8 — A Teoria Causal é a Melhor Teoria?.....	146
9 — As Regras Do <i>Tratado</i>	154
10 — A Razão e a Racionalidade Humeanas	168
11 — A Razão Humeana.....	177
Conclusão	200
Bibliografia	205

INTRODUÇÃO

A filosofia de David Hume tem aspectos distintos que podem fundamentar muitas áreas do conhecimento. Epistemologia, ética, política, estética e crítica literária são alguns exemplos de disciplinas que podem ser investigadas à luz do pensamento de Hume. As possibilidades de interpretação são várias, dado a riqueza de doutrinas que ele proporciona para sua filosofia. Ele fez uma filosofia bastante ampla, que contemplou a busca pelo saber de modo a seguir perspectivas e aspirações de um pensamento reflexivo, autocrítico e aberto ao diálogo com outras idéias de seu tempo, o período do Iluminismo.

Essa perspectiva de abertura ao debate nota-se de modo diferente, muitas vezes por culpa do próprio Hume, que em algumas ocasiões expõe sua filosofia de maneira muito complexa, de difícil leitura, com afirmações absolutas, supostamente verdadeiras, conclusões dogmáticas etc. Algo que ocorre mais regularmente na interpretação do *Tratado da Natureza*

Humana, publicado em 1739. Mas como se observará, no decorrer desse trabalho, essa postura sofre uma guinada na filosofia de Hume após a publicação de sua *Investigação sobre o Entendimento Humano*, publicado em 1748.

O que se observa é que, de modo geral, sua filosofia, quando avaliada no conjunto de suas obras, tem uma característica de modéstia no que se refere aos resultados alcançados. Algo distinto do discurso presente no *Tratado*, sua obra mais juvenil. A ênfase da filosofia de Hume é o homem, um ser considerado em constantes mudanças diante da complexidade do mundo que ele viveu. Diante disso, ele buscou um aspecto prático que envolveu as grandes questões da filosofia de um modo unificador, que o faz possuidor de um estilo inovador. Ele apresentou um novo conceito: o hábito. E exibiu um problema central para a filosofia: a natureza humana. Utilizando-se desse conceito e problemática bem definidos, sua epistemologia foi construída.

Os assuntos expostos na empresa humeana são uma tentativa de responder aos anseios das mudanças que ele presenciou. Fez sua filosofia de modo brilhante, pois as questões que compõem sua

preocupação continuam na história do pensamento humano. Hume não é um filósofo que continua algo de seus antecessores, pois nele encontra-se uma ruptura com a filosofia racionalista cartesiana. Ele é um filósofo da novidade, visto que trabalhou com uma perspectiva de pensamento que unificou e esclareceu muito do que as filosofias anteriores fizeram. Será possível observar essa qualidade na filosofia de Hume no capítulo sobre “As influências de Hume”.

Se há como unificar a compreensão do pensamento humeano, e essa é uma tarefa possível de diversas maneiras, deve-se compor com aspectos positivos e, muitas vezes tão angustiantes que mesmo Hume admitiu. Fazem parte dessa angústia questões que Hume encontrou respostas pertinentes, ao considerar a presença do homem como tema central para sua “ciência moral”. De modo claro, utilizou-se desse conceito para ampliar os horizontes do pensamento humano. O que fica claro ao se deparar com a filosofia de Hume é que o problema que ele tratou, a natureza humana, foi explorado exaustivamente por várias frentes que ele pôde abarcar. Todas as temáticas têm origem na “ciência da natureza humana”. É quase possível dizer que ao seu

modo ele esgotou as variadas formas de se explorar um problema, de modo que sua filosofia oferece lições esclarecedoras de como se deve seguir um tema filosófico. A partir de Hume a filosofia tem esse novo tema, que é o homem, como central e, a solução dos problemas filosóficos também deve surgir dele.

Um tema que, no modo de Hume compreendê-lo apresenta um tipo de entendimento ímpar sobre como se pode conceber o mundo e a mente. Para esses dois conceitos complexos, o mundo e a mente, sua proposta também é unificadora. Há um “universo” humeano que não privilegiou o mundo em detrimento do conhecimento da mente humana, mas fez sua filosofia ficar atenta ao que se pode conceber nos dias de hoje como inclusiva, pois implica na naturalização do homem.

Hume, de forma notável, unifica a concepção de *Natureza*. Sua concepção integra a preocupação de fazer uma ciência da natureza humana com rigor e “cores mais agradáveis”, como ele disse na *Investigação* (1.1). Ele tem aliado ao seu estilo uma forma clara de fazer filosofia. Para a questão: “para quê fazer filosofia”, ele chegou a um resultado prático diante das extraordinárias mudanças que presenciou, e

na tentativa de acompanhá-las, estimulou seus leitores a inovarem a forma de pensar sobre problemas e soluções que a filosofia, como disciplina acadêmica, pode apresentar. Mas também pôde indicar quão instigante é o debate filosófico, acompanhado de boa reflexão. A filosofia tem a virtude de despertar o homem da ignorância. Inegavelmente essa foi uma pretensão humeana, constantemente aliada ao espírito de busca para esclarecer a natureza humana.

“Para quem se faz filosofia?” é outra questão que se pode considerar presente na obra humeana. A resposta é que ele supôs um público que poderia dialogar com as alterações da sociedade de seu tempo, um público mais culto, sem a erudição dos acadêmicos como pré-requisito. Direcionou sua filosofia para esse leitor que poderia acompanhar seus raciocínios e se serviria do pensamento humeano para seguir a máxima que Hume propôs: “Sê um filósofo; mas, em meio a toda a tua filosofia, não deixes de ser um homem”, *Investigação* (1.6.). Esse filósofo preocupado com a vida, com o cotidiano, e imerso numa busca séria pela correção dos raciocínios era o público alvo que Hume pretendeu nos seus livros e ensaios.

E há uma terceira questão que ele se propôs a responder de modo indireto no seu trabalho. “Quem faz filosofia?”, pergunta que se distingue da primeira porque relaciona os homens das letras e os eruditos, e todos aqueles com o desejo de atuarem no cenário de mudanças que, como Hume, experimentavam o aparecimento de uma nova ciência física, inspirada em Newton, principalmente. As discussões sobre ciências tinham o frescor do nascimento do método científico mais apurado, rigoroso e decantado pelos anos que se seguiram do processo de industrialização florescente. Aqui merece atenção o fato de que os nomes que estavam, de fato, imersos na prática científica — como hoje se costuma nomear — tiveram em Hume uma clara influência, como Boyle e Newton.

Enfim, dissertar sobre a filosofia de Hume implica em encontrar facilidades e algumas dificuldades. É relativamente fácil encontrar temas para serem debatidos à luz da sua filosofia, se for aceita a observação de Selby-Bigge na introdução da consagrada edição da *Investigação* (p. vii), de que no *Tratado*, por exemplo, Hume apresenta inúmeros conteúdos e temas distintos; que parece ser fácil encontrar na filosofia de Hume todas as filosofias.

De fato, diversos temas que foram abordados por ele merecem atenção até os dias de hoje, como é o conhecido “problema da indução”, atribuído a ele por causa de uma imprecisão na interpretação da sua teoria causal. Por outro lado, é bastante difícil acompanhar a diversidade dos argumentos centrados na sua filosofia causal, que abrange temas variados. Todavia a melhor saída, se não a única, é ir ao centro da sua filosofia, ou seja, destrinçar o conceito de causação.

Esse tema é o centro do pensamento humeano. Da exposição sobre causação que Hume fez se retira a base da sua epistemologia. E disso segue-se para uma teoria do conhecimento que não se apresenta como uma tendência, uma doutrina ou movimento filosófico. O que Hume descobriu ou inventou, se esse for o uso mais adequado, foi a natureza do entendimento causal fundamentado no conceito de hábito. Uma vez entendido esse princípio, os problemas seguem o fio condutor dos raciocínios causais, como ele mostra claramente. A questão da associação, que Hume declarou no *Abstract* como sua grande descoberta não é o que há de mais importante na sua filosofia. Trata-se, nesse caso, de uma má interpretação do

conceito de associação como os intérpretes de Hume compreenderam este conceito no *Tratado*. Em parte devido ao próprio Hume, como assinalou Monteiro (2003, p. 16)

Assim, para abordar a epistemologia humeana foi feita uma construção peculiar dos temas que se supõem de maior relevância para a compreensão de sua filosofia. Inicialmente deve-se destacar a proposta central deste trabalho que, tem a iniciativa de interpretar o ceticismo humeano por uma nova perspectiva. Se Hume foi e ainda é tido como um cético, a interpretação aqui assumida irá utilizar parte dessa característica da filosofia para promover algo que parece indicar de maior acordo com o ceticismo mitigado assumido por ele.

Se no *Tratado* (1.4) Hume estende mais amplamente o discurso cético, na *Investigação* essa posição é tomada com mais cautela. A mudança se trata muito mais de estilo, que de força na argumentação. Isso não quer dizer que Hume muda a sua filosofia, mas pode-se constatar que a exposição toma uma iniciativa mais conciliadora no discurso da *Investigação* e em obras posteriores, como nos *Diálogos*. Um argumento que se presta ao entendimento

dessa gradação discursiva está em meio ao estilo literário que Hume procurou para se estabelecer como “homem das letras”, mas não se deve fazer dessa busca pelo gosto de Hume o único incentivo para tal interpretação.

Hume toma para si uma mudança que apresenta a necessidade de modificar seu tom discursivo, insere-se mais adequadamente no espírito científico que ele mesmo exaltava desde o *Tratado*. Segue-se que ele não abandona o espírito de construtor de uma nova ciência moral, inspirada nas ciências naturais de Newton e Boyle, além de preservar o gosto pelo rigor em conformidade com a intenção de atrair o leitor culto e disposto ao debate aberto. É preciso ressaltar que o interesse de Hume pela ciência não é uma interpretação exclusiva do *Tratado*.

A obra filosófica de David Hume tem um papel importante na história da filosofia quando se busca entender o desenvolvimento das epistemologias modernas. Mas, além do entendimento da contribuição de Hume, é preciso compreender seus fundamentos, visto que a sua epistemologia é sempre atual. Foi uma doutrina filosófica que teve seu progresso marcado no

contexto histórico do desenvolvimento científico do século XVII. Tornou-se uma contribuição relevante para a defesa das epistemologias que valorizavam a fundamentação empírica do conhecimento, em detrimento do racionalismo.

A filosofia de David Hume apresenta muitas faces, mas não fases. Isso possibilita uma coesão que facilita a interpretação do seu trabalho. A união dos vários aspectos da filosofia humeana tem ênfase no raciocínio causal, conceito chave para a interpretação da sua teoria com conhecimento que, por sua vez fundamenta a estrutura do pensamento como um sistema complexo em cada uma das suas partes; moral, paixões, religião, política e estética, como já citados.

A proposta humeana era de erigir:

“Um sistema completo das ciências, assente num fundamento quase inteiramente novo e que é o único sobre o qual elas podem estabelecer-se com alguma segurança.” Tratado (introdução, §6)¹.

¹ “In pretending therefore to explain the principles of human nature, we in effect propose a compleat system of the sciences, built on a foundation almost entirely new, and the only one upon which they can stand with any security”.

A razão para esse projeto unificador encontra-se claramente explicada devido ao panorama da história da filosofia moderna. Os sistemas de filosofia tinham, geralmente, de fornecer uma explicação teórica que abrigasse todo o conhecimento humano.

Uma observação merece ser examinada no início desse trabalho: o caminho aberto de Francis Bacon (1561 – 1626) a David Hume, ao se considerar apenas a filosofia insular. Essa nova trilha investigativa que o Chanceler inglês abriu tinha como a “postulação de que ‘conhecimento é poder’ e sua formulação da idéia de que o homem deva possuir e dominar a natureza são amplamente reconhecidas como justificativas básicas da guinada operativa da ciência moderna”, o que resultou em uma nova ciência experimental, segundo Oliveira (2010, p. 16)².

² Laudan (2000, p. 44) faz uma análise justa em relação ao conceito de metodologia para o século que Hume viveu. “Comparando com os dois séculos entre os quais está situado, o século 18 permanece como uma linha divisória na história da metodologia. Embora enriquecido de um bom número de filósofos de primeira ordem, o Iluminismo não conseguiu produzir uma só obra reconhecida como um clássico do método científico. Apesar disso, seria um erro grave concluir que o século 18 não oferece nenhum interesse do ponto de vista metodológico. Na verdade, pretendo defender a idéia de que algumas obras desse período são extremamente importantes, não tendo sido reconhecidas como os clássicos que efetivamente são em grande parte porque os historiadores do método raramente estudaram com cuidado o século 18”.

Do outro lado, no continente, os caminhos da filosofia eram influenciados de outro modo, de acordo com Monteiro (2009, p. 16).

“Descartes e seus seguidores procuravam impor à opinião filosófica europeia a imagem de uma razão humana autônoma e soberana, capaz de construir a ciência com base em seu próprio poder, garantido pela perfeição e benevolência de um Deus que não podia ter deixado de oferecer aos homens uma capacidade de conhecer também perfeita. Esse sonho cartesiano é desfeito pela crítica de Hume.”

Assim, a dicotomia intitulada “empirismo x razão” pode ser apresentada também na filosofia humeana, visto que foi criada em meio aos debates presentes na Europa do século XVII em diante. Todavia a filosofia de Hume não deve ser selada como uma doutrina empirista ou racionalista. Como já foi dito, as várias faces do projeto humeano podem ser acolhidas com facilidade e peculiaridade que são características, pois trata-se de um autor sem períodos ou fases distintas. A face preocupante na sua filosofia traz a complexidade do seu texto; uma dificuldade

extra adicionada por Hume ao negar o *Tratado*, obra monumental, como parte de sua filosofia³.

Hume é aceito como um dos filósofos mais importantes para a filosofia da ciência no século XX. E após a Primeira Guerra Mundial veio a ser considerado o mais importante filósofo de língua inglesa, segundo Rosenberg (1995, p. 64). A importância dele para a filosofia da ciência pode ser medida segundo a influência de seu pensamento sugerida pelo *Círculo de Viena*. O débito desses filósofos com Hume pode ser avaliado no manifesto de 1929, *A Concepção Científica do Mundo*, assinado por Hans Hahn, Otto Neurath, Rudolf Carnap (1986, p. 08), onde o filósofo escocês é explicitamente citado como fonte de inspiração pelo seu positivismo, empirismo e aversão metafísica.

Notadamente de posição antimetafísica, a escola que se formou em torno da discussão de quais eram os critérios para uma teoria ser aceita como científica inspirou-se na passagem do final da primeira *Investigação* (12.34):

³ Cummins (1973, p. 379) supõe que Hume não repudiou as doutrinas do *Tratado*, as quais são omitidas na *Investigação*.

“Quando percorremos as bibliotecas, persuadidos destes princípios, o que deveremos destruir? Se tomarmos nas mãos um volume qualquer, de teologia ou metafísica das escolas, por exemplo, perguntemo-nos apenas: Encerra ele qualquer raciocínio abstracto a respeito da quantidade ou de número? Não. Encerra qualquer raciocínio experimental a respeito de questões de facto e existência? Não. Lancemo-lo pois às chamas, porque não pode conter mais do que sofismas e ilusões.”⁴

Mas, como lembra Monteiro (2009, p.131):
“Não é correto supor, como fazem os positivistas, que Hume rejeitou a metafísica; rejeitou apenas a metafísica das escolas, a metafísica teológica e as que segundo ele padeciam das mesmas deficiências”.
 Os fundamentos da teoria do conhecimento humeano apresentaram um delineamento filosófico que possibilitou investigar as noções de teoria e

⁴ “When we run over libraries, persuaded of these principles, what havoc must we make? If we take in our hand any volume; of divinity or school metaphysics, for instance; let us ask, *Does it contain any abstract reasoning concerning quantity or number?* No. *Does it contain any experimental reasoning concerning matter of fact and existence?* No. Commit it then to the flames: For it can contain nothing but sophistry and illusion”.

experimento, ambas de grande importância para o conhecimento humano. No caso do pensamento humano, conclui-se que a filosofia de Hume tem, de fato, contribuído para a discussão desses dois aspectos seminais, o teórico e o experimental, contemplados continuamente no seu sistema filosófico.

Por um lado, há a noção de experiência, utilizada por filósofos antecessores, principalmente os empiristas britânicos, de que ele sabidamente aproveitou-se.

“A ciência do homem é o único fundamento sólido para as outras ciências, assim também o único fundamento sólido que podemos dar à ciência do homem deve assentar na experiência e na observação.” *Tratado* (introdução, §7)⁵.

Por outro lado, houve a novidade na apresentação da natureza humana como a solução teórica para justificar a aquisição do conhecimento humano⁶. Observa-se, então, que os conceitos de teoria e experiência são os dois aspectos envolvidos na

⁵ “The science of man is the only solid foundation for the other sciences, so the only solid foundation we can give to this science itself must be laid on experience and observation.”

⁶ É importante lembrar que anteriormente Thomas Hobbes havia explorado o tema da natureza humana na obra *A Natureza Humana* (1640).

inovação que Hume pretendeu para a ciência da natureza humana.

“A questão do empirismo de Hume é de análise complexa, na medida em que, por um lado, o termo nunca foi usado pelo autor ou pelos seus contemporâneos, mas, por outro lado, há um sentido deste termo que pode, sem equívocos, ser aplicado ao nosso filósofo. Este sentido envolve uma distinção de grau: Hume é empirista na medida em que a sua atitude epistemológica predominante é a exigência, na construção do conhecimento, de um sistemático recurso à experiência”

Como observou Monteiro (2002, p. 12).

No que se refere à teoria *“a filosofia humeana é, nitidamente, empírico-teórica, ou hipotético-dedutiva, não uma filosofia tipicamente empirista”*, Monteiro (idem). Livingston, em *Philosophical Melancholy and Delirium* (1998, p. 03) chama atenção dos leitores da filosofia moderna no início de seu livro para a *“obsessão pela*

epistemologia” naquele período. Na opinião dele “Uma filosofia deve ser mais do que sua epistemologia”⁷.

A filosofia de Hume não é toda feita de empirismo. Há a presença de um componente teórico de vital importância, a noção de hábito, conceito que vai além do modo como era concebido e ainda hoje é usado, inclusive pelos eruditos: Hume utilizou-o com um sentido teórico⁸. O aspecto da sua teoria deverá ser discutido com a perspectiva de esclarecer esse conceito: a teoria e suas faces presentes na epistemologia humeana. Fará parte dessa discussão o entendimento da causação por meio de princípios, regras e definições. Foram formulações como essas que permitiram a Hume chegar às suas conclusões e extrair um poder explicativo inerente ao domínio causal dos fenômenos presentes nas *questões de fato*.

O uso desses recursos filosóficos para regular os raciocínios aparece constantemente no pensamento humeano e o propósito dessa metodologia precisa ser

⁷ “But a philosophy must be more than its epistemology”.

⁸ “Tal princípio [*o hábito*], na filosofia humeana, é um princípio teórico, ao qual nunca se poderia chegar empiricamente”. E continua: “O hábito é um princípio teórico e um motivo oculto, embora se deixe entrever, por sua natureza, na experiência comum — sobretudo depois de conhecermos a epistemologia humeana”, Monteiro (2009, p. 11).

mais bem entendido, dentro do espírito do empirismo⁹ do qual Hume fez parte na filosofia britânica. Com esse compromisso metodológico ele estabeleceu, de modo mais evidente no *Tratado*, o significado de uma racionalidade fundamentada na experiência, como algo proporcional à “reta razão” de Hobbes ou aos “princípios matemáticos” de Newton, racionalistas que valorizaram o destaque que a matemática teve para a filosofia natural.

A razão na obra humeana tomou outro significado, diferente do conceito científico do seu período, pois se sabe que Hume teve a pretensão de fundamentar novos valores, critérios e princípios mais gerais das “ciências morais” ou “ciência do homem”, como usualmente se expressou a respeito da filosofia. O caminho por que a razão foi conduzida, na obra de

⁹ O empirismo “sustenta que o conhecimento se baseia e se adquire através do que se apreende pelos sentidos. Admite-se, além dos sentidos “externos” (visão, audição, tato, olfato e paladar) a participação de um sentido “interno” (introspecção), que nos informa acerca de nossos sentimentos, estados de consciência e memória.”, Chibeni (1997, p. 10). No caso de Hume o termo empirismo tem limitações no seu uso, como indicou Monteiro (2009, p, 7): “a filosofia de Hume e seu discurso sobre ela, bem como sobre o saber em geral, revestem-se fortemente de um caráter *teórico*: a “ciência da natureza humana” está longe de ser propriamente “empirista”, porque constrói hipóteses ou conjecturas que vão muito além do conhecimento empírico, propondo causas e princípios inobserváveis, como explicações dos diversos fenômenos da vida humana”.

Hume, não a deixou com menos importância. Em toda a argumentação que construiu, ele fez questão de assumir que procurava uma inovação para o significado da “razão”, que o motivou a trilhar sua filosofia paralelamente às ciências naturais.

A estrutura do pensamento que Hume propôs tem a motivação de convidar o leitor a conferir, sempre com experimentos que ele supõe serem feitos mentalmente (eis um sentido de experimento em Hume), se os seus argumentos são ou não racionais nos parâmetros apresentados pela sua filosofia. Ele também esperava que o público que teve como alvo, pessoas bem informadas e eruditos, podia entender sua obra como um esclarecimento filosófico à frente de seu tempo. Ainda que anteriormente “Lord Bacon e alguns filósofos recentes da *Inglaterra*”¹⁰ se esforçassem, faltou-lhes o refinamento “experimental” e a ousadia “teórica” que Hume ofereceu com a publicação do *Tratado da Natureza Humana*.

Esses são dois conceitos fundamentais a serem discutidos no decorrer desse texto: o empirismo humeano, com o sentido empírico de Hume e dos

¹⁰ “Lord Bacon and some late philosophers”, *Tratado* (Introdução, § 7, p. 5).

filósofos de seu tempo e com as suas influências filosóficas e a sua noção de teoria, elaborada com uma arquitetura própria do entendimento dado pelo estilo que ele ofereceu. Seu estilo reuniu o rigor (análogo ao das ciências) e a inovação (o conceito de hábito ou costume) na apresentação de sua teoria causal.

A filosofia de Hume pode ser mais bem entendida em grande parte devido à concordância que existe com os sentidos admitidos por ele para os termos “experiência” e “observação”, conjugados ao aspecto teórico predominante na construção da sua filosofia. Segundo Monteiro (2003, p. 9), Hume foi um teórico da filosofia, bem menos empirista do que a literatura o nomeou. De fato, a questão do empirismo em Hume é um tema delicado e será mais amplamente discutida.

Deve-se discutir também, de modo tão importante quanto seu empirismo e sua teoria, a racionalidade presente em ambos esses conceitos. É preciso considerar que a razão humeana foi sustentada, em toda sua obra, pelo conceito de causação, que ele defendeu na parte I do *Tratado* e na primeira *Investigação*, como a parte mais sólida de todo o seu

pensamento. Apresentou uma estrutura de racionalidade que não havia sido exposta anteriormente. Nesse sentido, a sua filosofia foi aceita com a novidade das inferências sobre os raciocínios causais, segundo Monteiro (2009, p. 36): “A filosofia de Hume é, sem dúvida, descoberta de novas causas. Estas são os princípios fundamentais da natureza humana, revelados ao mundo por essa filosofia”. Por isso, não se deve pensar na filosofia de Hume como caracterizada por uma irracionalidade¹¹ subjetiva, repleta de posições extremas de um pensador que desferiu um duro golpe, não na razão de modo geral, mas sim na razão cartesiana.

Todo o projeto humeano tem claramente delineado a defesa da razão causal, muitas vezes mal entendida devido à passagem do *Tratado* (2.3.3.4): “A razão é, e deve ser apenas escrava das paixões; não pode aspirar a outro papel senão o de servi-las e

¹¹ A filosofia de Hume não merece qualquer ataque que possa nomeá-la de irracionalismo. “O pensamento irracionalista se desenvolveu como reação ao endeusamento da razão levada a cabo por certas filosofias. Os irracionalistas entenderam que essa razão que se idolatrava era ficticiamente abstrata, instrumental e distante da complexidade da vida”, segundo Marcos e Ezcurra (2000, p. 09).

obedecer-lhes”¹². Mas essa razão a qual ele se refere é a razão dos objetos que pertencem às *relações de idéias*, que não possuem qualquer estatuto causal e, portanto, essa razão submissa não se aplica às *questões de fato*. Foi a interpretação de Kemp Smith a principal responsável por tal comprometimento da noção de razão em Hume. Ele, Kemp Smith, afirmou na obra *The Philosophy of Hume* (1964, p. 154) que “O princípio de Hume da subordinação da razão às paixões percorre toda sua filosofia”¹³.

Como parte da sua estratégia para atingir seus objetivos e ultrapassar outros pensadores, utilizou-se do ceticismo. Não na forma cética radical, mas de um modo moderado na aplicação da dúvida, sem a suspensão do juízo. Esse é o ponto que pode ser apresentado como mais importante e deve ser explorado neste trabalho.

Ao se inserir o ceticismo de Hume em uma proposta mais moderada — mitigada, como ele assumiu

¹² “Reason is, and ought to be the slave of the passions, and can never pretend to any other office than to serve and obey them.”

¹³ “Hume’s principle of the subordination of reason to the passions thus runs through his whole philosophy”. Essa interpretação encontrou eco na introdução do *Tratado* de Hume por Duque (1998, p. 561, nota 98), por exemplo.

na primeira *Investigação* — supõe-se a possibilidade de avaliar sua epistemologia com um aspecto falibilista também, que, no sentido de Hume, não pode ser concebido de modo tão amplo quanto em Peirce, Popper e outros autores, mas há algum conteúdo falível do conhecimento que as ciências, morais e naturais, podem apresentar. Com esta proposta de investigação, pode-se obter um resultado atual para a epistemologia de Hume sem a consideração do ceticismo radical que foi explorado na sua obra. Supõe-se que não há, na filosofia de Hume, qualquer indício de *epokhé* (suspensão do juízo), um elemento central para a aplicação do conceito de ceticismo a uma filosofia¹⁴, o que deve ser considerado como precedente para uma investigação acerca do falibilismo.

De modo sucinto, este trabalho tem como objetivo a apresentação da epistemologia de Hume e pode levar a uma aproximação com o falibilismo de Peirce para a fundamentação do conhecimento humano. Pode-se avaliar a proximidade entre o ceticismo mitigado humeano e o falibilismo de Peirce, guardando algumas proporções para essa tarefa. Trata-se de

¹⁴ Certamente que este não é o único critério. Não há também *ataraxia e eqüipolência*.

avaliar apenas o nível de teoria que ambos forneceram com base na aplicação da dúvida¹⁵. Mais precisamente, há uma tentativa de enfatizar a importância desses autores para a filosofia da ciência. Desse modo, procura-se mostrar, fundamentalmente, a contribuição de seus trabalhos por uma análise das suas teorias do conhecimento.

Trata-se de reunir alguns pontos em comum entre ambos e considerar possíveis desencontros teóricos que, de modo não fortuito, convergiram em epistemologias aproximadas em determinados aspectos. Percebe-se que há semelhanças quanto à natureza das afirmações filosóficas de ambos os filósofos, principalmente no assunto relativo à validade do conhecimento que se propõe pertencer às ciências.

No entanto, busca-se enfatizar um ponto comum relativo às suas teorias, ao introduzir uma leitura comparada das principais obras de Hume e algumas de Peirce que dizem respeito à teoria do conhecimento, a que se deve adicionar a ênfase de alguns comentadores que supõem uma leitura

¹⁵ É preciso deixar claro que não se trata de avaliar a filosofia de Peirce, pois se deve admitir que essa tarefa seria de uma enorme pretensão que foge ao escopo desse trabalho. Para esclarecer melhor, o ceticismo mitigado cumpre a função teórica em Hume tal como o falibilismo em Peirce.

aproximada entre ambos. Fogelin (1983, p. 397) foi, provavelmente, o primeiro intérprete a fazer a aproximação entre o ceticismo mitigado de Hume e o falibilismo. Para ele “o cético mitigado é um falibilista e um probabilista”¹⁶.

Inicialmente, é preciso assinalar que o principal encontro entre a teoria humeana e a peirceana reside na possibilidade de analisar a natureza das afirmações sobre o conhecimento como falível, como citado anteriormente — o principal pano de fundo para este trabalho. Musgrave (1993, p.274) diz:

“Eu quero argumentar e discutir uma terceira¹⁷ solução positiva para o nosso problema. Ela incorpora uma ampla dose de ceticismo. Também incorpora uma solução positiva, com os ingredientes racionalista e empirista. Às vezes, ela é chamada de ‘ceticismo mitigado’, às vezes de ‘racionalismo crítico’¹⁸ (nós

¹⁶ “The mitigated skeptic is a fallibilist and a probabilist”, Fogelin (1983, p. 409).

¹⁷ Após examinar o criticismo cético do empirismo e do racionalismo, Musgrave apresentou a terceira solução, conforme como analisada acima.

¹⁸ O racionalismo crítico de Popper também pode ser reconhecido na sua tese falibista como apresentada por ele: “somos, no máximo, investigadores e de qualquer modo falíveis. Não há garantia contra o erro”, Popper (1975, p.49).

poderíamos também chamá-la de 'empirismo crítico'), 'realismo falibilista', ou, resumindo, 'falibilismo'. Eu prefiro o último nome, porque ele é mais curto."¹⁹ (tradução minha)

Devido às idiossincrasias das teorias de Hume e Peirce, a aquisição e posterior construção do conhecimento requerem uma perspicácia da mente investigativa, amparada por um intelecto arguto, audaz e fino, que deve lançar-se na busca da verdade sempre com críticas, acompanhada por critérios empíricos.

Isto significa que ela não se deve perder em devaneios metafísicos excessivos, ou qualquer outro tipo de armadilha da razão. Um homem culto, possuidor de bom senso, na opinião de Hume, por exemplo, não se deixa levar pelos extremos da razão ou emoção, ainda que tenha os raciocínios mais certos, menos duvidosos, embora sejam falíveis. É

¹⁹ "I now want to set forth and discuss a third positive solution to our problem. It incorporates a large dose of scepticism. It also, being a positive solution, incorporates ingredients from both rationalism and empiricism. It is sometimes called 'mitigated scepticism', sometimes 'critical rationalism' (we could equally well have 'critical empiricism'), sometimes 'fallibilist realism', or for short 'fallibilism'. I shall usually prefer the last name, because it is the shortest."

possível observar um aspecto semelhante na perspectiva de Peirce.

Outro ponto comum entre esses autores diz respeito ao procedimento metodológico. Ambos utilizaram em seus respectivos sistemas filosóficos a validade das ciências naturais para fundamentar a natureza do conhecimento humano. Para Hume, o arcabouço teórico necessário era a consideração da natureza humana como parte essencial da resposta para a fundamentação do conhecimento; Peirce também afirmou que, no esteio do intelecto humano reside a chave para se buscar certezas ou verdades. Assim, a aproximação metodológica entre os dois pensadores permite procurar o espírito científico inquiridor comum a uma investigação científica, como um instrumento para confirmar seus resultados filosóficos. Peirce voltou-se mais para a análise das ciências do que Hume, por isso a epistemologia peirceana pode ser mais prontamente analisada dentro dos aspectos metodológicos de uma pesquisa científica. No caso de Hume, a sua metodologia era ligada à teoria da natureza humana; não era de aplicação científica diretamente, porém inspirada nas ciências naturais.

Todavia, há desencontros a serem apontados nessa jornada epistemológica. Inicialmente, deve-se fazer uma referência histórica, ou melhor, reconhecer que existe uma diferença temporal na proposta do trabalho aqui apresentado se forem investigadas as epistemologias desses dois autores. Além de serem pensadores empenhados em resolver problemas filosóficos em suas respectivas épocas, debruçarem-se sobre os mesmos assuntos, tiveram motivações diferentes. Porém, não se trata de buscar perspectivas psicológicas ou historiográficas. É preciso lembrar que o núcleo da análise volta-se para aquilo que se pode aceitar como aproximação, ou encontro, entre estes dois autores, no que diz respeito ao limite do conhecimento e sua falibilidade.

Mas há outro desencontro sutil a ser apontado. Merece atenção o fato de a filosofia “moral” de Hume buscar o grau de confiabilidade equivalente ao da filosofia da natureza de Newton. Este paralelo foi estabelecido na introdução do *Tratado*. Peirce apoiou sua teoria da investigação filosófica nas ciências naturais como um pesquisador reconhecido, o que Hume não foi. Ou seja, as bases científicas forneceram, nos dois casos, sustentação

necessária para validar as respectivas teorias: a de Hume, porque era análoga à mecânica de Newton, e a de Peirce, porque sua preocupação com as ciências naturais, inicialmente, era devida à sua carreira acadêmica de cientista.

Novamente é preciso ressaltar que não se trata de reduzir um autor ao outro ou de assinalar Hume como predecessor de Peirce, ou este como sucessor do filósofo escocês. Esta investigação deve apresentar o ceticismo mitigado humeano e o falibilismo peirceano como próximos, à medida que ambas as teorias se afastam do dogmatismo e se aproximam de uma moderação epistêmica. O sujeito cognitivo idealizado por ambos deveria ser capaz de utilizar-se dessas virtudes, necessárias para validar a afirmação, comum a ambos, de que toda teoria é falível.

Os dois escreveram para leitores que eram ou não filósofos; um público culto de modo geral. Esperavam que esse público não assumisse uma posição radical e fosse capaz de seguir o fio condutor de um pensamento mais apurado, nas investigações epistêmicas. Isso aconteceria com o uso de bons raciocínios, obtidos pela capacidade inferencial de que os seres

humanos são dotados²⁰. Notadamente, a razão deveria ser, nesse caso, guiada pelo uso do bom senso²¹ diante das experiências, que se torna o critério decisivo mais razoável para a escolha do melhor caminho das crenças.

Para finalizar, é preciso lembrar que aproximar Hume e Peirce significa deslocar um pouco mais uma teoria em relação à outra. Evidentemente, não há como inserir todos os requisitos de uma para que possam satisfazer a outra, como será visto mais adiante. Há apenas uma região fronteiriça entre ambas no que diz respeito à validade das respectivas teorias do conhecimento a serem explicadas e aceitas. Esta é a principal razão deste trabalho.

Portanto, o foco será avaliar cada uma das estruturas: a teoria cética mitigada de Hume e, um pouco menos, a falibilista de Peirce. Ao analisá-las como epistemologias aproximadas, verifica-se que,

²⁰ Essa capacidade é inata para Hume e Peirce. Para Hume a capacidade de inferir causalmente não era bem explicada pela razão dedutiva. O costume ou hábito “foi concebido por ele como uma disposição humana caracterizada pela sensibilidade à repetição”, Monteiro (2003, p. 41). Em Peirce, o hábito também tem essa conotação: “Os hábitos precedem a ação e não vice-versa”, Santaella (2004, p. 246).

²¹ “O homem sagaz, portanto, proporciona a sua crença à evidência”, *Investigação* (10.4).

embora existam diferenças no método de ambas para buscar a verdade, há uma preocupação comum e fundamental com o valor explicativo da estrutura epistêmica de cada uma. Propõe-se uma leitura delas com um sentido de verdade, devido à estrutura metodológica que apresentam.

A perspectiva moderada dessas duas filosofias as une na medida em que são utilizadas como fundação das ciências morais e naturais.

O aspecto científico dos fundamentos deverá ser mais amplamente explorado, visto que serão observadas as possibilidades do poder explicativo e preditivo incorporado a cada uma das teorias apresentadas. Dentro dessa perspectiva científica analisam-se os indícios mais fortes da possibilidade de cada teoria mostrar sua fertilidade teórica na solução dos problemas que se propôs resolver. Combinando-se ambas as teorias, obtém-se uma qualidade epistemológica relevante para avançar criticamente sobre diversos temas da filosofia contemporânea, como o realismo, o determinismo, a causalidade, a validade dos raciocínios etc.

A proposta de unir essas duas teorias do conhecimento fortalece o caráter científico da filosofia

de Peirce e, principalmente, da de Hume. Este último apresentou uma filosofia que pode ser analisada como pano de fundo para a avaliação da validade da argumentação científica tanto quanto a de Peirce, mas menos usual segundo os critérios da filosofia desenvolvida até seu tempo. Ao se destacar as diferenças epistemológicas de ambos, será possível aproximá-los naquilo que é conveniente para este trabalho: a falibilidade do conhecimento.

1 — A DÚVIDA E A FALIBILIDADE

A aplicação da dúvida como método de investigação consiste em questionar o oponente em sentido estritamente racional. Ou seja, faz-se uso da linguagem para construir formas de raciocínio que podem impor uma postura de desconfiança sobre a validade do tema discutido. Não se trata de enganar ou iludir o adversário, mas de investigar minuciosamente.

Em vez de encontrar posições dogmáticas e afirmações declaradas como verdadeiras, uma posição mais fixa não deve ser o objetivo alcançado. Instaure-se o cenário para debater a validade da argumentação, quando a incerteza estabelecida pela dúvida, que implica, segundo o método cético, estabelecer o direito de aplicar um tipo de raciocínio que deve merecer alguma suspeita quanto ao seu estatuto de validade e veracidade. Contudo, é certo que o ceticismo é reflexivo, pois uma crítica pode voltar-se para si mesma ou para todo tipo de afirmação fixa e estática.

Historicamente, a posição filosófica cética é herdeira da aplicação da dúvida às posições dogmáticas. O ceticismo supera o dogmatismo com a possibilidade de levá-lo a divergências. Conseqüentemente, tenta enfraquecer todo tipo de posição defendida por qualquer certeza aceita como absoluta. Nesse sentido, diminui o significado que as teorias podem oferecer, ou seja, minimiza o julgamento sobre as afirmações seguras nos pilares da verdade onde o dogmatismo poderia se fundamentar.

Também é preciso lembrar que a dúvida, apenas como método, pode atingir níveis distintos ao longo da investigação, pois leva ao isolamento os componentes da argumentação adversária. Um ceticismo local ou universal, como será discutido mais adiante, utiliza-se de alguma estratégia para a advertência do dogmático: não pode haver opinião verdadeira, insistirá o cético, e o falibilista também, de modo geral²². A tese cética é afirmada, veementemente, para empurrar o dogmático para situações tão adversas que não consegue sustentar a verdade objetiva das suas teorias.

²² Por ora, essa crítica ao resultado verdadeiro, absoluto, será tratada apenas de modo geral como uma forma de ceticismo. Há algumas distinções feitas por Hume sobre os céticos na *Investigação* (12) e no *Tratado* (1.4.1).

Isso foi, de algum modo, praticado de forma mais sofisticada pelas escolas de ceticismo, pirrônica ou acadêmica²³.

A argumentação cética destrói conceitos defendidos pelo dogmatismo, já que se infiltra na posição inimiga para derrubar a teoria argumentativa como um todo. A tese cética é a de que, após um enunciado destruído, os outros não se sustentam se forem analisados de forma silogística. Equivale a apresentar a dúvida como uma possibilidade posterior a qualquer afirmação, mesmo que ela seja construída como uma questão que se desejou responder como verdadeira. Qualquer proposição que tenha estatuto de verdade dentro de uma teoria e, portanto, almeje estabelecer-se de forma definitiva pode ser alvo do ceticismo.

A dúvida cética pretende discutir as seguintes questões:

- a) Por que não pode ser diferente o enunciado?
- b) Por que escolher esse caminho para as explicações, em detrimento de outros? (trata-se do problema do critério de escolha).

²³ Landesman (2006, p.19).

c) Por que aceitar essa crença e não aquela outra crença? etc.

As implicações dessa metodologia de aplicação da dúvida incidiram nos métodos de investigação de Hume e Peirce. Eles sustentaram a falibilidade das teorias, ao supor que é possível submetê-las a alguns tipos de críticas e dúvidas, evitando qualquer manifestação de afirmações dogmáticas e critérios rígidos (imutáveis) de discussão sobre a verdade e a validade do conhecimento.

No caso de Hume, a possibilidade de aproximar a leitura do seu ceticismo mitigado ao falibilismo reside na humildade epistemológica de sua filosofia:

*“Nenhum filósofo que seja racional e modesto jamais pretende apontar a causa última de qualquer operação natural, ou mostrar de maneira precisa a acção do poder que produz qualquer efeito particular no universo.”*²⁴ Investigação (4.12).

²⁴ “Why no philosopher, who is rational and modest, has ever pretended to assign the ultimate cause of any natural operation, or to show distinctly the actions of that power, which produces any single effect in the universe.”

Há uma empresa filosófica preocupada em descobrir os princípios mais gerais do conhecimento sem adquirir o padrão dogmático e, conseqüentemente, preocupa-se em oferecer o caráter de sujeição à prova empírica como critério decisivo.

A aceitação de que o conhecimento humano é falível reside na racionalidade²⁵ que sua teoria propôs. O fundamento não deixa de ser a experiência, dirigida pela razão. Essa moderação na teoria do conhecimento torna-se conseqüência do seu pensamento epistemológico, ou seja, sua teoria do conhecimento. Seu trabalho passa a ter um caráter de integridade filosófica, à medida que propõe o experimento como parte do critério de decisão. Ou seja, mesmo que seu poder de construir teorias seja avaliado negativamente por algum experimento, Hume mostrou-se aberto às críticas e pronto a moderar a sua ambição epistemológica.

A aproximação entre o experimento e a teoria foi, para ele, uma regra, se não houver uma harmonia perfeita entre os fenômenos observados e a previsão

²⁵ Racionalidade não era uma palavra usada com freqüência no período de Hume. No entanto, o sentido de razão e raciocínios causais permite usufruir da conotação que a palavra racionalidade adquire na filosofia humeana.

teórica. Mas, no caso de Peirce é mais fácil encontrar o acordo entre experimento e teoria, porque ele estava sujeito ao caráter experimental de um pensamento filosófico e científico.

2 — O CÉTICISMO MITIGADO

A filosofia de David Hume é tradicionalmente concebida como cética por muitos filósofos, desde o período da publicação de suas principais obras, a saber, o *Tratado da Natureza Humana* e a *Investigação sobre o Entendimento Humano*²⁶. Sua epistemologia é envolvida por uma metodologia que tenta suprimir afirmações absolutas ou dogmáticas. Desejava banir o dogmatismo, sem entrar nos aspectos que, atualmente, se considera como relativismo filosófico²⁷. A posição dogmática não deve ser, segundo Hume, a primeira condição primordial e a última exigência pela qual deve passar o entendimento, nem deve ser a postura filosófica principal a ser considerada para se avançar sobre o conhecimento humano.

²⁶ Também é muito importante a obra póstuma *Diálogos sobre a Religião Natural* (1779).

²⁷ Hume também é precursor de um certo tipo de relativismo filosófico na moral.

Hume preocupava-se em apresentar os resultados da sua análise para o leitor avaliar que sua filosofia era próxima dos fenômenos do mundo cotidiano, ou mesmo, de forma mais abstrata, através do uso da razão, do nível teórico. Não era qualquer hipótese que tinha estatuto de conhecimento na sua teoria, como será visto adiante.

Assim, a filosofia humeana deve ser aceita como cética, mas apenas no sentido que ele mesmo propôs: o ceticismo mitigado da *Investigação* (12.25).

*“Há outra espécie de cepticismo mitigado, que pode ser vantajoso para a humanidade e que talvez seja o resultado natural das dúvidas e escrúpulos dos pirrônicos, o qual consiste na limitação das nossas investigações aos assuntos mais adequados á estreita capacidade do entendimento humano.”*²⁸

Essa posição filosófica pode ser caracterizada como uma moderação na forma de apresentar a dúvida.

²⁸ “Another species of mitigated scepticism, which may be of advantage to mankind, and which may be the natural result of the PYRRHONIAN doubts and scruples, is the limitation of our enquiries to such subjects as are best adapted to narrow capacity of human understanding.”

Apresenta o espírito da investigação humeana que ele anunciou no parágrafo anterior: “Há geralmente um certo grau de dúvida, cuidado e modéstia que, em todos os tipos de escrutínio e decisão, deve sempre acompanhar o verdadeiro investigador”²⁹, *Investigação* (12.24).

Como consequência desse pensamento, não compartilhou a mesma postura cética radical desenvolvida por outros pensadores. Não se uniu a muitas das formas de dúvida praticadas na sua época, como, por exemplo, o conhecido ceticismo metodológico de Descartes, nas *Meditações Metafísicas*. Também não se pode aproximar o ceticismo de Hume do ceticismo pirrônico, cujo melhor exemplo na história da filosofia moderna foi Montaigne (1533 – 1592), com a apresentação da *Apologia de Raymond Sebond*, nos *Ensaio*s (1580/88).

Por outro lado, o método humeano inseriu-se em um ambiente filosófico que foi contra a dúvida³⁰, na busca pela verdade inspirada no cientificismo do

²⁹ “In general, there is a degree of doubt, and caution, and modesty, which, in all kind of scrutiny and decision, ought for ever to accompany a just reasoner.”

³⁰ Outros filósofos também partilhavam do ceticismo de vários outros modos. Mersenne, Gassendi, Foucher e Huet são alguns apontados por Zimmermann (2008, p. 71).

período das Luzes Insulares e Continentais. Essa atitude que Hume preservou em seu trabalho é pertinente aos questionamentos da fundamentação do conhecimento. Para ele, o conhecimento deve ser motivado pela busca criteriosa, análoga às ciências, protegido pela prática do ceticismo moderado. Ele considerava a desvantagem da filosofia moral e contava com isso:

“A filosofia moral tem sem dúvida uma desvantagem particular, que não se encontra na filosofia natural: não pode coligir as suas experiências deliberada e premeditadamente, e de modo tal que sempre se satisfaça a respeito de qualquer dificuldade que acaso surja.”³¹
(*Tratado*, Introdução, § 10)

A filosofia cética que lhe dava a confiança no método que aplicava apoiava-se em outra fonte segura: a ciência. A sua influência pela ciência newtoniana tem sido analisada sob diversos aspectos e rendeu ao pensador escocês, por muito tempo, uma

³¹ “Moral philosophy has, indeed, this peculiar disadvantage, which is not found in natural, that in collecting its experiments, it cannot make them purposely, with premeditation, and after such a manner as to satisfy itself concerning every particular difficulty which may arise”.

posição entre os filósofos “positivistas”³², devido à sua confiança na ciência.

Hume também foi considerado como um cético radical. Sempre esteve entre os filósofos concebidos como radicais, ateus e negadores da existência dos objetos, do mundo e de Deus. Assim foi conhecido Hume na história da filosofia: como um homem que construiu um sistema de pensamento em consonância com o academicismo, como afirmam alguns, ou do pirronismo, segundo a crítica de outros, e, de modo geral um pensador cético.

Ele instruía o leitor a praticar a filosofia do modo cético e a questionar sempre que possível. Apresentar a dúvida seria saudável e deve ser praticado por toda boa filosofia. Ele mesmo tratou de reformar o ceticismo com a apresentação de uma versão moderada e indicou que não seria possível aspirar a algum tipo de conhecimento sem o exercício da dúvida. Contribuiu de forma inovadora ao juntar a teoria cética com a falibilidade de algumas crenças

³² Apesar de Hume ter sido uma das referências filosóficas do *Círculo de Viena*, não se encontra no filósofo escocês uma preocupação com os fundamentos da ciência como essa corrente filosófica propagou.

humanas, como as místicas e as religiosas³³. A certeza era apenas aquela advinda da crença causal, enraizada no instinto.

Todavia, deve-se considerar o fato de que Hume fez uma teoria do conhecimento com ênfase na natureza humana como princípio³⁴ de entendimento das *questões de fato*, para investigar os fenômenos do mundo e da mente. Isso o levou a adotar uma postura de atenção e cuidado em relação ao dogmatismo filosófico. Aliás, comumente, nota-se uma tensão bastante forte nos seus textos que dizem respeito aos procedimentos de construção da filosofia.

Como consequência dessa posição estratégica adotada por ele, seus argumentos apresentam-se impregnados de posições e críticas filosóficas de diversos tipos. Elas encaminham o leitor a duvidar de afirmações absolutas. Posteriormente, levam-no a juntar-se a ele, para, depois de obtida a alternativa mais adequada, ou a melhor, para explicar o problema atacado, apresentar-lhe a única solução, após o

³³ Pode-se considerar que Hume é mais radical em relação ao tema da religião do que quanto ao conhecimento comum ou científico.

³⁴ Há muitos princípios em Hume. A associação de idéias, o hábito ou costume são alguns.

percurso de análise investigativo. Em síntese, para Hume, a dúvida tem a função de método de investigação, diferentemente da cartesiana apresentada na primeira *Meditação Metafísica*, por exemplo, que supôs duvidar de tudo.

No sentido da possibilidade de construir conhecimento por raciocínios causais, a atitude epistêmica de Hume apresenta certa modéstia, o que parece pouco focalizado na literatura pelos comentadores humeanos. O ceticismo mitigado, quando interpretado como um tipo de falibilismo, pode tomar um outro aspecto de destaque: pode ser aceito como uma teoria do conhecimento menos dogmática. Essa interpretação leva a sua epistemologia a uma vertente que está de acordo com o princípio proposto por ele: é uma filosofia que tem a possibilidade de capturar o sentido teórico que não faz parte da especulação metafísica desmedida, porém junta-se ao rigor da razão empírica dos fenômenos causais.

As suas teorias, no sentido geral, confrontadas com a experiência, adquirem estatuto de veracidade. Hume, certamente, não propôs a sua verificação experimental como conceito isolado, pois, quando ele realiza isso, percebe-se que ele exige uma

argumentação teórica convincente, proposta por ele na sua metodologia. Há um padrão aplicado pelo ceticismo humeano que produz conhecimento e crítica. Não havia interesse, da parte de Hume, em levantar questões insolúveis ou, ainda, reprováveis pelos seus fundamentos filosóficos. Esse é, por exemplo, um dos motivos para não se considerar Hume como um teórico da indução³⁵, admitindo-se que a indução é um problema insolúvel³⁶.

Assim, a perspectiva da filosofia humeana é “limpar” o terreno do conhecimento, para deixar mais claro e explícito aquilo que considerou a parte mais importante na questão do entendimento da natureza humana: o hábito ou costume. Ele propôs, com esse conceito, a teoria da causação que, se aceita como o fundamento mais seguro do conhecimento humano, está no espírito de uma teoria da generalização ou universalização. Hume parte do conceito de causação,

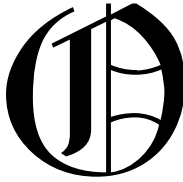
³⁵ “Hume nunca fala de inferências indutivas, em qualquer sentido plenamente abrangente, simplesmente porque o próprio *conceito* de indução, em geral, não é levado em conta em sua epistemologia, ao contrário de muitos filósofos, como Bacon — antes dele — e Stuart Mill — depois —, para destacar apenas dois casos no meio de inúmeros”, Monteiro (2009, p. 13).

³⁶ Muitos comentadores assinalaram que ele foi o precursor do problema filosófico da indução. Popper é o mais conhecido dentre eles.

o que para ele era o limite dos fenômenos que se pode conhecer empírica e teoricamente.

Hume indicou que progredir além das explicações causais não é possível, no conhecimento em geral. Ou seja, não se faz boa filosofia com especulações de natureza metafísica ruim. Nessa perspectiva, a sua teoria filosófica encontra-se limitada. O limite encontra-se na dúvida em relação à possibilidade de obter progresso nos assuntos filosóficos, simplesmente porque não é possível ir além dos parâmetros seguros de uma boa observação empírica. Essa dúvida se constituiria na validade dos resultados observados, que se pode confrontar com o mundo, com os fatos, com os fenômenos e, ainda, com os objetos mentais.

3 — ALGUNS ASPECTOS DA FILOSOFIA DE HUME

pensamento de David Hume é apresentado pela história da filosofia, comumente, com dois aspectos interpretativos fundamentais: o cético e o empirista. A partir do conceito de empirismo, principalmente, coloca-se Hume ao lado dos intelectuais britânicos mais importantes, a tríade Bacon, Locke e Berkeley. Sua obra filosófica pode ser entendida como um capítulo fundamental do movimento filosófico escocês vinculado ao desenvolvimento do empirismo inglês.

O contexto histórico em que ele e seus contemporâneos estavam inseridos é o do cientificismo europeu do século XVIII, um momento ímpar da história da ciência³⁷. Assim, ainda que existam grandes diferenças no sentido de experiência apresentado na filosofia de cada um desses empiristas, encontram-se também importantes semelhanças. A aproximação entre

³⁷ Burt (1983, p. 25).

eles acontece, de fato, a partir da ciência britânica emergente como inspiração para a obtenção de conhecimento³⁸ e o modelo a ser seguido. É possível afirmar ainda que todos eles encontraram-se no espírito empreendedor da ciência experimental que emergiu a partir do século XIV, com Guilherme de Ockham, e culminou com Bertrand Russell e a filosofia analítica no século XX³⁹.

Quanto ao outro aspecto interpretativo, o ceticismo, Hume é geralmente citado como o mais radical dentre todos os filósofos do seu tempo. Para assumirem as interpretações oferecidas em relação à sua epistemologia como uma crítica ao entendimento humano da forma como ele indicou, textualmente, seus comentadores apregoam a dúvida e a negação presentes em várias passagens do *Tratado* e da *Investigação* como indícios e provas do ceticismo humeano. Para Hume, parece haver sérias limitações ao tentar-se justificar o conhecimento proveniente da razão teórico-dedutiva e mesmo da experiência, como se pode verificar. O fato de ter apresentado tais limites de justificativa para a razão humana foi suficiente para

³⁸ Leiss (1994, p. 52).

³⁹ Quinton (1998, p. 7).

seus adversários e intérpretes colocarem-no na vertente cética, aliada ao empirismo defendido por ele.

Hume não trilhou esse caminho sozinho, visto que sua perspectiva filosófica foi a de introduzir os fundamentos do conhecimento, seguindo a corrente escocesa do seu tempo, o Iluminismo, que já contava com uma cultura do conhecimento das ciências naturais como uma característica central do debate das investigações filosóficas, marcadamente naquele período⁴⁰.

Há outras doutrinas também interpretadas como as de Hume⁴¹. Todavia, o ceticismo é uma das mais citadas, segundo alguns comentadores. Deve-se, sobretudo, grande parte das interpretações de sua filosofia à visão das restrições que se têm na aquisição do conhecimento, como foi comentado pelos seus críticos, pois a filosofia humeana parece apresentar pouca confiança nos mecanismos racionais de justificação do conhecimento do modo como eram aceitos à sua época. A saber, a filosofia contava com

⁴⁰ Wood (2003, p. 94)

⁴¹ Ateísmo; negação dos princípios morais; erros sobre a existência de Deus; a imaterialidade da alma etc. Vários outros tópicos estão indicados na *Carta de um Cavalheiro a seu amigo em Edimburgo*, (1997, p. 15).

um aparato demasiadamente racionalista para sequer desconfiar da soberania da razão adquirida pelas próprias conquistas filosóficas, representadas principalmente pelo Iluminismo, no empirismo britânico ou na filosofia do continente e admitia Descartes e seus seguidores como os maiores representantes do pensamento continental⁴². Esse aspecto crítico em relação ao poder da razão dedutiva é uma contribuição bastante presente no pensamento humeano.

Como consequência desse tipo de descrença na razão defendida por Descartes e os cartesianos, há, na investigação de Hume, um tipo de ceticismo com uma metodologia própria da filosofia natural como modelo, em cujos resultados ele depositava confiança, pois eram confirmados na ciência pujante da Europa de sua época, do início da Idade Moderna ao fim da Idade Média. É a partir dessa posição epistemológica que sua teoria do conhecimento, considerada como o principal fundamento de seu pensamento, torna-se um tema bastante profícuo a ser estudado por aqueles que desejam investigar sua epistemologia, na perspectiva das influências que teve sobre esse pensador.

⁴² Popkin (2000, p. 271).

Desse modo, ainda que seja investigada a questão do ceticismo, posteriormente, de modo mais amplo, faz-se necessária uma pequena menção àquilo que parece ser a maior provocação cética humeana dentro do texto do *Tratado* (1.4.7.3) o seu isolamento intelectual e o descrédito de seus pares. Diz ele: “Quando volto meu olhar para dentro de mim mesmo, não encontro senão dúvida e ignorância”. A partir deste ponto, retoma os pontos que podem ser aceitos, segundo ele, como seus princípios, como, por exemplo, a experiência “que me instrui sobre diversas conjunções de objetos no passado”, *Tratado (idem)*.

A postura cética, se não levada ao extremo de suas conseqüências, mostra-se nesta passagem perfeitamente adequada àquilo que, de fato, pode ser aceito como seu ceticismo: o mitigado, que, apesar de ser o modo mais fácil de se verificar na *Investigação*, não se deve confundir com o pessimismo radical presente nesta seção do *Tratado*⁴³. Trata-se do resumo, por parte do autor, dos pontos necessários para se entender a vocação da sua obra.

⁴³ O pessimismo humeano pode ser verificado no *Tratado*, mas na introdução dessa obra o otimismo é algo presente.

Mais que uma inclinação filosófica, Hume pretendeu assumir os feitos intelectuais de seus predecessores⁴⁴ para o grande desfecho que seria sua filosofia. Aquilo que eles não fizeram, segundo ele, seria feito na sua obra; os fundamentos do conhecimento seriam introduzidos a fim de organizar a razão humana de acordo com determinados princípios, a partir de uma perspectiva que ele considerou totalmente nova: a inferência causal fundamentando-se no hábito ou costume, originada pela experiência.

A noção de natureza humana passou a ser abordada por Hume de modo mais amplo que por outros autores, como Thomas Hobbes (1588-1679) e Jean Bodin (1530-1596), por exemplo. A solução humeana foi inovadora, no que se refere a constituir uma teoria do conhecimento no nível de confiabilidade da filosofia natural, embora se aplicasse ao campo moral. Ao propor o estudo do homem como o centro da perspectiva de sua filosofia, ele “anatomizou” o conhecimento, “pintando” novas cores para o

⁴⁴ Além da tríade denominada por empirista, há outros filósofos insulares que contribuíram para a formação de seu pensamento como Hobbes, Newton, Smith, Hutcheson e outros. No continente há também a influência de Descartes, Malebranche e Espinosa.

entendimento humano, propondo uma nova “geografia” mental, como diz na seção 1 da *Investigação*.

Parece ter sido feita uma leitura adequada de seu empirismo pelos seus comentadores, haja visto que foi indicada pelo próprio filósofo escocês, ao apresentar na introdução do *Tratado da Natureza Humana* no subtítulo: “uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais”⁴⁵. Supõe-se que este “experimentalismo” orientou e integrou todos os assuntos apresentados na citada obra, ou seja, era a sua profissão de fé; a chave mestra para a interpretação do seu pensamento.

Todavia, não ocorre a mesma coisa com o conceito de experiência, no seu estudo filosófico, pois a observação, a evidência empírica e o conceito de estudo (“survey”, admitido como teste) são apresentados por Hume de modo bastante diferentes entre si e há muito mais sobre teoria do que se pode imaginar dentro de seu sistema filosófico⁴⁶. É a partir dessa diversidade de termos que se buscará um esclarecimento de tais conceitos. Como cita Jones

⁴⁵ Neste caso, aquilo que se entende por filosofia moral deve ser contrastado com filosofia natural, como lembra Stroud (1977, p. 2), Monteiro (1975, p. 29).

⁴⁶ Monteiro (2009, p.7).

(2005, p.3), há vários termos semitécnicos que, às vezes, são indefinidos por Hume: “*impressão; idéia; percepção; sentimento; razão; questão de fato; natureza; argumento; teoria; máxima; princípio, hipótese, ciência; filosofia; sentido, significado; experiência.*”⁴⁷

A orientação fornecida pelo subtítulo do *Tratado* sugere ao leitor uma filosofia preocupada com investigar os assuntos propostos por esse “método experimental” e supõe que Hume irá aplicá-la na sua filosofia, de modo semelhante à filosofia natural de Newton. Essa aplicação se dá nas ciências morais, área do conhecimento que atualmente se denomina por filosofia, na psicologia etc. Assim, espera-se que a proposta humeana vá além da base empírica oferecida pelos sentidos, pois dela partem as proposições mais atômicas (elementares, básicas) das teorias propostas por ele. Pode-se inclusive retirar desse sentido de empirismo um outro, o de experiência como algo possível de se realizar no nível mental.

O seu princípio da cópia, por exemplo, enfatiza que toda idéia deve ter uma impressão

⁴⁷ “*impression; idea; perception; sentiment; reason; matter of fact; nature; argument; proposition; theory; principle; hypothesis; science; philosophy; sense; meaning; experience.*”

correspondente. Como conseqüência disso, a referência ao mundo sensível garante que qualquer conceito pode ser submetido ao mesmo critério. Como no caso de impressões e de idéias, e também os princípios da natureza humana que aparecem na sua obra devem seguir a mesma recomendação, ou seja, os conceitos são cópias da experiência de algum modo direto ou indireto. Esse parece ser o compromisso proposto quando se lê o subtítulo do *Tratado*.

Porém, é preciso entender que empirismo corresponde ao de Hume, e, para melhorar o entendimento do conceito de experiência nesse autor, é preciso entender qual o alcance e a influência do método newtoniano sobre o trabalho do filósofo escocês.

Primeiramente, é preciso esclarecer algumas diferenças importantes entre os métodos utilizados pelas duas filosofias, a natural e a moral, visto que não é suficiente apenas trasladar o método newtoniano para o humeano. As diferenças devem ser entendidas a partir do objeto de estudo que cada uma delas teve, já que estavam assentados em áreas distintas do conhecimento: para Newton, a *Natureza* (o mundo físico em geral) e, para Hume, a natureza (humana).

O conceito de *Natureza* representada em letra maiúscula é objeto do estudo newtoniano. É formado pelos objetos físicos que compõem toda a estrutura externa possível de ser descrita pelos movimentos dos corpos, com o mesmo tipo de pretensão de entendimento da física atual: o desejo de abarcar todos os fenômenos com explicações científicas, o que implica, por um lado, uma redução do conhecimento e, por outro, a sua unificação. No caso de Hume, o conceito de natureza está claramente delimitado, pois ele almejou explicar a mente humana considerada como uma forma de natureza entre outras da *Natureza*.

Deve-se considerar que a filosofia natural foi a inspiração humeana. Esse é um ponto aceito entre seus comentadores. Desse modo, o projeto de fundamentação teórica foi o modelo newtoniano, em que se assentam as teorias humeanas segundo a razão, presentes nas formas experimental e teórica.

As teorias, no caso de Hume, formam o núcleo da compreensão da natureza humana, que, por sua vez, deve ser analisada sob o prisma da ciência experimental, a estrutura racional de maior estatuto do conhecimento atingido, à sua época. O destaque da filosofia natural é o pano de fundo oferecido aos

desdobramentos que a ciência moral teria, na visão de Hume.⁴⁸

Observa-se uma conseqüência do empirismo empreendido por ele na forma como utilizou-se da epistemologia, da metodologia e da ontologia para construir todas as suas teorias⁴⁹. Aqui será defendido que a racionalização da metodologia humeana, no sentido clássico, apresentada por Chiappin (1996, p.157):

“Nesta linha, racionalidade, dentro, por exemplo, do programa racionalista clássico, requer a crença na existência de recursos epistemológico e metodológico, formulados em termos de regras e critérios. O objetivo deste modelo é proporcionar a operacionalização e aplicação da racionalidade como uma moldura para desenvolver processos de solução de problemas, de provas e de decisão

⁴⁸ Algo semelhante aconteceu na sociologia, no século XIX, com Weber: uma busca pela fundamentação do conhecimento por meio das ciências naturais. Amparando-se no surgimento da mecânica estatística, dá um novo sentido de explicação, que ele aplicaria nas ciências humanas.

⁴⁹ Hume apresenta várias ao longo do *Tratado*. Os livros contidos nessa obra (*Do conhecimento, Das Paixões e Da Moral*) contêm estruturas explicativas e justificativas dos assuntos ali presentes. No caso da *Investigação*, essa multiplicidade também se confirma, considerando-se que, em ambos os casos, a estrutura mais importante se apresenta em torno do conceito de causalção.

expressos em termos de seqüência de proposições.”

Essa sistematização entorno do conceito de racionalidade pode ser aplicada à noção de experiência, que percorre toda a teoria do conhecimento⁵⁰, presente também no *Tratado* e na *Investigação*.

O caráter teórico das obras de Hume também pode ser analisado a partir dessa referência, apesar de, nesse caso, haver características hipotéticas mais abstratas.

No que diz respeito à *episteme*, deve-se procurar entender, de modo mais amplo, os mecanismos de justificação presentes. Pode-se considerar que o método humeano buscou a experiência como critério para confirmação do pensamento filosófico, o que exigiu do autor a invenção de uma quantidade de hipóteses fundamentais e inovadoras, apresentadas como parte

⁵⁰ Deve-se considerar também o conceito de experiência na moral e nas paixões.

do estilo de Hume na construção de teorias. Este estilo vai do rigor na busca por uma escrita perfeita, pois era o seu desejo ser um homem reconhecido na república das letras⁵¹, à formulação de regras, princípios, leis etc, que seriam aplicados ao entendimento da natureza humana.

Além das conjecturas, hipóteses que Newton havia se recusado a assumir publicamente — apesar de tê-las assumido, efetivamente⁵² — há também a presença de descobertas na filosofia de Hume. Isso faz parte do seu débito com os seus antecessores e do ambiente científico da sua época, visto que as novidades trazidas por ele foram possíveis somente porque ele trilhou, com perspicácia, caminhos abertos por pensadores anteriores.

⁵¹ Apesar de Hume ter sempre mostrado sua independência intelectual, não se deve esquecer o seu desejo de se tornar um homem conhecido na república das letras. Na sua autobiografia (*My Own Life*) ele expõe sua afeição pelas letras: “este Relato conterà apenas algo mais que o que pertence à História de meus Escritos, pois, de fato, quase toda minha vida tem sido consumida em projetos e ocupações de índole literária”. *My Own Life* (1985, p.13, trad. Carlos Mellizo).

⁵² Noxon (1975, p. 37).

Fica claro isso no seu desejo de unir a filosofia natural de Newton à ciência moral apresentada na sua empresa filosófica. O sentido de unificação do conhecimento levou-o a uma entre muitas das suas tarefas, a de aplicar o método experimental, tão bem sucedido, aos assuntos morais.

Há também muito a ser investigado sobre as diferenças presentes no conceito de método experimental em obras como a segunda *Investigação*⁵³ (obra que trata dos princípios da moral) e os *Diálogos sobre a Religião Natural*⁵⁴. São obras que, aparentemente, indicam o amadurecimento do autor em relação aos principais aspectos de suas reflexões sobre o significado da teoria para a ciência humana; principalmente, dizem respeito ao método empregado por ele na construção do conceito de filosofia experimental.

Quando se faz uma investigação, de modo sucinto, sobre o que Hume quer dizer com o

⁵³ *Uma investigação sobre os princípios da moral.*

⁵⁴ Doravante apenas segunda *Investigação* e *Diálogos*.

conceito de empirismo⁵⁵ no *Tratado*, na primeira *Investigação* e também nos *Diálogos*, encontra-se um outro aspecto da obra humeana, ainda dentro da perspectiva do conhecimento empírico da natureza humana — um matiz epistemológico alicerçado na forma com que construiu sua teoria, com influências externas explícitas.

O seu conceito de teoria sugere, fortemente, a influência inspiradora que recebeu de outros filósofos, além de Newton: Descartes, Malebranche, Berkeley e Locke, citados textualmente em sua obra.

A noção de teoria e a concepção de experiência da filosofia humeana mostram um acordo entre aquilo que, de modo geral, é visto com alguma objeção: a diferença entre teoria e experiência que, no caso de Hume, se apresentam interligadas. O seu método experimental é fundamentado por elementos teóricos, extra-

⁵⁵ Empirismo é um termo que Hume nunca usou.

empíricos e construídos de modo a garantir a fundamentação da estrutura do seu pensamento.

Isso significa que as influências recebidas de outros pensadores geraram uma filosofia que possibilitou um modo particular de conceber a natureza humana, mais plausível, em alguns aspectos, que o de outras teorias, assume Hume. Talvez o aspecto mais relevante que apresentou foi o de estabelecer a compreensão de ciência humana partindo do conceito do homem integrado à natureza. Portanto, a solução obtida pela investigação descobriu algo que já estava presente nos seres humanos. Ela não precisava de recursos metafísicos abstrusos, fora da natureza humana, mesmo em um projeto que tinha a pretensão de ser um sistema completo, como no caso do *Tratado*, em que a explicação sobre o conhecimento humano atingiu grande parte das suas propostas teóricas.

A proposta humeana é possível de ser aceita no *Tratado* como um grande projeto

filosófico apresentado segundo um modelo de razoabilidade, uma vez que, nessa obra, há a união dos princípios, que conclui todo o seu trabalho na filosofia moral. Isso não significa que estava acabado, mas que, a partir dos princípios ali propostos, obter-se-iam outros resultados, com a certeza do sucesso epistemológico. É uma apresentação dos grandes temas do conhecimento humano, porém, com respostas exclusivamente com a visão de Hume, que levam o leitor a encontrar as soluções dentro da perspectiva do sistema humeano.

Eduardo Nicol (2005, p.16) apresenta a sistematização como uma tentativa de superar todos os problemas por meio de uma perspectiva única de interpretação filosófica:

“Não importa se o pensador concebe sua própria filosofia como uma ciência. Com total independência do valor científico que efetivamente consiga dar-lhe, seu pensamento resultará sempre de seu ser pessoal, porque ficarão refletidas,

inevitavelmente, nele suas posições fundamentais”⁵⁶.(tradução minha)

Duque (1998, p. xxiv) também apresenta um indício de como quebrar esse isolamento para a investigação da filosofia humeana, mostrando como é possível penetrar nela, e também em outras, se assim for o caso. Duque adverte sobre a necessidade de perguntar o que Hume oferece com sua filosofia, ou seja, quais são as principais teses apresentadas em cada obra, ou mesmo no conjunto delas. Afirma também que isso é diferente de se conhecer quais as conseqüências do seu trabalho. E, apesar deste último ponto parecer muito distinto do primeiro, uma análise mais precisa indica a união entre as duas propostas.

Quando se responde à questão — “O que Hume oferece com a sua filosofia?” — leva-se o leitor mais cuidadoso a outro ponto a ser

⁵⁶ “No importa que el pensador conciba a su própria filosofía como ciencia. Con total independencia del valor científico que efectivamente consiga dar-le, su pensamiento resultará siempre expresivo de su ser personal, porque quedarán reflejadas inevitablemente en él sus situaciones fundamentales”.

indagado — “O que é possível obter da filosofia humeana?”. São questões aparentemente diferentes, mas que se completam. Um dos modos de direcionar a solução em relação às respostas anteriores é o de investigar, de forma mais profunda, a formação do pensamento de Hume sob a influência de Newton.

4 — AS INFLUÊNCIAS SOBRE O MÉTODO DE HUME

A filosofia natural de Isaac Newton ocorreu em um período ímpar da história da filosofia e, como a de Hume, foi motivada pelos aspectos históricos e científicos daquela época. A publicação da obra newtoniana, a saber, *Principia Mathematica* (1687), trouxe uma nova apresentação e uma diferente abordagem na busca do conhecimento de diversos fenômenos da natureza. A partir de Newton, a investigação destes teve uma perspectiva mais objetiva: a novidade era, principalmente, a aplicação do cálculo diferencial inventado por ele⁵⁷ à filosofia natural — uma filosofia que havia nascido ao longo do caminho percorrido por outros pensadores: Copérnico, Galileu e Kepler.

O método científico inventado pela capacidade genial de Newton de compreender as diferenças qualitativas e quantitativas no tratamento das pesquisas

⁵⁷ Não se deve esquecer que a criação do cálculo diferencial e integral também foi atribuída, simultaneamente, a Leibniz.

deu origem a um método científico de estudo e à unificação dos conceitos filosóficos: os fenômenos dinâmicos passaram a ser descritos com o rigor da geometria euclidiana e da álgebra.

A característica qualitativa dos fenômenos pode ser percebida ao se analisar que, como os objetos a serem investigados fornecem uma composição de movimentos (descrição da trajetória dos objetos), a causa pode ser mais bem entendida, pois passa a ser mensurável, tanto matemática quanto geometricamente. Por um lado, o conceito de movimento passa a ter causa definida em situação bem delineada na aplicação do conceito de “força”, uma variável inobservável, que direciona a aplicação de leis. Mas nem sempre “força” torna-se necessário para explicar movimento. Há na primeira Lei da dinâmica de Newton uma ruptura crucial, segundo Chibeni (1999, p.03):

“Dos pontos de vista histórico e conceitual, tal princípio tem uma importância fundamental, pois reclassifica os fenômenos de movimento, incluindo o movimento uniforme ao longo de uma linha reta na categoria de estado. Esse tipo de movimento deixa de requerer uma explicação causal, dando-se sem o concurso de forças. Isso contraria a

tradição científica medieval e aristotélica, constituindo a característica conceitual inovadora da mecânica clássica.”

Por outro lado, a característica quantitativa dos fenômenos tornou-se mais bem sucedida, pois teve a aplicação do cálculo diferencial como método de aproximação dos resultados.

Com o esforço de apresentar sua filosofia sem construir hipóteses metafísicas, Newton obteve um duplo resultado: o primeiro foi a clara evidência de que seu método teve falhas e o levou a uma espécie de armadilha, como a criação de hipóteses para construir sua teoria gravitacional, contrariamente ao que desejou evitar. Foi obrigado a fazer suposições de caráter especulativo — o que caracteriza fazer hipóteses — como o referencial absoluto das estrelas de que ele necessitava para explicar o seu movimento⁵⁸.

O segundo resultado deve-se à busca pela inovação, com a introdução da matemática no conhecimento da natureza, o que o levou a acreditar em uma descrição física que anteriormente não havia

⁵⁸ Assis (1998, p. 45), Ghins (1991, p. 44).

ocorrido aos filósofos⁵⁹. A correspondência entre a descrição dos fenômenos e a matemática trouxe uma nova abordagem à filosofia natural, além do entendimento empírico de Bacon⁶⁰. Começava, neste período, uma busca por uma verdade orientada pelo método matemático. Era um outro tipo de razão que o conhecimento humano passava a utilizar e, posteriormente, formar-se-ia a posição objetiva e universal que outros filósofos procuraram, principalmente aqueles aceitos como empiristas.

Sabe-se que, até o século XIX, não havia um conceito de ciência tão amplamente elaborado como na atualidade, pois somente a partir desse período ocorre o aparecimento das disciplinas física e química como autônomas.

Portanto, naquele momento histórico, não havia distinção entre os diversos ramos da ciência, ou seja, as questões científicas e filosóficas eram elaboradas sem a distinção de a qual área do conhecimento pertenciam⁶¹. Newton inaugurou uma nova forma de

⁵⁹ Deve-se reconhecer o pioneirismo de Galileu na matematização dos movimentos dos corpos, mas foi com Newton que essa metodologia matemática assentou-se de modo confiável.

⁶⁰ Coelho (1988, p. 55).

⁶¹ Monteiro (2009, p. 34).

fazer filosofia, atualmente representada pela física, que seria o ponto máximo de confiança das ciências na capacidade preditiva e explicativa dos fenômenos⁶². Com a mecânica do movimento dos corpos, podia prever-se com precisão o lançamento de projéteis e a periodicidade de cometas, por exemplo. Além disso, Newton passou a explicar uma ampla classe de fenômenos celestes em termos de uma lei universal de atração entre os corpos a que inúmeros astrônomos tentaram chegar, antes dele, sem sucesso.

Mas a atenção que merece a filosofia de Newton aqui é a sua influência sobre o método humeano, pois deve ficar claro que Hume não fez ciência como os seus contemporâneos da filosofia natural, mas tinha a pretensão de usar uma metodologia que tivesse como referência o sucesso alcançado pelo autor dos *Principia*. Se Hume estivesse interessado em apresentar uma teoria empírica da natureza humana, no sentido científico utilizado atualmente, ele chegaria ao que nos dias de hoje se

⁶² O ápice das ciências culminaria na sua representação por movimentos positivistas a partir do século XIX, os quais assumem posição de total confiança nos métodos das ciências para a construção do conhecimento.

conhece como psicologia, ou, talvez, à sociologia, segundo Stroud (1977, p. 6).

Todavia não foi esse o caso, pois essa atividade, diz Stroud, não seria filosofia e, portanto, a filosofia de Hume não teria sido, de modo algum, uma contribuição filosófica. As disciplinas citadas como ciências, a psicologia e a sociologia podem ser também aceitas como ciências empíricas da natureza humana e, desse modo, apenas por analogia ao método newtoniano, a filosofia de Hume seria uma contribuição ao entendimento teórico que comportaria resultados testáveis experimentalmente quando obtidos pela filosofia moral. Porém, seria apenas a adequação metodológica da filosofia humeana.

Por quê? Porque para Stroud (1977, p.6) está claro que:

*“Temos de levar a sério as observações de Hume sobre a necessidade de seguir o método experimental, e tê-las em mente ao examinar os procedimentos que ele segue em seu estudo da natureza humana.”*⁶³ (tradução minha)

⁶³ “Hume’s remarks about following the experimental method are to be seriously, and should be kept in mind when examining the procedures he himself follows in his examination of human nature.”

Muitos não levaram a sério isso porque a filosofia não é uma ciência empírica. Mas os comentadores de Hume aceitaram que essa interpretação da obra humeana constituir-se-ia em uma análise lógica ou conceitual, ao considerar o empirismo humeano como precursor do positivismo, apesar da aparência psicológica que tem sua obra. Essa é a interpretação do positivismo lógico no século XX. O que de fato há de experimental na caracterização da filosofia está bem capturado na afirmação de Monteiro (2009, p.57):

“Há um sentido em que suas hipóteses, ao contrário das da metafísica tradicional, não vão além da experiência: são sugeridas pela experiência e, depois de formuladas, encontram confirmação em outros tipos de experiência.”

É importante lembrar que são os exemplos humeanos de experimentos organizados mentalmente que compõem a face empírica da filosofia de Hume⁶⁴. Com essas observações inseridas na regularidade dos eventos no mundo, ele retirava parte das suas conclusões

⁶⁴ À época de Hume as observações das ações humanas eram aceitas de modo suficiente com o sentido de experimento.

confirmadas pelo poder explicativo da inferência causal. A uniformidade da natureza como “pano de fundo” dos acontecimentos; a crença de que a variável temporal não é a mais importante para se justificar um fenômeno, porque o que importa são as repetições para se inferir causalmente; a base empírica que, neste caso, é puramente causal, asseguravam que há conhecimento certo nas conjecturas sobre a natureza humana.

Porém, há estudiosos que contestam amplamente essa influência newtoniana. Admitem, por exemplo, que a busca de Hume por um método científico não era do mesmo tipo que a de Newton, mesmo se for avaliada a analogia entre as duas metodologias. Para Force (1990, p. 181) essa interpretação de um “Hume newtoniano” não estaria de acordo com a verdadeira proposta do pensamento humeano e, nem mesmo com o de Newton. O método científico deste último foi algo distante de Hume, mesmo no *Tratado*, de acordo com Force.

Force (1990, p. 196, nota 1) distingue quatro interpretações que tratam do suposto interesse de Hume em relação às ciências e a influência de Newton sobre o pensamento filosófico de Hume.

1) A escola de interpretação “modelo” argumenta que o desenvolvimento da “ciência do homem” é de inspiração newtoniana. Stroud e Flew são aceitos entre eles.

2) A escola de interpretação da “influência metodológica” inclui basicamente Kemp Smith e Noxon. Eles discernem e enfatizam que a influência de Newton sobre Hume é principalmente sobre a metodologia experimental que, como a de Newton, fundamenta-se em observações empíricas. Essa interpretação também supõe que a influência de Newton sobre Hume diminui na filosofia da maturidade do filósofo escocês.

3) A escola de interpretação “forte” mantém a posição das escolas anteriores, mas supõe que a influência de Newton sobre Hume é muito grande. Faz parte dessa interpretação Capaldi.

4) A escola “contextualista” recusa reduzir Hume a um texto e, portanto, insistem em lê-lo como um homem em um período específico. Norton e Wright encontram-se nessa corrente interpretativa.

Como se pode notar, a decisão sobre a influência de Newton sobre Hume é um debate à parte, porém é certo que há a inspiração newtoniana

na filosofia humeana. Seria tema de uma outra discussão a questão de se descobrir qual o nível dessa influência.

Outro aspecto relevante para a questão das influências sobre Hume é apresentado por Buckle (2001, p. 68), que afirma existir a aproximação já citada entre Hume e Newton, embora acreditasse que o filósofo escocês não estava dentro do espírito de mensuração da ciência da época, e, portanto, seu estudo não era “científico”.

O caráter científico do século XVIII inaugurou o compromisso da ciência com a noção de mensuração, ou seja, para a filosofia natural daquele período de Galileu, Harvey, Kepler, Descartes, Boyle, Huygens e Newton e outros, a ciência implicava a construção de uma relação entre as medidas e a linguagem dos números (Ruivo, 2004, p. 27).

Sabe-se que outra importante influência atribuída a Hume é a de Malebranche. Wright (1983, p. 4), o principal defensor desta tese, sugere que os exemplos humeanos são análogos aos do clérigo francês. A grande diferença está na conclusão a que ambos chegaram sobre o problema da idéia de conexão necessária. Enquanto o autor da obra *De la Recherche*

de la Vérité chegou a um resultado teológico e, portanto, à existência de Deus, o filósofo escocês chegou a uma conclusão epistemológica que levou aos limites do conhecimento humano e, como resultado, chegou à aceitação de uma teoria causal fundamentada no hábito.

Para Noxon (1975, p.115) há de se considerar que a pretensão da filosofia humeana apoiou-se no modelo newtoniano que o *Tratado* propôs, distante das ciências matemáticas, e não teria nenhuma característica metodológica das obras fundamentais de Newton, como os *Principia Mathematica* e a *Opticks*⁶⁵.

Noxon vai além, pois admite que o caráter experimental deve ser mais tênue na filosofia de Newton do que se supõe usualmente. Uma posição oposta a essa foi apresentada por Buckle (2001, p.88). Ele sugeriu que Hume entendeu o elemento chave do newtonianismo como a negação da natureza interior dos objetos, o que se encontra nas obras humeanas, ao se buscar o sentido empírico da sua filosofia, segundo Buckle.

⁶⁵ Isto está de acordo com a crítica de Force (1990, p. 196).

Hume, ao discutir o tema da justiça na segunda *Investigação*⁶⁶, admite que segue regras newtonianas:

*“Quando um princípio se demonstrou muito poderoso e eficaz em um caso, está inteiramente de acordo com as regras filosóficas, e mesmo da razão ordinária, atribuir-lhe uma eficácia comparável em todos os casos similares. Esta, de fato, é a regra principal da atividade filosófica, para Newton.”*⁶⁷

O que se pode concluir é que Hume foi um homem das *letras* no século XVIII e que, certamente, tem débito com Newton, mas também com Cícero, Hobbes e seus contemporâneos de debate na ciência escocesa.

⁶⁶ A segunda *Investigação* como é conhecida, trata-se da obra *Uma Investigação sobre os princípios da moral*.

⁶⁷“It is entirely agreeable to the rules of philosophy, and even of common reason; where any principle has been found to have a great force and energy in one instance, to ascribe to it a like energy in all similar instances. This indeed is NEWTON'S chief rule of philosophizing.”

5 — A ARQUITETURA EMPÍRICA DA TEORIA HUMEANA

A aparência grandiosa e genial do *Tratado* evoca o desejo de resolver grandes problemas do conhecimento humano. Indica ao leitor uma pretensão filosófica que ostenta a estrutura de um grande sistema e, com essa pretensão, supõe-se uma unificação de conceitos e temas. Para Hume, pode-se aplicar, segundo essa perspectiva, a máxima atribuída a Newton, pois este último, quando questionado sobre os grandes resultados obtidos na filosofia natural, respondeu:

“*Se eu vi mais adiante [do que os outros homens], foi porque me ergui por sobre ombros de gigantes*”.⁶⁸

A estrutura da teoria do conhecimento⁶⁹ na obra de Hume é elaborada para romper com os

⁶⁸ Burt (1983, p.167).

⁶⁹ A epistemologia humeana está apresentada, principalmente, no livro I do *Tratado*, na primeira *Investigação* e também, em parte, nos *Diálogos*.

obstáculos propostos: vencer os cartesianos na disputa pelo melhor critério de razão no conhecimento filosófico, e atacar diversas formas de misticismo, principalmente dos religiosos católicos⁷⁰. Estes foram seus principais adversários, os quais ele tinha como meta vencer e, portanto, fez todo o seu esforço para apresentar uma teoria que pudesse ser confrontada com a concepção racionalista e cristã — ambas defendidas pelo cartesianismo — e o seu oposto, o anti-racionalismo praticado pela religião, entendido como místico por Hume.

Desse modo, Hume propôs uma alternativa para as suas investigações, uma opção próxima a uma interpretação que pudesse mediar as duas posições que ele criticava, ou seja, que não fosse nem o dogmatismo racionalista, nem o cristianismo católico. Para combatê-las, ele sugeriu o ceticismo mitigado, uma forma de ceticismo que permite moderação na aplicação das dúvidas céticas em relação à validade das teorias. Foi uma alternativa bastante fértil para o debate com as duas filosofias que se propôs a criticar, a razão cartesiana e a dogmática. Era preciso

⁷⁰ Buckle (2001, p. 27).

enfrentá-las para vencer a especulação causada pela má filosofia.

A principal referência a esse respeito, bastante citada, é a passagem da primeira *Investigação* (12.34), que condena os livros de teologia e os de metafísica escolástica, ao perguntar-se o que se deve fazer quando se tem um desses livros às mãos:

*“Encerra ele qualquer raciocínio abstracto a respeito da quantidade ou número? Não. Encerra qualquer raciocínio experimental a respeito de questões de facto e existência? Não. Lancemo-lo às chamas, então, porque não pode conter mais do que sofismas e ilusões.”*⁷¹

A partir da estrutura da teoria do conhecimento que Hume apresentou como o alicerce da filosofia experimental, oposto ao racionalismo dos seus adversários, a sua estratégia de utilizar-se do ceticismo mitigado pode ser aceita como a melhor alternativa teórica, que possibilitou-lhe um maior poder de explicação e justificação dos poderes cognitivos

⁷¹ *“Does it contain any abstract reasoning concerning quantity or number? No. Does it contain any experimental reasoning concerning matter of fact and existence? No. Commit it then to the flames: For it can contain nothing but sophistry and illusion.”*

atribuídos às ciências da natureza humana. O ponto central avaliado por ele estava naquilo que a natureza aprimorou: o hábito como um instinto. Este último assegurou o conhecimento causal do mundo, fundamental para a existência da espécie, segundo Hume.

Portanto, o referencial teórico humeano impôs ao homem a aceitação de sua própria natureza humana como campo de explicação e garantiu uma alternativa distante do argumento teológico, dos católicos, que supunham a razão humana como inata porque seria uma dádiva divina. Para Hume, somente o hábito, pelo menos tacitamente, teria o estatuto de inato e comprovaria o conhecimento das *questões de fato* causais.

Estas foram as reais preocupações do trabalho de Hume, como é possível observar na *Investigação* (4.2)⁷²:

“Questões de fato, que são os segundos objectos da razão, não são determinadas da mesma maneira, e tampouco a evidência que temos da sua verdade, por

⁷² “Matter of fact, which are the second objects of human reason, are not ascertained in the same manner; nor is our evidence their truth, however great, of a like nature with the foregoing.”

maior que seja, é da mesma natureza que a dos anteriores”⁷³.

Neste ponto, que ele também refere-se às relações de idéias, nota-se a confirmação da mesma preocupação na *Investigação* (4.4)⁷⁴: “Todos os raciocínios relativos as questões de fato parecem assentar na relação de *causa e efeito*”.

O conceito de hábito possibilitou a construção de uma teoria que, para o filósofo escocês, tornou-se fundamental para avaliar a validade de qualquer proposição lançada com a pretensão de conhecimento, exceto o matemático.

Hume não formou um critério de verdade absoluta e, também, não instalou qualquer tipo de dúvida insofismável. A instância julgadora era uma teoria concreta de que o conhecimento mais forte que a natureza humana produziu seria julgado pela existência da espécie, como prova de sua

⁷³ Itálicos meus.

⁷⁴ “All reasonings concerning matter of fact seem to be founded on the relation o *Cause and Effect*.”

veracidade de que a suposição teórica era correta. É claro que pode parecer que Hume atingiu um tipo de verdade, mas contra essa certeza não seria possível resistir e não se poderia ir além. De acordo com Monteiro (2007, p. 71):

“Somos seres complexos num mundo complexo, mas se temos sobrevivido através da evolução é graças as nossas capacidades biológicas e as nossas capacidades cognitivas de previsão causal”.

A verdade sobre o conhecimento causal fundamentado no hábito ou costume era a certeza mais próxima a que se poderia chegar, sem a força dogmática de outras teorias. A teoria aqui tem, no seu núcleo, um projeto dependente da observação empírica, mas sem o conteúdo de subjetividade de que muitas vezes Hume foi acusado⁷⁵. Hábito ou costume é o nome de um mecanismo inobservável. Não é um termo observacional. É um termo teórico, como compreende Monteiro (2009, p. 8). E é como um termo abstrato, teórico e inobservável que o hábito

⁷⁵ Popper (1972, p. 44).

pode ser identificado na filosofia Humeana, de acordo com Monteiro (2009, p. 45):

“‘Hábito’ é o nome de uma qualidade inobservável da natureza humana, um termo que faz parte de uma explicação dos fenômenos inferenciais que concorda com esses fenômenos. Seu poder explicativo é a justificação para postular a existência de um tal princípio”

Quando identificado que o hábito é um termo teórico, faz-se necessário entender o motivo do conceito hábito ter um poder explicativo tão grande na filosofia humeana. Monteiro (2009, p. 52) esclarece;

“O hábito ou costume de Hume pode ser corretamente considerado uma ‘propensão’, mas é uma propensão postulada, ou pressuposta pela teoria humeana, não uma propensão descoberta no interior de um contexto observacional.”

A inferência causal é o mecanismo designado por Hume para a descoberta de novas causas. Por

“inferência” ele quer dizer um termo que designa a descoberta de princípios da natureza humana⁷⁶.

Hume supôs a crença causal, a partir da inferência causal, como a maior geradora de conhecimento confiável, apesar de partir de uma observação da conjunção constante, criada por meio da razão imaginativa, de um tipo de entendimento dos fenômenos do mundo. O princípio que constrói a teoria da crença causal parte de um tipo de empirismo que identifica nos seres humanos a capacidade de realizar a inferência causal, e reforça a tese de que não há idéias inatas. De fato, os fenômenos causais abordados no estudo humeano partem da evidência empírica da observação e permitem ultrapassar este limite, com o conceito de hábito.

A operação que ocorre na mente é de um tipo de raciocínio que nos textos humeanos evidencia a força da natureza, impondo um conhecimento suficiente para vencer a razão dedutiva e inata dos cartesianos. Hume mostra que a parte mais importante do entendimento do mundo acontece através da faculdade humana de realizar inferências causais. Essa capacidade é a melhor explicação, ou a única, para a

⁷⁶ Monteiro (2009, p. 59).

aceitação do mundo sensível como o esteio no qual se assentam as descobertas do conhecimento humano por raciocínios causais. A idéia de uma causa e efeito está presente na observabilidade que nela reside, então:

“Uma condição necessária para que uma causa possa ser qualificada como um termo utilizável numa inferência”⁷⁷.

O que Hume deixou como legado para o conhecimento humano foi, então, um limite para a descoberta científica, pois a inferência causal é apresentada por ele como um critério para qualquer método que tenha a pretensão de produzir conhecimento confiável. A confiança se estabelece na evidência de proporção empírica entre causa e efeito.

“O homem sagaz, portanto, proporciona a sua crença à evidência”⁷⁸.

É com esse sentido de perspicácia que a filosofia de Hume permite a descoberta de novas causas e, conseqüentemente, possibilita a ampliação do conhecimento humano, visto que a filosofia natural —

⁷⁷ Monteiro (2009, p. 32).

⁷⁸“A wise man, therefore, proportions his belief to the evidence”, *Investigação* (10.4).

atualmente, as ciências — é descoberta de causas, como afirma Monteiro (2009, p. 36). Não seria uma apologia feita da experiência como busca de causas. Apenas aquelas que estão dentro das inferências causais formariam o que se pode chamar de conhecimento seguro para Hume.

Ao fazer uma crítica aos raciocínios dedutivos, Hume apresentaria a sua teoria como conjectural:

“Não como verdadeira, mas como uma proposição inteligível que é a única⁷⁹ hipótese capaz de explicar o fenômeno cognitivo da inferência causal. Não teria sentido algum referir em tais termos a conclusão de uma inferência causal humeana. Quando se quer justificar uma inferência causal, não se diz que ela concorda com os fenômenos: simplesmente se mostra que ela é capaz de descrevê-los diretamente”⁸⁰.

Pode-se concluir, por enquanto que, ao percorrer a empresa humeana, é possível responder à outra questão apresentada inicialmente neste

⁷⁹ Itálico meu.

⁸⁰ Monteiro (2009, p. 43-44).

texto por Félix Duque (1998, p. XXIV): “O que é possível obter da filosofia de Hume?”.

Em primeiro lugar, as influências do trabalho de Hume foram apresentadas por interpretações feitas pelos pensadores que criticaram de forma positiva ou negativa a sua obra. Isso mostra como o conhecimento da sua filosofia, na maior parte dos casos, esteve sempre sob a interpretação de filósofos, como Reid, Kant e Popper, e foi dependente da opinião de correntes filosóficas, como o positivismo lógico.

De modo geral, as críticas construíram um Hume que apresentou uma filosofia difícil, porque há aspectos inovadores. O conceito de hábito foi responsável pela demora e confusão no entendimento da sua filosofia. Essa morosidade, por parte dos intérpretes, também se deve ao ceticismo atribuído a Hume: um ceticismo radical, um empirismo extremo ou mesmo um psicologismo, foram outras opiniões que o levaram aos vários “ismos”. Isso indica também que historiadores da

filosofia atribuíram a ele preconceitos, ou leituras feitas sem a devida atenção ao cerne das questões apresentadas. A leitura de Hume, de fato, é complexa. Mas isso não é uma justificativa para tantos exageros na sua interpretação.

O entendimento da filosofia de Hume teve como resultado, segundo Rosenberg (1993, p.64), a importância do empirismo apresentado como uma preocupação sobre a natureza do significado empírico e o problema da demarcação entre o que seria e o que não seria científico; os fundamentos da inferência causal, o caráter das leis científicas, a estrutura das teorias científicas, a natureza da explicação científica, o caráter do espaço e do tempo e o estatuto da matemática. Esses temas tornaram Hume um precursor da filosofia da ciência do século XX.

O segundo ponto que precisa ser esclarecido está nas interpretações que mostram Hume conhecido como um dos filósofos ícones da

tríade⁸¹ do pensamento empirista britânico. Sabe-se que a filosofia humeana foi uma influência fundamental no desenvolvimento do conceito de empirismo, como parte da construção de uma filosofia que representava uma oposição ao racionalismo continental, apresentado, principalmente, por Descartes e os seus herdeiros.

Mas, ao avançar na discussão do significado do empirismo no pensamento do filósofo escocês, é preciso destacar um pouco do contexto histórico do século XVIII na Europa do período iluminista, que influenciou o projeto de Hume. Nesse momento da história surgiu uma filosofia capaz de superar os limites da razão humana impostos, principalmente, por Descartes, sem abrir os flancos às especulações excessivas da teologia. Hume introduziu a razão com um princípio mínimo de economia que, no seu

⁸¹ Locke e Berkeley são lembrados juntamente com Hume como formadores do pensamento empirista britânico, apesar de apresentarem distinções em relação ao empirismo apresentado por ambos. Berkeley, por exemplo, levou o seu empirismo a um tipo de idealismo. Em contrapartida, John Locke praticava um empirismo que o aproximava um pouco mais da ciência experimental, a medicina.

entendimento, seria a apresentação de um limite para o conhecimento humano.

Era um princípio de parcimônia análogo ao da navalha de Ockham. Neste contexto do século XVIII, a razão experimental, juntamente com esse princípio utilizado por Hume, apresentou-se como a forma mais lapidada de conhecimento. Era a razão experimental uma teoria que, para ele, mostrava qual o ponto de partida para o caminho do entendimento da natureza humana, apoiada no princípio de simplicidade, ou regra de parcimônia, de acordo com Monteiro (1009, p. 61).

6 — A EXPLICAÇÃO NA FILOSOFIA HUME

David Hume decidiu enfrentar o “tribunal da razão humana”, como se pode notar no *Tratado* (introdução, §1), ao buscar a explicação mais adequada para confirmar a teoria do conhecimento que apresentou, inicialmente no *Tratado* e posteriormente na primeira *Investigação*. Com sua filosofia tentou responder, supostamente, aos anseios de séculos de incertezas sobre qual o fundamento mais seguro para o conhecimento humano. Ele indicou como parte de sua resposta, uma teoria causal como o melhor e mais claro projeto epistêmico a ser seguido. Projeto este que seria capaz de guiar o saber e corrigir a conduta daqueles que pretendem praticar a filosofia. Em suma, sua contribuição na epistemologia é conhecida, na linguagem atual, mais comumente como uma teoria da causalidade.

Para Hume, se fosse feita uma inspeção com o uso de bom senso e moderação, seria possível

identificar sua filosofia como a última teoria, talvez, a definitiva. “Quando pois pretendemos explicar os princípios da natureza humana, de facto propomos um sistema completo das ciências, assente num fundamento quase inteiramente novo e que é o *único*⁸² sobre o qual elas podem estabelecer-se com alguma segurança”⁸³, *Tratado* (introdução, § 6).

Se demonstrasse como os fenômenos são percebidos, acessados e ordenados pela mente humana em forma de pensamentos e, posteriormente, transformados em conhecimento, ele mostraria como se obtém a compreensão da natureza humana através da sua ciência. Uma concepção teórica repleta de “invenções e descobertas”⁸⁴, que leva seu leitor a investigar por si mesmo se os fundamentos apresentados são de fato razoáveis ou verdadeiros. Essa noção de que ele havia encontrado uma teoria completa é mais freqüente no *Tratado*, mas não se deve fazer a leitura da filosofia de Hume apenas nessa obra. Na *Investigação* e outras obras como os

⁸² Itálico meu.

⁸³ “In pretending therefore to explain the principles of human nature, we in effect propose a compleat system of sciences, built on a foundation almost entirely new, and the only one upon which they can stand with any security.”

⁸⁴ *Tratado* (1.4.7.12).

Diálogos há outra tendência mais moderada na filosofia humeana.

O que há no sistema filosófico humeano é a presença de um forte componente crítico e investigativo em detrimento de uma filosofia dogmática, que o levou a descobrir a natureza humana como a verdadeira fonte para conhecer os mecanismos de funcionamento do pensamento humano. O entusiasmo para investigar, o anseio por descobrir novos fundamentos é claro na *Investigação* (4.3):

*“A descoberta de defeitos na filosofia comum, se os houver, não será, suponho eu, motivo de desânimo, pelo contrário, servirá de estímulo, como é habitual, para procurarmos alguma coisa mais completa e satisfatória do que até agora tem sido proposto ao público”.*⁸⁵

De qualquer forma, caberia ao “homem dotado

⁸⁵“The discovery of defects in the common philosophy, if any such there be, will not, I presume, be a discouragement, but rather an incitement, as is usual, to attempt something more full and satisfactory, than has yet been proposed to the public”.

de discernimento e de saber”⁸⁶, *Tratado* (idem), avaliar sua filosofia, que ele julgava bem sucedida se fosse seguida de perspicácia investigativa; notadamente o homem de senso comum mais bem qualificado era o público que Hume desejava atingir. Como conseqüência, a preocupação com o nível das explicações fornecidas pelo seu pensamento levou-o a supor⁸⁷ a causação e

⁸⁶É necessário lembrar que Hume escreveu para o leitor culto e bem informado. Seu público partilhava de algum conhecimento do pensamento filosófico e científico da época. Não foi sua intenção, exatamente, fazer filosofia para os eruditos, os “schollars”, da sua época, principalmente depois da má recepção do *Tratado*. Apesar disso, sua busca por um estilo claro e direto não deve ser confundida com os revezes obscuros do *Tratado*. De fato, nessa obra a dificuldade é maior para a interpretação de algumas doutrinas de Hume. Por isso não se pode negar a “Advertência” da primeira *Investigação*, e também não levá-la completamente ao extremo da consideração que Hume pediu ao propor que “Daqui em diante, deseja o autor que os textos que se seguem sejam os únicos que se considere encerrarem os seus princípios e opiniões filosóficas”, *Investigação* (p. 83).

⁸⁷ O caráter de “suposição” (hipótese) que tem a causação na filosofia humeana está de acordo com a interpretação de Hume como um teórico da natureza humana. Contudo, sua “suposição” foi resultado da insatisfação em relação ao caráter dedutivo que a inferência causal apresentava, principalmente na versão cartesiana. Por isso, ele não fez um trabalho dedutivo (como se poderia esperar de uma filosofia aristotélica-tomista) e nem dedutivo como se encontra em Descartes. Deve-se notar também que em Hume não há uso de qualquer intuição. Todas as proposições são avaliadas segundo a relação que a experiência apresenta aquilo que a teoria supõe. A causação, como apresentada e explicada por Hume, não é uma hipótese *ad hoc*, para se utilizar aqui de um termo usado na literatura contemporânea de filosofia da ciência que atualmente tem vários sentidos, que indica um acréscimo conceitual que pouco ou nada contribui para aumentar a compreensão da teoria.

elegeu-a como o estatuto mais forte, legítimo e seguro para explicar a aquisição e justificação do conhecimento.

Assim, a sua teoria da inferência causal foi desenvolvida como a compreensão mais confiável para admitir crenças e formar conhecimento. Não é o único tipo de raciocínio da mente humana, mas ele considerou que o grau de complexidade de sua teoria causal apresentava-se como o mais completo entre todos os sistemas que o antecedeu. Aliás, os predecessores de Hume formam um grupo de rivais e ao mesmo tempo pensadores que o influenciaram. Descartes, por exemplo, era considerado rival em muitos aspectos⁸⁸.

Na análise de Hume, o modo como os eventos podem ser compreendidos por uma teoria causal forma o conteúdo principal do entendimento da mente humana e, conseqüentemente, resulta em todo o aprendizado essencial que permite construir conhecimento. A

⁸⁸ No *Tratado* (1.3.16) é bastante claro que Hume se opõe ao pensamento de Descartes quanto a consideração das faculdades de raciocínios dos animais. Enquanto o primeiro julga que os animais possuem alguma faculdade de raciocínio, o segundo supunha muito poucas atribuições aos animais. Na primeira *Investigação* (9) ele apresenta uma outra posição em defesa dos raciocínios dos animais — uma crítica mais leve que não elevava os animais ao nível humano, como fez no *Tratado*.

principal estrutura teórica que se deve aceitar estaria fundamentada na explicação causal que a sua teoria apresenta. O aparelho cognitivo, a mente humana, segundo a teoria causal de Hume, responde de maneira positiva ao esquema explicativo de como funciona o raciocínio causal.

O entendimento passa a ter um poder explicativo porque está equipado para a aceitação de que algum evento aconteceu no mundo exterior. Mas o mundo exterior não é a preocupação humeana: “O mais longe que podemos ir no caminho da concepção dos objectos exteriores, considerados *especificamente* diferentes das nossas percepções, é formar deles uma idéia relativa, sem pretender os objectos relacionados”, *Tratado* (1.2.6.9)⁸⁹. Para Hume basta entender o que acontece no “palco da mente”, pois a confirmação da sua teoria depende da experiência e da inspeção da razão. Esses são seus primeiros fundamentos; suas “ferramentas” para investigar a profundidade da mente até onde é possível chegar.

⁸⁹ “The farthest we can go towards a conception of external objects, when suppos’d *specifically* different from our perceptions, is to form a relative idea of them, without pretending to comprehend the related objects.”

Na filosofia de Hume a mente é, metaforicamente, um palco, como é possível ler no *Tratado* (1.4.6.4).

*“A mente é uma espécie de teatro em que diversas percepções fazem sucessivamente a sua aparição; passam, voltam a passar, fogem deslizando e misturam-se numa variedade infinita de atitudes e situações. Não há propriamente nela nem simplicidade num instante, nem identidade em diferentes instantes, qualquer que seja a propensão natural que tenhamos para imaginar esta identidade e simplicidade.”*⁹⁰

Disso segue-se que, no nível teórico, há uma organização dos primeiros raciocínios causais⁹¹

⁹⁰“The mind is a kind of theatre, where several perceptions successively make their appearance; pass, re-pass, glide away, and mingle in an infinite variety of postures and situations. There is properly no *simplicity* in it at one time, nor *identity* in different, whatever natural propension we may have to imagine that simplicity and identity.”

⁹¹No entanto, o que se pode chamar de primeiros raciocínios causais estão no conjunto de experiências que não precisam de repetição. Este é um ponto que também foi contemplado na teoria de Hume, e Monteiro (1994, p. 07) destacou a importância das primeiras experiências para a formação da base empírica no sujeito humeano ao lado da experiência por repetição. “A experiência repetida tem na filosofia humeana do conhecimento um papel tão relevante e tão notório, que quase se arrisca a apagar o papel desempenhado nessa filosofia pela experiência singular”.

— uma base causal obtida por meio de experiências. Isto confirma a preocupação com a base empírica que a teoria humeana possui, porque ela, em certo sentido, tem o caráter de subdeterminação empírica, ou seja, a teoria fica sujeita aos acontecimentos da experiência que determinam a estrutura e o conteúdo da teoria. Não há, em Hume, como negar a força da experiência, que fica patente em afirmações como a seguinte, na *Investigação* (4.20):

“Na realidade, todos os argumentos tirados da experiência assentam na similaridade que constatamos entre os objectos naturais, pela qual somos induzidos a esperar efeitos similares aos que constatamos seguirem-se de tais objectos. E embora ninguém senão um tolo ou um louco jamais possa pretender colocar em questão a autoridade da experiência, rejeitando esse grande guia da vida humana, certamente se poderá permitir a um filósofo que a sua curiosidade seja suficiente para pelo menos o levar a examinar o princípio da natureza

humana que outorga à experiência essa autoridade, fazendo-nos tirar vantagem daquela similaridade que a natureza estabeleceu entre diferentes objectos”⁹².

Esse foi o grande passo para introduzir o conceito de hábito, como princípio da natureza humana, na *Investigação* e, na seção seguinte, Hume afirma que é o hábito “o grande guia da vida humana. É o único princípio que torna a nossa experiência útil para nós, e nos faz esperar, no futuro, um curso de eventos similar aos que ocorreram no passado”⁹³, *Investigação* (5.6). Ele confirma a influência do hábito como crucial para permitir às *questões de fato* (causais) fundamentarem “o que está

⁹² “In reality, all arguments from experience are founded on the similarity, which we discover among natural objects, and by which we are induced to expect effects similar to those, which we have found to follow from such objects. And though none but a fool or madman will ever pretend to dispute the authority of experience, or to reject that great guided of human life; it may surely be allowed a philosopher to have so much curiosity at least, as to examine the principle of human nature, which gives this mighty authority to experience, and makes us draw advantage from that similarity, which nature has placed among different objects”.

⁹³ “The great guide of human life. It is that principle alone, which renders our experience useful to us, and makes us expect, for the future, a similar train of events with those which have appeared in past.”

imediatamente presente à memória e aos sentidos”, pois sem o hábito os seres humanos seriam ignorantes.

Essa condição de que causa e efeito são apreendidos como ele descreveu no seu “princípio da cópia”⁹⁴ é indubitável para ele. Desses causais objetos formam-se os principais conceitos que compõem a sua teoria. Todavia o que fundamenta a teoria causal humeana repousa no hábito, conceito que ele não se preocupa em encontrar um fundamento maior e anterior. Não há dúvida sobre o hábito, mas na *Investigação* (12.22) ele sugeriu que “O hábito, um certo instinto da nossa natureza, ao qual, de facto, é difícil resistir; mas que, como outros instintos, pode ser falaz e enganador”⁹⁵. Com essa afirmação ele não tirou a importância do “hábito” como fundamento teórico.

Trata-se, na afirmação acima, apenas de uma possibilidade que não deve ter sido bem avaliada por ele, pois um instinto pode ser correto ou incorreto,

⁹⁴ Termo consagrado na literatura sobre Hume por Noxon. Ele se refere ao uso que Hume fez quando indicou que todos os objetos da mente têm uma relação da sua impressão para com a idéia formada.

⁹⁵ “Custom or a certain instinct of our nature; which it is indeed difficult to resist, but which, like other instincts, may be fallacious and deceitful.”

mas não tem o mesmo estatuto de uma proposição que pode ser verdadeira ou falsa e, neste caso, não pode ser o instinto “falaz”, falso ou enganador. O caráter hipotético do hábito ou costume de Hume “Pode ser considerado corretamente uma ‘propensão’, mas é uma propensão postulada, ou pressuposta pela teoria humeana, não uma propensão descoberta no interior de um contexto observacional”, de acordo com Monteiro (2009, p. 53).

Este conceito que ele apresentou, de raciocínio por inferência causal, de entendimento dos fenômenos por processos causais, tem o estatuto de raciocínio completo e torna-se tema central, o núcleo do conhecimento humano a ser desenvolvido ao longo das principais obras do filósofo escocês. Tem-se, na compreensão de Hume, que o conjunto de todas as *questões de fato*, que são os objetos causais que sua teoria procura por uma explicação, como aquilo que importa a estudar e discutir seu fundamento para obter uma teoria do conhecimento bem sucedida.

Logo, ao compor o cerne do que se pode considerar como a sua principal contribuição para a teoria do conhecimento, Hume expôs a preocupação em buscar um fundamento que era diferente para as

explicações que formavam o arcabouço de evidências mais fortes para estruturar suas concepções, teóricas ou empíricas, filosóficas ou científicas, de seu período. O sentido de evidência que ele buscou pode ser destacado com o recurso à experiência. Por outro lado, uma evidência teórica tem como resultado positivo a adequação da razão que, quando corretamente aplicada, encontra-se em condição de explicar, descrever e prever os fenômenos.

Mas para confirmar a novidade do seu conceito de explicação ele precisava de “provas”⁹⁶ convincentes, as quais o levaram a uma busca por comprovações experimentais que ficaram no nível de evidências empíricas ou de uma argumentação teórica que pudesse convencer seus leitores da apresentação de sua empresa filosófica como a mais razoável, ou a única, segundo ele⁹⁷. Nesse sentido, comprovação em

⁹⁶ Não são provas no sentido que o rigor matemático, costumeiramente, exige. Mas para Hume tratava-se, principalmente, de descrever os fenômenos. Esse é um sentido bem claro na filosofia de Hume. Se um fenômeno pode ser bem descrito, as propriedades que ele contém devem ser bem entendidas à luz da teoria que se utiliza para entendê-lo. Então, descrever não seria, para ele, apenas citar propriedades, mas dizer sobre elas com proficiência. Desse modo estaria presente uma explicação, no sentido mais fraco que explicação pode ser assumida.

⁹⁷ Como será visto adiante na discussão sobre “Teoria causal como a melhor explicação”.

Hume tem um significado de “prova” de modo mais fraco, porque depende da experiência para fornecer a evidência. Ela é a instância decisiva, porque contra os fatos não se pode negar e, por isso cumpre o papel de direcionar a construção da teoria. O conceito de evidência em Hume não é uma prova lógica, no sentido atual que se tem do termo “prova”, mas é convincente no nível teórico, visto que está apoiada na experiência.

E é exatamente no nível da teoria que Hume estabelece a validade dos seus argumentos de forma a se confrontarem com a razão que, por sua vez, cria regras, princípios, leis etc. A experiência é o guia e o tribunal último, porém não é o fundamento da estrutura teórica. Cabe apenas à razão como o juiz final.

Hume teve o cuidado de construir sua metodologia com base empírica em uma estrutura que devia corresponder, quando submetida a uma análise sincera pelo leitor mais culto e razoável nas suas conclusões, aos tópicos teóricos que confirmassem a explicação por meio de raciocínios causais. Esse procedimento seguia o vislumbre da metodologia experimental inspirada na filosofia natural do

empirismo inglês e do Iluminismo. Tratava-se de apresentar um projeto de acordo com o espírito experimental de Newton⁹⁸, pensador que também valorizou a noção de experiência, mas, como Hume, construiu hipóteses fundamentais para o entendimento de suas teorias⁹⁹.

Assim, a explicação causal é o tema que deve ser seguido continuamente, se se pretende entender Hume na totalidade de sua obra. Entretanto, a causação tem aspectos distintos. Algumas vezes ela está, para Hume, no nível de uma explicação, outras vezes ele a usa para construir um critério de justificação. E há também algum uso puramente descritivo, como se pode notar em outros exemplos.

O primeiro uso, da causação como explicação encontra-se na seguinte passagem da *Investigação* (4.12).

⁹⁸ O pensamento newtoniano é concebido comumente como experimental. Todavia deve-se entender o conceito de teórico empirista para seu sistema filosófico. Tal como para Hume também não se pode atribuir uma filosofia exclusivamente empirista.

⁹⁹ A negação de hipóteses, no caso de Newton, que não deve ser tomada tão a sério como se discute costumeiramente. Aliás, essa passagem foi um acréscimo feito por Newton, em 1713, à segunda edição dos *Principia*. Ele dizia no escólio dessa obra: “I do not feign hypotheses”, Smith (2004, p. 139).

*“A elasticidade, a gravidade, a coesão das partes, a comunicação do movimento por impulso; são essas provavelmente as causas e princípios últimos que jamais descobriremos na natureza: e poderemos considerar-nos suficientemente felizes se, mediante rigorosa investigação e raciocínio, conseguirmos subir dos fenômenos particulares até, ou quase, esses princípios gerais”*¹⁰⁰

Hume expõe a consideração de que as causas e efeitos podem ser pensados como modelos explicativos dos fenômenos citados. Sua hipótese, neste caso, é de que não se pode ir além desse tipo de explicação. Trata-se de um modo de exhibir o conteúdo empírico não observável, e quando se trata de fornecer uma explicação acerca da natureza dos acontecimentos observados, cumpre o objetivo de explicar a origem dos fenômenos interrogados de forma parcial. A elasticidade, a gravidade, a coesão das partes e o impulso são conceitos gerais que Hume imaginava não serem observados além dos seus efeitos, porém uma

¹⁰⁰“Elasticity, gravity, cohesion of parts, communication of motion by impulse; these are probably the ultimate causes and principles which we shall ever discover in nature; and we esteem ourselves sufficiently happy, if by accurate enquiry and reasoning, we can trace up the particular phaenomena to, or near to, these general principles.”

explicação causal poderia diferenciar cada um desses eventos, que funcionariam de modo correspondente nas respectivas teorias.

A gravidade é uma escolha explicativa paradigmática na filosofia humeana, visto que a inspiração newtoniana fica explícita no exemplo a ser discutido como modelo de entendimento de causa e efeito. Em outras ocasiões, como nos *Diálogos*, ele volta ao exemplo da gravidade. Na concepção de gravidade que pode ter outra interpretação. Parece haver uma possibilidade de interpretar este conceito como uma ação, como descrito nos *Diálogos* (p. 106):

*“O movimento, em muitos casos, seja pela gravitação, pela elasticidade, ou pela eletricidade, inicia-se na matéria, sem que se conheça um agente que o tenha voluntariamente iniciado; e supor que nesses casos sempre há um tal agente não seria mais do que mera hipótese, e uma hipótese que não traz consigo qualquer vantagem.”*¹⁰¹

¹⁰¹“Motion, in many instances, from gravity, from elasticity, from electricity, begins in matter, without any known voluntary agent: and to suppose always, in these cases, an unknown voluntary agent, is mere hypothesis; and hypothesis attended with no advantages. The beginning of motion in matter itself is as conceivable a priori as its communication from mind and intelligence.” (foi utilizada a paginação da tradução brasileira).

Para o caso em que a causação é apresentada como uma descrição pode-se observar na seguinte passagem da *Investigação* (7.25), como um outro uso que ele faz do conceito de causa e efeito:

*“Descobrimos pela experiência que um corpo em repouso ou em movimento continua para sempre no seu estado presente, até dele ser retirado por alguma nova causa, e que um corpo impelido retira do corpo que o impele tanto movimento como ele mesmo adquire. Isso são factos. Ao chamarmos a isto uma vis inertiae estamos apenas a indicar esses factos, sem pretendermos ter qualquer idéia de poder inerte; do mesmo modo que, quando falamos da gravidade, queremos referir certos efeitos, sem compreendermos aquele poder efectivo”*¹⁰².

É o conteúdo observacional que faz dessa passagem uma análise descritiva da causação, que se resume nos dizeres: “isso são factos” e “estamos

¹⁰² “We find by experience, that a body at rest or in motion continues for ever in its present state, till put from it by some new cause; and that a body impelled takes as much motion from the impelling body as it acquires itself. These are facts. When we call this a *vis inertiae*, we only mark these facts, without pretending to have any idea of the inert power; in the same manner as, when we talk of gravity, we mean certain effects, without comprehending that active power”

apenas a indicar esses factos”. Na concepção humeana de empirismo pode-se dizer que a gravidade é aceita de modo passivo pelo sujeito humeano, porque há uma observação do seu efeito, o que deve ser suficiente para uma acomodação do conceito de “causa” como um termo teórico. O observador que Hume supõe apenas recebe por mera observação.

Aliás, conceber a gravidade como causa ou efeito é um problema de interpretação presente na obra humeana. Todavia Monteiro (2009, p. 81) adverte que “O problema é saber se a afirmação de que o termo ‘gravidade’ indica ou *significa* (*means*, no original) certos efeitos é incompatível com a afirmação, em outro contexto, de que a gravidade é uma causa”. Ele elucidava o problema e desfaz a dificuldade. Monteiro (2009, p. 89) concluiu que não há incompatibilidade nas diferentes apresentações do conceito de gravidade em Hume, ora como causa, ora como efeito, porque “Hume só pode ser objeto de uma leitura coerente no quadro de determinada concepção da ciência — da ciência como explicação, como teoria, como descoberta de causas ou princípio inobserváveis”.

Hume também indica uma outra forma de entendimento da causação: o modo *descritivo*. Ao

apresentar as duas definições de causa¹⁰³ na *Investigação* (7.29):

Df1: “*Um objecto, seguido por outro, sendo todos os objectos similares ao primeiro seguidos por objectos similares ao segundo, ou por outras palavras, tal que, se o primeiro objecto não ocorresse, o segundo jamais existiria.*”¹⁰⁴

Df2: “*Um objecto seguido de outro, cujo aparecimento sempre conduz o pensamento para aquele outro.*”¹⁰⁵

Com essas definições ele descreve como funciona a causação de maneira a uniformizar o raciocínio sobre a idéia de conexão necessária. Faz delas outro tipo de aplicação do seu método, em busca de economia para simplificar a compreensão. A metodologia por ele definida fica assim, completa se considerado o aspecto unificador que ele visava à sua teoria do conhecimento.

¹⁰³A apresentação dessas definições no *Tratado* (1.3.14.31) encontra-se praticamente com o mesmo teor.

¹⁰⁴ Df1) “*An object, followed by another, and where all the objects, similar to the first, are followed by similar to the second. Or in other words, where, if the first object had not been, the second never had existed.*”

¹⁰⁵ Df2) “*An object followed by another, and whose appearance always conveys the thought to that other*”.

Mas ele assim tratou sua metodologia porque obteve o fundamento que confirmava sua expectativa de encontrar o conceito que justificava a natureza humana como o cerne do debate epistemológico. Ele supôs ter a resposta mais adequada para confrontar com seus contemporâneos¹⁰⁶. Para ele era a conclusão dos debates intermináveis desde a filosofia medieval sobre a aquisição e formação do conhecimento pela natureza humana¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Não se deve esquecer a apresentação do “Debate cético” que Hume também esteve envolvido, como Popkin (2000, p. 211) indicou. Não o debate para estabelecer o critério da verdadeira fé, mas aquele que buscava um critério para estabelecer a evidência (e não vice-versa), como diz Popkin (2000, p. 29). Hume, portanto, também pode ser inserido no contexto da busca por um critério de verdade para formular uma teoria do conhecimento mais adequada. “Ele mantém-se à distância da problemática forte da certeza e não se põe em busca da verdade no sentido tradicional”, Guimarães (1998, p. 300).

¹⁰⁷ “Não há nada que tenha sido mais ferozmente contestado na filosofia medieval que o tópico da natureza humana. Entre as muitas questões discutidas estavam a natureza da alma, a relação entre a alma e a mente, o funcionamento dos sentidos e do intelecto, o papel das paixões, os limites da liberdade humana e a extensão de nossa dependência para com a graça e iluminação divinas. Ainda assim, estas disputas, embora possuindo alcance amplo, desenrolavam-se em um contexto de concordância geral em relação a vários temas básicos. Havia concordância geral quanto à afirmação de que os seres humanos têm uma alma, mas não são meramente almas – ela é incorruptível. A história do pensamento medieval sobre a natureza humana diz respeito à maneira como esse referencial básico foi desenvolvido de várias conflitantes, e como essas várias teses podiam ser provadas filosoficamente – se é que podiam ser provadas de todo”, segundo Pasnau (2008, p. 249).

Desse modo, o hábito ou costume, alicerce de um conceito fundamental como o raciocínio causal, deve ser considerado como se todos os eventos fossem compreendidos pela mente humana, através de outro princípio, o de regularidade dos fenômenos mentais. Essa base da estrutura central para o desenvolvimento de uma epistemologia naturalizada, pode ser reconhecida como cerne na natureza humana. “As regularidades detectadas nos processos [mentais] tornarão possíveis predições, explicação, e a descoberta dos critérios que presidem sobre escolhas teóricas humanas, bem como práticas”, segundo Guimarães (1998, p. 303).

Este é o padrão fornecido pela estrutura teórica que Hume apresentou na sua empresa filosófica. Sua apresentação compromete¹⁰⁸ todos os modelos explicativos fornecidos por ele com o conceito de causação, pois para ele explicar de forma adequada é explicar por meio do raciocínio de causas e efeitos.

Mas o que é uma explicação causal? Na filosofia de Hume é a estrutura explicativa que garante o conhecimento inabalável depois que se

¹⁰⁸ Necessariamente ele aceita que a explicação é a fundamentação da sua epistemologia, metodologia e ontologia.

encontra a contigüidade, anterioridade da causa em relação ao seu efeito e a conjunção constante para se confirmar que a relação causal está presente. Não se deve esquecer também que a conexão necessária entre uma causa A e um efeito B *deve* estar presente. Aliás, trata-se do item fundamental, como se pode verificar na seção 4 da *Investigação*.

O modelo humeano tem uma vantagem explícita que é a simplicidade na sua estrutura da observação dos fenômenos ocorridos¹⁰⁹. “Quando inferimos de um efeito uma causa particular, devemos proporcionar uma ao outro, e jamais sendo permitido atribuir à causa quaisquer qualidades que não sejam precisamente aquelas suficientes para produzir o efeito”¹¹⁰, *Investigação* (11.12). Mas a inspeção dos itens citados acima — contigüidade, anterioridade da causa em relação ao seu efeito, a conjunção constante e a conexão necessária — não tornam a relação causal um conceito que pode ser simplificado pela observação. Há uma adequação de condições para se

¹⁰⁹ “Essa regra é o princípio de simplicidade, ou regra de parcimônia, frequentemente invocados nos textos de Hume”, segundo Monteiro (2009, p. 61).

¹¹⁰ “When we infer any particular cause from an effect, we must proportion the one to the other, and can never be allowed to ascribe to the cause any qualities, but what are exactly sufficient to produce the effect.”

verificar a presença dos três principais componentes de uma relação causal e também da idéia de conexão necessária.

Obviamente que o modelo de Hume parece mais adequado quando, geralmente, se busca uma explicação como mais razoável, pois sempre é pertinente perguntar sobre a causa de algum fenômeno e seu respectivo efeito¹¹¹. É o que se pode esperar também da compreensão filosófica de um leitor bem esclarecido, ou seja, daquele que possui razoável senso crítico para julgar seus próprios raciocínios com destreza e moderação.

Nesse sentido que Hume propôs uma epistemologia com base causal. Na primeira *Investigação*, segundo Monteiro (2002, p. 13 - 14), a teoria humeana argumenta:

“Acerca do fundamento da inferência causal na experiência repetida de conjunções de fenômenos, não pretendendo que seja isso que podemos constatar directamente através do exame dessas mesmas inferências, à medida que as vamos fazendo, mas procedendo de modo muito mais conjectural do que empírico”

¹¹¹ Este é um princípio mínimo bastante comum na física clássica.

O que corresponde em grande parte a apresentação da inferência causal no *Tratado*, livro I.

Em posse desse fundamento conjectural de que a inferência causal ocorre em condições estritamente bem definidas, está subjacente a consideração da regularidade da natureza. Essa é uma necessidade que Hume impõe para que a estrutura causal assegure outro termo teórico fundamental: hábito. Mas por quê? Porque desse modo é possível considerar a semelhança entre os fenômenos e a regularidade da conjunção constante na observação entre a causa A e o efeito B.

O pensamento humeano é um sistema, como foi dito anteriormente, que considera as variáveis que o compõem de maneira a se completarem com os itens que Hume propôs — anterioridade, contigüidade, conjunção constante e idéia de conexão necessária. Trata-se de unificar as duas questões que Norton (2000, p. 133), na ampla introdução ao *Tratado*, considera vital. “Por que pensamos que tudo que começa tem de necessariamente ter uma causa?” e,

“Por que pensamos que o curso da natureza continua, sempre, uniformemente o mesmo?”¹¹².

Os argumentos demonstrativos não são suficientes para mostrar que a uniformidade da natureza continua sempre a mesma e, falham para se demonstrar que o futuro será igual. A “certeza intuitiva” também não contribui para um resultado positivo nessa avaliação¹¹³. Então, o que é possível aceitar? Somente que o futuro assemelha-se ao passado. Trata-se apenas de uma aceitação, que não colabora no processo metodológico de buscar fundamentos.

O pensamento proposto por ele, se aplicado ao caso das ciências naturais, comportar-se-ia como um conjunto de variáveis bem definidas em um sistema, que por sua vez poderia apresentar soluções específicas — mas não todas. Ele também não buscou

¹¹² “Why do we think that everything that begins to exist must necessarily have a cause?” and “Why do we think that the course of nature continues always uniformly the same?”.

¹¹³ Hume está, seguramente, contra a certeza que Descartes pretendia estabelecer quando afirma a Regra IV, na obra *Regras para a orientação do espírito*: “nenhuma ciência pode ser adquirida senão pela intuição intelectual ou pela dedução”, Descartes (2007, p. 20). Além disso, “Hume indica com precisão que sua preocupação é antes de tudo a de mostrar que esta estipulação da matemática como sendo o modelo do saber teórico *em geral* não passa de mero sonho de visionário”, Moura (1997, p. 148).

um referencial explicativo e fundador que fosse confirmado por alguma divindade ou um Deus criador, que é o caso encontrado na teologia. Ele recusa terminantemente a possibilidade de uma divindade interferir na criação de eventos na seção “Dos Milagres”, *Investigação* (10).

Os fenômenos naturais podem mudar constantemente; Hume sabia disso. Mas ele precisava inserir uma possibilidade metafísica que fosse diferente daquela mais obscura — como ele se referia àquela que a teologia praticava. A regularidade foi suposta na apresentação dos fenômenos da natureza na mente humana — como uma variável segura para o modelo explicativo que ele apresentara. Bastou-lhe fazer essa consideração geral no sistema que ele propôs para que os eventos adquirissem um sentido e uma ordenação adequada ao tratamento que ele forneceu.

A exclusão da variável temporal seguiu-se por um modelo mais acessível de compreensão, como parte da simplicidade que ele buscou. Isso confere o direito do “hábito” não depender do tempo, mas apenas da repetição dos acontecimentos. “O elemento decisivo é o número de repetições — quantas exatamente ninguém sabe, mas todo mundo sabe que há um limite — e

não a duração de cada experiência”, de acordo com Monteiro (2003, p. 46). Hume utiliza-se de um conceito de hábito distinto daquele utilizado no cotidiano, apesar de ser a mesma palavra. A base de sua teoria do conhecimento e, portanto, o referencial proposto por ele é uma hipótese, que segundo ele está presente na natureza humana, continuamente, como a base para as explicações sobre como se adquire conhecimento.

O fato é que ao se considerar a modificação da natureza que Hume implicitamente aceitou e supôs no seu sistema, implica em uma estrutura que parece permitir uma “explicação de tudo”. Mas uma teoria que explique “tudo” não foi o que ele pretendeu e nem uma explicação sobre os fenômenos naturais. Ele sabia da ignorância humana sobre o funcionamento da natureza e, numa perspectiva mecanicista admitiu a limitação para se descobrir as causas últimas de todos os fenômenos na *Investigação* (4.12).

“Mas quanto às causas dessas causas gerais, seria em vão que as procuraríamos descobrir, nem jamais qualquer explicação particular delas será capaz de nos satisfazer. Essas molas e princípios últimos estão totalmente

vedados à curiosidade e investigação humanas. A elasticidade, a gravidade, a coesão de partes, a comunicação de movimentos por impulso: estas são provavelmente as causas e princípios últimos que jamais descobriremos na natureza, e deveremos nos considerar satisfeitos se, por meio de cuidadosa investigação e raciocínio, pudermos remeter os fenômenos particulares para esses princípios gerais, ou deles os aproximar. A mais perfeita filosofia do tipo natural apenas detém por algum tempo a nossa ignorância, e talvez a mais perfeita filosofia do tipo moral ou metafísico sirva apenas para revelar mais amplas porções da nossa ignorância.”¹¹⁴

Ao apresentar o conceito de uniformidade da natureza, expôs a certeza de uma análise segura dentro de parâmetros que formam o conhecimento por uma

¹¹⁴ “But as to the causes of these general causes, we should in vain attempt their discovery; nor shall we ever be able to satisfy ourselves, by any particular explication of them. These ultimate springs and principles are totally shut up from human curiosity and enquiry. Elasticity, gravity, cohesion of parts, communication of motion by impulse; these are probably the ultimate causes and principles which we shall ever discover in nature; and we may esteem ourselves sufficiently happy, if by accurate enquiry and reasoning, we can trace up the particular philosophy of the natural kind only staves off our ignorance a little longer: As perhaps the most philosophy of the moral or metaphysical kind serves only to discover larger portions of our ignorance.”

perspectiva de sistema fechado para ser analisado. Constitui, assim, a característica marcante de uma explicação que o leitor pode avaliar por si mesmo se extraída a variável temporal da investigação dos eventos, porque assim funciona o conceito de hábito. Essa suposição, de que os fenômenos (ou objetos, na linguagem de Hume) podem ser analisados com a “percepção” do espaço sem o tempo, em certo sentido pode ser pensado em uma concepção clássica de ciência, como a mecânica de Newton. A variável temporal pode ter importância, mas considera-se somente a uniformidade e a repetição dos fenômenos que acontecem dentro de um conjunto que preserva a regularidade da natureza.

Hume deixa as *questões de fato* numa possibilidade de serem observadas sem mudança temporal porque o que interessa é a repetição e a conjunção constante. Assim, os eventos causais podem ser conhecidos e interagirem constantemente com a impressão que produz determinada idéia de forma uniforme, invariável.

Os fenômenos, então, seriam ocorrências da natureza que, para Hume, estão na base teórica da regularidade da mente e não do mundo. Uma suposição

metafísica que ele não pôde recusá-la. Há nessa proposta humeana, implicitamente, uma organização entre os objetos que possibilita conduzir a formação de regras de raciocínios. Os fenômenos acontecem e podem ser sistematizados de acordo com leis gerais que unificam a metodologia de entendimento dos raciocínios humanos. Este seria o poder das faculdades cognitivas presentes no modelo geral da teoria humeana. Não se trata de dar uma resposta para a questão do entendimento último, causas últimas, mas de apresentar o poder das faculdades cognitivas presentes nos raciocínios humanos.

O filósofo deve buscar os princípios possíveis ao entendimento humano, sem manifestar algum apelo ao desejo de encontrar causas últimas. Se tiver uma atitude que se coaduna com o espírito de um homem investigativo, "racional e modesto"¹¹⁵, ele deve

¹¹⁵ Racional confere o teor da explicação como suscetível de aceitação dentro dos parâmetros humeanos de confirmação experimental. Modesto caracteriza a exposição humeana de uma epistemologia comprometida com a verdade diante dos argumentos propostos para se analisar. Não bastam argumentos teóricos, mas sim aqueles que são factuais diante das evidências empíricas.

investigar sem “jamais apontar a causa última de qualquer operação natural”, *Investigação* (4.12)¹¹⁶.

A razão humana é para Hume uma busca por simplicidade, de acordo com o princípio de economia, que também fora valorizado por Newton, também presente na Introdução do *Tratado*. Não há motivo para exceder ao entendimento na busca de causas últimas, “reduzindo os múltiplos efeitos particulares a algumas poucas causas gerais”, *Investigação* (4.12). O confronto final que um investigador precisa ater-se para tirar conclusões encaminha-se com o uso da “analogia, da experiência e observação”, *Investigação* (4.12). Quando feita a comparação com o mundo real — este é um sentido adequado para analogia — encontra-se o estatuto que garante a inferência correta e sua conclusão em acordo com aquilo que é observado. A teoria que Hume valoriza é essa combinação de valores: analogia, experiência e observação.

Então, qual o percurso que a mente realiza para ir além de conclusões já alcançadas e arriscar-se a inferir algum outro resultado? Certamente que os

¹¹⁶ “Rational and modest, has ever pretended to assign the ultimate cause of any natural operation”.

argumentos não podem estar entre aqueles raciocínios que Hume repudiava — intuição e a dedução, como Descartes apresentou — pois para obter uma generalização seria confiável apenas a causação. A confiabilidade no raciocínio causal faz parte de um outro tipo de generalização, que passa por outra faculdade intelectual, apoiada no instinto que é o hábito.

Para resultados mais universais, ou gerais, a explicação parece estar amparada em muitos casos em outra estrutura argumentativa, que seria o de analogia. Este “princípio” aparece nos textos de Hume em inúmeras passagens:

“Na minha opinião, o método mais apropriado para esclarecer satisfatoriamente este acto mental consiste em apresentar outros exemplos análogos, e outros princípios que facilitem a sua operação. Não se podem explicar as causas últimas das nossas acções mentais. Basta que possamos dar delas uma explicação suficientemente fundamentada na experiência e na

analogia.” *Tratado* (1.1.7.11)¹¹⁷

Também nos *Diálogos*:

“Mas sempre que se afasta, por pouco que seja, da similaridade dos casos, diminui-se proporcionalmente a evidência; e ela pode afinal ser reduzida a uma analogia muito tênue, reconhecidamente sujeita a erro e incerteza. Após termos observado a circulação do sangue em criaturas humanas, não temos dúvidas de que ela ocorre em Tício e Mévio, mas a circulação do sangue em sapos e peixes conduz, por analogia, apenas a uma suposição, embora forte, de que ela também ocorre nos seres humanos e outros animais. O raciocínio analógico é muito mais fraco quando inferimos a circulação da seiva nos vegetais a partir de nossa experiência de que o sangue circula nos animais; e experimentos mais acurados mostraram o equivoco daqueles

¹¹⁷ “The most proper method, in my opinion, of giving a satisfactory explication of this act of mind, is by producing other instances, which are analogous to it, and others principles, which facilitate its operation. To explain the ultimate causes of our mental actions is impossible. ‘Tis sufficient, if we can give any satisfactory account of them from experience and analogy”.

que seguiram apressadamente essa analogia imperfeita.” (Diálogos, p. 32)¹¹⁸

Outro exemplo, agora na primeira *Investigação*.

“Todos os nossos raciocínios sobre questões de facto assentam numa espécie de analogia, que nos leva a esperar de uma causa qualquer os mesmos efeitos que observamos resultarem de causas similares. Quando as causas são inteiramente similares a analogia é perfeita e a inferência que dela deriva é considerada certa e conclusiva. Ninguém ao ver uma peça de ferro, tem jamais qualquer dúvida de que ela possuirá peso e coesão de partes, como em todos os outros casos que já lhe foi dado observar. Mas quando os objectos não

¹¹⁸“But wherever you depart, in the least, from the similarity of the cases, you diminish proportionably the evidence; and may at last bring it to a very weak analogy, which is confessedly liable to error and uncertainty. After having experienced the circulation of the blood in human creatures, we make no doubt that it takes place in Titius and Maevius. But from its circulation in frogs and fishes, it is only a presumption, though a strong one, from analogy, that it takes place in men and other animals. The analogical reasoning is much weaker, when we infer the circulation of the sap in vegetables from our experience that the blood circulates in animals; and those, who hastily followed that imperfect analogy, are found, by more accurate experiments, to have been mistaken.” (a página da citação oferecida acima se refere à edição brasileira).

apresentam uma similaridade tão exacta, a analogia é menos perfeita e a inferência é menos conclusiva, embora ainda preserve alguma força, proporcionalmente ao grau de similaridade e semelhança.”Investigação (9.1)¹¹⁹

Resta saber o que Hume compreende por “analogia” e a relação deste conceito com a inferência causal. Para tanto, uma passagem do Apêndice do *Tratado* (p. 296) é elucidativa para se compreender este conceito e o de crença (*belief*):

“Sendo portanto considerada uma verdade indubitável que a crença não é senão uma maneira especial de sentir, diferente da simples concepção, a questão que se põe naturalmente a seguir é esta: qual a natureza desta maneira de sentir, ou sentimento? É semelhante a todos os outros sentimentos da mente humana? Esta questão é importante. Pois se este

¹¹⁹ “All our reasonings concerning matter o fact are founded on a species o ANALOGY, which leads us to expect from any cause the same events, which we have observed to result from similar causes. Where the causes are entirely similar, the analogy is perfect, and the inference, drawn from it, is regarded as certain and conclusive; Nor does any man ever entertain a doubt, where he sees a piece of iron, that it will have weight an cohesion of parts; as in all others instances, which have ever fallen under his observation. But where the objects have not so exact a similarity, the analogy is less perfect, and the inference is less conclusive; though still it has some force, in proportion to the degree of similarity and resemblance.”

*sentimento não for análogo a qualquer outro, temos de desesperar de explicar as causas e temos de considerá-lo como um princípio original do espírito humano. Se for análogo, podemos esperar descobrir-lhes as causas por analogia e ligá-lo a princípios mais gerais.”*¹²⁰

Aparentemente, Hume usa o termo analogia no sentido que contemporaneamente utiliza-se, ou seja, como Murachco argumenta, um raciocínio que tem por base “uma idéia anteriormente expressa e da qual certos elementos são uma referência para o discurso atual”¹²¹. Murachco analisa a palavra “analogia”, que no grego é formada pelo prefixo *ana*, do substantivo *logos* e do sufixo *gia*¹²², e sustenta que “uma analogia implica três termos, dos quais um amarra os dois outros segundo um *lógos*, isto é, segundo um

¹²⁰ “This, therefore, being regarded as an undoubted truth, that belief is nothing but a peculiar feeling, different from the simple conception, the next question that naturally occurs is, what is the nature of this feeling or sentiment, and whether it be analogous to any other sentiment of the human mind? This question is important. For if it be not analogous to any other sentiment, we must despair of explaining its causes, and must consider it as an original principle of the human mind. If it be analogous, we may hope to explain its causes from analogy, and trace it up to more general principles.”

¹²¹ Murachco (2004, p. 31).

¹²² Não é o objetivo aqui reproduzir a análise detalhada empreendida pela autora sobre estes elementos.

raciocínio, segundo um cálculo”¹²³. O problema é saber que tipo de “raciocínio”, ou “cálculo”, a analogia apresenta em Hume.

Ele enfrenta este problema de forma direta no Livro I, Parte 3, seções 11 a 14 do Tratado e na seção 6 da primeira *Investigação*, nas quais analisa a probabilidade. Argumenta que existem dois tipos de probabilidade: as filosóficas e as não-filosóficas. As primeiras seriam estáveis, inferências capazes de construir uma base de conhecimento, enquanto que as segundas, embora semelhantes às primeiras por dependerem dos mesmos raciocínios mentais, produzem um conhecimento menos confiável.

O que interessa aqui é a probabilidade filosófica, pois consistiria em um raciocínio causal imperfeito, visto que mesmo se ela é estável, estaria na dependência de uma repetição rigorosamente igual às condições em que ocorreu. Então, se tal repetição fosse algo perfeitamente assegurado, a probabilidade perderia seu caráter provisório e se converteria em prova. Isso tem como consequência que, para Hume tornam-se raciocínios causais imperfeitos: são aqueles que não ocorrem da mesma maneira, nem com a mesma

¹²³ Murachco (idem, p. 33).

regularidade. Pode-se exemplificar este ponto ao considerar que os raciocínios causais nem sempre encontram a condição ideal para ocorrerem — mesmas condições para ocorrerem, o que deveria implicar em semelhança entre os eventos. Tem-se, neste momento, a probabilidade filosófica, visto que a relação de semelhança ou a regularidade pode ser imperfeita.

É com o entendimento das relações imperfeitas entre os objetos (porque são apenas prováveis) que Hume pode aceitar que a mente “calcula”, ainda não no sentido que analogia possui, quase probabilisticamente, que eventos menos observados ficam à espera de outra repetição¹²⁴ ou, por analogia, quais devem ingressar no conjunto de fatos causais que podem ter o estatuto cognitivo de conhecimento e daí por diante virem a compor a base de conhecimento.

Ora, trata-se de saber qual é o mecanismo adotado por Hume para pensar a inferência causal? Para responder a isto é preciso entender alguns elementos da epistemologia humeana, e principalmente,

¹²⁴ Observe-se que Hume trata da geração da crença causal de um caso somente, e para tanto corrobora o *background knowledge*; ressalte-se a especialidade que este ponto da teoria parece assumir para o autor, que o trata em separado.

o uso que é feito dos procedimentos lógicos-formais, que devem ser levados em conta. As passagens citadas acima são apenas algumas nas quais Hume enfatiza o papel da analogia na construção do conhecimento. Importa, pois, perguntar em que nível formal-epistêmico a analogia funciona como procedimento chave para sustentar a argumentação de Hume e o que se pode depreender disto quanto ao arcabouço lógico de sua teoria do conhecimento.

O núcleo do problema reside na pretensão de tratar a inferência causal como uma “modalidade” ou um “caso especial” da indução. Entretanto, não parece ser uma finalidade da argumentação de Hume dotar sua teoria do conhecimento deste tipo de “ferramenta” lógica. Ao contrário, é mais fácil verificar no contexto da obra a tentativa de partir de opiniões aceitas em geral para fazer emergir formulações teóricas mais consistentes e sistematizadas. Se for assim, então procede a crítica empreendida por J.S. Mill quanto à inferência causal ser tributária da analogia em termos de gradações maiores ou menores de semelhança estabelecida, pois fica restringida a uma aproximação ou afastamento da indução, própria da lógica clássica. Nas palavras de Mill, em *A system of*

Logic (III, xx, 1-3, p. 554) quanto ao sentido do termo analogia:

“A palavra analogia, como nome de um modo de raciocínio, é entendida de modo geral como se fosse alguma espécie de argumento que se supõe ser de natureza indutiva, mas não equivale a uma indução completa.”¹²⁵

A definição de analogia que aqui se adota pode ser resumida como o modo de estabelecer relações comparativas entre idéias ou fenômenos diferentes. Essa definição fornece sustentação epistêmica para o raciocínio analógico em características similares, qualitativamente aferíveis, em termos de correspondência, correlação ou semelhança de predicados atribuídos. Desta forma, a relação analógica em Hume assumiria um caráter próximo de uma indução válida sem chegar a sê-lo rigorosamente. Ela, a relação analógica, serve de procedimento formal para a inferência causal, na medida em que requer o atendimento de duas condições, a saber:

¹²⁵ “The word Analogy, as the name of a mode of reasoning, is generally taken for some kind of argument supposed to be of an inductive nature, but not amounting to a complete induction.”

1. Confronto de semelhanças e diferenças sobre o que está em pauta, ao pressupor que o sujeito detém um conhecimento razoável sobre o assunto ou questões afins (esta condição seria atendida em Hume pela experiência passada);

2. Aferição de semelhança que supera em muito as diferenças para garantir a proximidade de uma indução válida¹²⁶.

Ora, em Hume encontram-se tais condições postuladas em várias passagens da sua obra. E pode-se objetar que se está diante de um enfraquecimento do poder explicativo da teoria humeana, ao não conceder, pela analogia, um estatuto formal inteiramente válido para a inferência causal. Para enfrentar esta objeção, propõe-se o exame de alguns trechos da obra *Tópicos*, de Aristóteles, onde são delimitadas as esferas de possibilidade de aplicação dos procedimentos lógicos; se o que for aqui exposto tiver um fundamento

¹²⁶ Sobre a aproximação que a analogia permite concluir, pode-se verificar na *Investigação* (9.1) e nos *Diálogos* – citados acima. “Espécie de inferência — a inferência ‘teórica’ — também se reveste de um caráter causal, pois conduz à descoberta de causas. Mas essas causas não são objetos ou eventos visíveis: são mecanismos inobserváveis. São princípios causais, descoberto com a ajuda do artifício da analogia — o que poderia justificar que se desse a esse tipo de inferência a designação de ‘inferência causal analógica’”, Monteiro (2009, p.65), (itálicos meus).

plausível na obra de Hume, talvez seja possível uma compreensão de outros aspectos do sistema humeano quanto ao padrão moral e à estética do gosto.

Segundo Aristóteles, para se discutir os princípios primeiros do conhecimento (ou de qualquer ciência), deve-se lançar mão de outro tipo de raciocínio que não o silogismo dedutivo, visto que “partindo dos princípios próprios de uma determinada ciência, nada é possível dizer acerca destes, já que os princípios têm precedência absoluta sobre tudo” (*Tópicos*, 101 a, p.236). Para que esta investigação seja feita deve-se aceitar que só se acederia a eles por intuição ou indução, e, desta forma, seria preciso aceitar o silogismo dialético. Para Aristóteles, isto ocorre pois:

“Por isso mesmo, para podermos dizer alguma coisa sobre esses princípios, temos necessariamente de recorrer a opiniões geralmente aceites sobre cada um deles. Esta actividade é uma propriedade da dialéctica, ou, pelo menos, é a ela especialmente adequada, dado que, sendo uma actividade que tem por fim a investigação, fornece o caminho para atingir os princípios comuns a todos os métodos.” *Tópicos* (101 b, p. 236)

Em Aristóteles, a dialética assume um sentido de método de investigação, isto é, uma postura investigativa de aceitação de dogmas quanto aos princípios primeiros do conhecimento. Significa admitir que um princípio ou premissa apreendidos intuitiva ou indutivamente sempre são passíveis de discussão, o que se aproxima daquilo que Hume chama, em certa medida, de “ceticismo mitigado”.

O uso do silogismo dialético que parte das opiniões gerais (seja de homens comuns ou de especialistas) teria sido mais próximo das formulações retóricas empregadas pelos sofistas do o sentido platônico do estudo das relações entre as idéias. Admitindo-se isto no panorama geral da obra de Hume, então seria preciso compreender os trabalhos sobre a moral, a política, a crítica etc, também por este ângulo. Inclusive a passagem do “é-deve (ser-dever)” assume outra configuração se analisada por este prisma; a isto se pode aduzir que o próprio desenvolvimento da obra filosófica de Hume se desenrola de uma obra como o *Tratado*, para a forma de *Ensaios* e culmina nos *Diálogos*, ao amadurecer progressivamente para uma estrutura estético-formal

calcada na dialética como método de averiguação de premissas.

A analogia é um mecanismo amplamente utilizado por Hume; porém, para certos fins não seria adequado, e este é o caso da associação por causação, a qual utiliza o mecanismo da analogia, mas produziria resultados indesejáveis por causa da sua falta de parâmetros para uma melhor aproximação (resultaria em imperfeições), visto que pode produzir “associações falsas”, o que não ocorreria com a inferência causal. Hume, em carta na qual expõe uma conversa que teve com o poeta cego Blacklocke afirma:

“Mas ele me disse, que para estes Termos, expressões de Luz e Cor, ele acrescentou, por uma falsa associação, certas idéias intelectuais. Assim, ele concebia a iluminação do Sol como a presença de um amigo, a alegre cor do verde seria como uma simpatia social. Estas considerações são muito pouco inteligíveis a nós, que possuímos a visão.” (Letter to ABBÉ LE BLANC, 24/10/1754)

Este exemplo apresentado por Hume é, acredita-se, ilustrativo das diferenças entre associação de idéias e inferência causal: a primeira é fraca e tênue, a segunda é forte e vivaz; da primeira consegue-se criar e associar objetos livremente, na segunda há uma obrigatoriedade de transição de uma para a outra, e mesmo que o indivíduo se esforce, não conseguirá pensar de modo diferente, e se o fizer não obterá o mesmo sentimento de crença (*belief*).

Assim, se a diferença entre associação de idéias e inferência causal é um elemento importante na compreensão da obra de Hume, da mesma forma ocorre com o papel desempenhado pela analogia na produção da inferência causal, pois será com um estudo minucioso das relações analógicas presentes em seus escritos que se pode ampliar a avaliação de aspectos retóricos/formais da obra humeana e contextualizá-la adequadamente enquanto sistema filosófico.

7 — A TEORIA HUMEANA

Os aspectos teóricos que envolvem a epistemologia de David Hume são bastante diversificados, de acordo com vários comentadores. De fato, o conceito de teoria que envolve a sua obra altera-se substancialmente e, como conseqüência, apresenta uma variação acentuada de doutrinas filosóficas aceitas por ele. Houve muitas influências sobre este autor e o seu talento filosófico e literário lhe permitiu uma ampla formação baseada em textos tanto dos filósofos antigos quanto de seus contemporâneos, como Locke e Berkeley.

Do ceticismo, a posição mais comumente conhecida e aceita ao longo da história da filosofia¹²⁷, ao naturalismo, argumentado no século XX por Kemp Smith, em 1905, a teoria humeana do conhecimento pode ser criticada nos seus fundamentos por distintos pontos filosóficos. Segundo alguns diferentes comentadores, em parte isso se deve ao tamanho e à

¹²⁷ Mesmo no século XX essa leitura de Hume como “o cético radical” foi realizada por alguns filósofos. Ayer é um exemplo.

diversidade da sua obra. Hume fez planos de publicar um imenso trabalho que cobriria todas as principais áreas do conhecimento da filosofia moral até a sua época — epistemologia, paixões, moral, estética, política, religião, história¹²⁸ — e, de fato, as publicou, mas de um modo diferente daquele que havia previsto. Como consequência, ele pôde ser lido de tantas formas que sempre foi possível encontrar defensores de uma ou outra tese em seu trabalho.

O ceticismo e o naturalismo são duas dessas doutrinas que se tornaram pontos obrigatórios para analisá-lo epistemologicamente. Na primeira, Hume negou a possibilidade de qualquer tipo de conhecimento absoluto que se possa encontrar e, portanto, não há racionalidade em nenhuma forma de conhecimento. A segunda doutrina coloca-o sob a perspectiva da sua teoria do conhecimento, principalmente ligada à compreensão da natureza humana.

Segue-se dessas duas interpretações que as formas de entendimento da epistemologia humeana são, marcadamente, aceitas a partir de pontos de vista empiristas pelos seus intérpretes, céticos ou

¹²⁸ Argumento defendido por Kemp. Smith (1964, p. 79).

naturalistas. Seria, então, novidade, a partir daqui, atribuir-lhe algum outro conceito pouco usual, pois o mais comum nas discussões da obra de Hume é mencionar os aspectos do empirismo, ceticismo e naturalismo.

Contudo, essas possíveis formas de entendimento da sua epistemologia, de modo geral, guiam-se cada uma para outros níveis internos da obra daquele que foi um dos grandes filósofos escoceses, senão o maior dentre eles. Cabe admitir, e arriscar, a possibilidade de uma interpretação não usual, que aqui se propõe diferente daquela considerada padrão¹²⁹. Se colocar o autor em outro campo da filosofia significa levá-lo a um outro “ismo” filosófico, haverá a necessidade de uma justificativa mais ampla do que aquelas interpretações citadas anteriormente. De fato, cria-se aqui a possibilidade de uma outra linha de interpretação, facultativa, mas auxiliar, à medida que expõe David Hume como um autor que pode ser considerado atual, no sentido que sua teoria teve a pretensão de ser — já que sempre buscou esclarecer o

¹²⁹ O ceticismo que inspirou Kant a sair do seu “sono dogmático” ou o naturalismo, no sentido apresentado por Kemp. Smith (1905, p. 207).

entendimento que ele propôs dos fenômenos da natureza humana.

Qual deve ser essa interpretação? Aquela que propõe Hume como o menos radical que se conhece na história da filosofia? A que apresenta seu pensamento assentado sobre uma epistemologia que fornece a razão causal como fonte de conhecimento?

Aceitar tal interpretação pela “voz” do próprio autor através de seus escritos e chegar até o ponto que uma leitura feita fora de seu tempo pode permitir é parte da proposta desse trabalho, cujo objetivo é ampliar o conceito atual da teoria humeana do conhecimento.

Há, certamente, níveis distintos de interpretação dentro do texto humeano e é preciso respeitá-los com seriedade a partir da sua obra. A aproximação de Hume com outros filósofos ou linhas de pensamento é possível, devido à ampliação aqui proposta no entendimento das posições aceitas em seus próprios textos.

Pode-se aceitar essa ousadia na interpretação da sua filosofia se, tomado o texto humeano, for encontrada a devida concordância para esse percurso investigativo. O próprio Hume depositava confiança na

ousadia dos pensadores e previa a possibilidade de outros filósofos se debruçarem sobre “descobertas filosóficas e científicas” (*Tratado*, Introdução, §1, p. 3), pois “se é que a verdade se encontra ao alcance das faculdades humanas, ela deve certamente ser bem obscura e profunda”¹³⁰ e, para tirá-las da profundidade em que se encontram, é necessário entender o que Hume concebe como boa filosofia. Os aspectos teóricos a serem investigados precisam ser estabelecidos sobre alguns pilares, de acordo com a interpretação assumida aqui. Inicialmente, é preciso estabelecer o que de fato significa “teoria” na filosofia humeana, mais precisamente, no *Tratado* e na *Investigação*. A exposição que percorrer este itinerário deve contemplar a natureza humana em harmonia com a filosofia concebida por um pensador que não tem momentos distintos, mas, apenas um único Hume.

É preciso esclarecer que há apenas um Hume, apesar de existir constante referência ao autor do *Tratado* como se aquela fosse a sua obra juvenil e o Hume da *Investigação* situar-se numa posição mais madura, intelectualmente. Não se deve distinguir dois

¹³⁰ “For if truth be at all within the reach of human capacity, `tis certain it must lie very deep and abstruse”.

Humes, com duas fases amplamente distintas, tal como em outros filósofos¹³¹. Há ressalvas a serem feitas em ambas, principalmente, quando se busca com maior precisão a interpretação da sua teoria causal, associação de idéias, definições de causa, metodologia etc. Devem ser aceitas algumas das vantagens¹³² nessas modificações que o autor fez na obra seguinte ao *Tratado*, pois percebe-se o amadurecimento de suas principais teses na primeira *Investigação*.

O segundo aspecto a ser analisado está na racionalidade da teoria humeana, visto que ele foi interpretado como defensor de uma teoria causal que teria, na sua base, fundamentos irracionais, devido ao conceito de hábito ou costume. Esta argumentação foi feita por Popper (1972, p. 28), por exemplo, como se houvesse em Hume uma justificativa de conhecimento por uma epistemologia puramente subjetiva

¹³¹ “Diz um de seus intérpretes, John Passmore, que não se pode ser humeano da mesma maneira como se pode ser hegeliano, precisamente porque ser humeano significa fundamentalmente recusar que qualquer sistema possa ser definitivo. Definitivo, só o próprio espírito da descoberta e da investigação”, Monteiro (2009, p. 17).

¹³² Uma desvantagem, se puder ser assim chamada, é apresentada por Monteiro (2003, p. 15). Ele apresentou e desfez a “pequena” confusão que os comentadores fizeram quanto ao uso do associacionismo humeano. Erro propagado pelo descuido de Hume ao modificar o conceito de associação de idéias na apresentação do *Tratado*.

(fundamentada apenas nos dados sensíveis) e, portanto, de caráter acentuadamente psicológico.

Essa abordagem foi chamada por Popper de “problema humeano da Indução”¹³³. Para esse problema, coube a ele uma solução de caráter provisório; mas o que interessa, de fato, é o esquema psicológico que marcou a interpretação humeana do problema da indução. O “problema de Hume” nunca foi apresentado por ele¹³⁴, no entanto maculou a abordagem racional que existe na sua teoria causal¹³⁵.

¹³³ Muitos outros filósofos da ciência, além de Popper, também acreditaram que Hume era o precursor do “problema da indução”.

¹³⁴ O problema filosófico da indução é pertinente à justificação dos raciocínios indutivos e suas conclusões universais.

¹³⁵ Monteiro (2003, p. 104) mostrou que não há problema da indução em geral em Hume e, conseqüentemente, o que Popper pensou em relação ao “problema de Hume” é descabido.

8 — A TEORIA CAUSAL É A MELHOR TEORIA?

A teoria causal de Hume apresenta um aspecto bastante peculiar em relação à causação. Se ela for pensada como uma teoria inserida em um sistema completo criado por ele, e composto pelas propriedades inatas do hábito como fundamento da natureza humana, pode-se destacar a complexidade conceitual que o conceito de hábito ou costume expõe. Trata-se de entender um conceito que fundamenta o poder explicativo que ele determinou para a inferência causal. Ele pretendia para sua teoria atribuir um grau de explicação mais avançado que aquele atribuído pelos defensores cartesianos da inferência causal como dedutiva (pelo poder da razão). O resultado é que ela diferencia-se da concepção de outros pensadores que também incluíram as explicações causais no repertório de suas buscas pelo conhecimento e, no caso do filósofo escocês, há um tom bastante particular.

Ele analisa sua teoria como a única teoria completa e, portanto, a melhor e mais confiável. Se ela é completa como explicação, pode haver dúvidas, mas se é melhor que outras explicações, isso merece uma investigação, pois Hume acreditava nessa possibilidade.

Em primeiro lugar merece uma pequena análise se a teoria do hábito, como apresentada por Hume pode ser a melhor entre todas as teorias, de acordo com o conceito que ele elaborou. Mas antes é preciso investigar se essa teoria pode ser a única, pois ser a única não implica em ser a melhor. De fato, Monteiro (2009, p. 77) reforça essa posição de singularidade da teoria humeana ao admitir que o hábito:

*“É um princípio inobservável, um mecanismo invisível da natureza humana, que é postulado pela teoria de Hume como a **única** explicação plausível de nossa capacidade para fazer inferências causais”.* (negrito meu)

Essa certeza sobre o resultado que alcançou na discussão da inferência causal fez Hume acreditar que, pelo menos nos que diz respeito aos objetos pertencentes às *questões de fato* ele tinha apresentado

a única explicação razoável. Na *Investigação* (5.5) ele diz:

*“E é certo que estamos aqui a propor pelo menos uma asserção muito inteligível, se não uma asserção verdadeira, quando afirmamos que, depois da conjunção constante de dois objectos, o calor e a chama, por exemplo, ou o peso e a solidez, é exclusivamente o hábito que nos faz esperar um deles a partir do surgimento do outro. Esta hipótese parece mesmo ser a **única** que explica esta dificuldade”*¹³⁶.(negrito meu)

Sua teoria parece estar completa e deve ser a única forma de fundamentar o entendimento sobre as *questões de fato* que pode levar alguma certeza para além da evidência da memória e dos sentidos, pode ser exemplificada do seguinte modo: “Alguém que ache um relógio ou qualquer outra máquina numa ilha deserta concluirá que alguma vez estiveram homens nessa ilha”, *Investigação* (4.4).

¹³⁶ “And it is certain we here advance a very intelligible proposition at least, if not a true one, when we assert, that, after the constant conjunction of two objects, heat and flame, for instance, weight and solidity, we are determined by custom alone to expect the one from the appearance of the other. This hypothesis seems even the only one, which explains the difficulty”.

Essas passagens indicam que a causação, como apresentada e defendida por Hume, insinuam uma analogia que se pode fazer com a *IBE* (sigla utilizada em inglês para inferência para a melhor explicação).

A inferência para a melhor explicação é aceita como uma forma legítima de raciocínio não dedutivo¹³⁷. “Hume constrói sua conjectura mediante uma analogia entre o princípio postulado por sua teoria e uma propensão humana que é facilmente e freqüentemente observada na vida comum — conseguindo assim conferir mais força e plausibilidade a essa teoria”, como afirma Monteiro (2009, p. 53).

Dois pontos devem ser esclarecidos. O primeiro se refere ao conceito de teoria em Hume. Parece razoável inserir a concepção humeana de teoria dentro de uma descrição bastante esclarecedora que Boltzmann (2004, p. 52) proporciona a respeito do tema:

“Sou de opinião de que a tarefa da teoria consiste na construção de uma imagem, em nós existente, do mundo externo, devendo ela nos servir de guia em todos os nossos pensamentos e experimentos. Ou seja, de certa maneira

¹³⁷ Dancy & Sosa (1993, p. 206).

completando o processo mental à medida que executando globalmente aquilo que é executado em pequena escala quando formamos uma representação qualquer. É um instinto próprio ao espírito humano constituir para si uma imagem e ajustá-la continuamente ao mundo externo”

Boltzmann captura na citação acima a qualidade que a teoria humeana apresenta. Ele afirma na página seguinte que “Quanto mais abstrata, tanto mais poderosa torna-se a investigação teórica”. Isso dá azo a entender a afirmação de Monteiro (2009, p. 08) de que;

“Há dois níveis de teoricidade dos princípios não puramente empíricos da natureza humana: 1) princípios explicativos, concebidos como mecanismos completamente inacessíveis à observação ou introspecção e 2) disposições que, uma vez descobertos, podem se encontrados por meio empíricos, mas que apenas parcialmente são manifestas e, por isso, também precisam do trabalho de construção teórica que gera os primeiros.”

O que se pode extrair, então, da lição humeana? Aprende-se com Hume que o que uma teoria está circunscrita ao tema da causação de forma natural. As outras inferências que a filosofia ou as ciências naturais, em geral, fazem uso, quais sejam: a inferência dedutiva e a indutiva, podem almejar um estatuto que no primeiro caso goza de um por demonstrativo (lógico-matemático) e no segundo padece de um rigor que não encontrou confirmação mais adequada até os dias de hoje.

Para entender o que se pretende com o conceito de *melhor* explicação é preciso antes averiguar qual conceito de explicação se pode utilizar na epistemologia humeana. Em primeiro lugar, uma explicação faz algo mais que descrever um fenômeno, pois pretende responder a respeito do *por que* algo é de tal modo, ou se apresenta de uma determinada maneira. Se a explicação pretende ir além da descrição, ou seja, ultrapassa os aspectos reconhecíveis das coisas que são apenas esclarecidas no mesmo nível que a proposição enunciada, ao explicar algum fenômeno ou objeto, implica, conseqüentemente, em uma troca de plano. “Significa subsumir, incorporar um

fato sob um enunciado geral”, Schuster (2005, p. 32)¹³⁸.

No caso de Hume fica mais claro quando se observa que ele não descarta outras formas de explicar, mas assume que a explicação causal contém o que há de mais relevante para produzir conhecimento. Isso fica de acordo com seu projeto, que é uma tentativa de resolver a epistemologia de forma positiva, apesar das dúvidas que possam pairar quanto ao aspecto positivo de sua solução cética na seção 4 da *Investigação*.

O que caracteriza uma explicação como *IBE* é o caráter hipotético inserido na sua concepção em meio às evidências. De certo modo isso também está presente na filosofia de Hume no que diz respeito à sua teoria ter o estatuto de melhor explicação. A sagacidade admitida ao homem que “proporciona a sua crença à evidência”, na *Investigação* (10.4), transforma o conteúdo empírico naquilo que é possível de se acreditar. Ao acreditar, obter crença, esta é reforçada pelas experiências passadas que, em certo sentido, “a

¹³⁸ “explicar es subsumir, incorporar um hecho bajo un enunciado general”.

evidência não ultrapassa o que propriamente se denomina *probabilidade*”, *Investigação* (10.4).

Suas teorias são, como diz Monteiro (2002, p. 13), “apresentadas e justificadas como boas explicações (ou as melhores explicações) dos fenômenos humanos estudados. Este teor ‘hipotético-dedutivo’ da filosofia humeana aclara-se, sobretudo, na obra da maturidade” — a primeira *Investigação*. A experiência, outro conceito fundamental se apresenta na forma “empírico-teórica” ou “hipotético-dedutiva”, mas não de forma tipicamente empirista, como adverte Monteiro (2002, p.14).

9 — AS REGRAS DO *Tratado*

Hume apresentou, após a seção “Da Idéia de Conexão Necessária”, no *Tratado* (1.3.14), uma outra, (1.3.15), sobre o assuntos relativos à idéia da causação. A qual deve ser útil para se compreender com maior precisão o entendimento desse conceito, embora não apareça na primeira *Investigação*, uma obra mais simplificada das idéias do autor. Além disso, aplica-se também ao tema da sua metodologia, visto que é um complemento ao entendimento da questão da causação e como se deve proceder para reconhecê-la. Não se trata apenas de uma explicação adicional da seção que a precede.

Do mesmo modo que outros filósofos, como Descartes e Newton, Hume pretendia apoiar o entendimento de sua filosofia na apresentação de regras, como foi visto no *Tratado*. Como o mais importante a ser compreendido era a causação, ele oferecia, nessa seção, as regras que guiavam o

pensamento para estabelecer a veracidade da relação causal. Newton apresentou “*Regras para o Raciocínio Filosófico*”, segundo Noxon (1975, p. 57)¹³⁹, para direcionar a aplicação da força gravitacional nos *Principia Mathematica* e Descartes, filósofo anterior a Newton, indicou, na obra *Regras para Orientação do Espírito*, parte do seu legado metodológico. Eles estabeleceram seus métodos para responderem à preocupação que o classicista Francês Turnebus apresentou como o maior problema filosófico naquela época do Iluminismo, segundo Gaukroger (1995, p. 152).

Tratava-se de buscar, entre outras, as fontes dos novos e autênticos conhecimentos, “quando se começa por deduzir princípios elementares de fenômenos empíricos e, em seguida, passa-se a demonstrar esses fenômenos a partir dos princípios elementares”, Gaukroger (1995, p.153). Igualmente, Hume mostrou o papel importante da causação, com a aplicação das suas oito regras. Tratava-se de um esclarecimento metodológico que reforçava o aspecto rigoroso que o *Tratado* oferecia como um sistema de

¹³⁹ As regras de Newton estão no “Escólio Geral” dos *Principia Mathematica*.

pensamento completo. Ou seja, era uma obra que deveria guiar a produção do conhecimento, segundo o modo causal de raciocinar.

No entanto, a apresentação das oito regras na seção “Regras para se Julgar Causas e Efeitos”, *in Tratado* (1.3.15), parecem auxiliar pouco o entendimento das definições de causa da seção anterior e não contribuem para a sua compreensão, mesmo após o assunto ter sido esgotado. Como Hume admite que essas regras “são de fácil invenção, mas de difícil aplicação”, tem-se aqui a ressonância de um aspecto teórico-especulativo, pois ele deixa claro que a experiência se reduz à utilidade de tais regras. Elas servem para guiar nosso juízo na identificação do que são causas e efeitos, como acontecem no mundo e como estão relacionados entre si.

Há, nessa seção, um tipo de construção marcadamente teórica, em oposição ao caráter empírico da filosofia apresentada em outras seções do *Tratado*. Isso se deve ao aspecto inventivo das regras. Nessa seção parece não ocorrer a aplicação do critério empírico apresentado no *Tratado* — em que todos os conceitos são aceitos como idéias e devem ter uma referência experimental. As regras são válidas para

Hume, como também para Descartes e Newton, e postuladas de acordo com o bom senso, com a razão e, em último lugar, com a experiência. Assim, quando elas são escritas, significa que passaram anteriormente pelo crivo da experiência para serem usadas como generalização e aplicadas em alguns casos. Devido ao fato de serem admitidas como invenção e, portanto, de não estarem de acordo com o projeto humeano do *Tratado*, adquirem um aspecto hipotético.

Assim, a seção 15 reúne “toda a LÓGICA¹⁴⁰ que penso dever empregar em meu raciocínio”, diz Hume, e continua: “talvez sequer ela fosse muito necessária, pois poderia ter sido suprida pelos princípios naturais de nosso entendimento”¹⁴¹. Ele lhe confere um aspecto de pouca importância, porém a faz relevante, pelo fato de não estar presente na primeira *Investigação*, além de ter o mencionado tom de invenção, admitido por Hume.

¹⁴⁰ Trata-se aqui não da lógica no conceito atual que se tem de lógica matemática modal, simbólica etc, mas sim de raciocínios coerentes com a evolução dos assuntos que ele abordou, ou seja, é a sua metodologia que ele tratou de reunir nesta seção.

¹⁴¹ “Here is all the LOGIC I think proper to employ in my reasoning; and perhaps even this was not very necessary, but might have been supply'd by the natural principles of our understanding.”

A referida seção do *Tratado* (1.3.15) é composta por oito regras, que são as seguintes:

“1) A causa e o efeito têm de ser contíguos no espaço e no tempo.

2) A causa tem de ser anterior ao efeito.

3) tem de haver uma união constante entre causa e o efeito. É principalmente esta qualidade que constitui a relação.

4) A mesma causa sempre produz o mesmo efeito, e o mesmo efeito nunca surge senão da mesma causa. Este princípio tira-se da experiência e é a fonte da maior parte dos nossos raciocínios filosóficos. Com efeito, quando um claro experimento nos descobriu as causas ou efeitos de qualquer fenómeno do mesmo género, sem esperar por aquela repetição constante de onde é tirada a primeira ideia desta relação.

5) Outro princípio depende do anterior, a saber, que quando vários objectos diferentes produzem o mesmo efeito, deve ser através de uma qualidade que descobrimos ser-lhes comum. Pois visto que efeitos semelhantes implicam causas semelhantes, temos de atribuir sempre a causação às circunstâncias em que descobrimos a semelhança.

6) *O princípio seguinte fundamenta-se na mesma razão. A diferença entre os efeitos de dois objetos semelhantes tem de advir da circunstância em que eles diferem. Com efeito, visto que causas semelhantes, quando em qualquer caso vemos a nossa expectativa frustrada temos de concluir que esta irregularidade provém de alguma diferença nas causas.*

7) *Quando um objecto aumenta ou diminui com o aumento ou diminuição de sua causa, deve considerar-se como um efeito composto, proveniente da união de vários efeitos diferentes que têm origem nas várias partes diferentes da causa. Supõe-se neste caso que a ausência ou presença de uma da causa é sempre acompanhada da ausência ou presença de uma parte proporcional do efeito. Esta conjunção constante prova suficientemente que uma parte é causa da outra. Devemos no entanto acautelar-nos de tirar semelhante conclusão de um pequeno número de experimentos. Um certo grau de calor dá prazer; se diminuirmos o calor, o prazer diminui; mas não se segue que, se o aumentarmos para além de certo grau, aumente igualmente o prazer, pois verificamos que degenera em dor.*

8) *A oitava e última regra que anotarei é a seguinte: um objecto que existe durante algum tempo em plena perfeição sem produzir um efeito, não é a causa única desse efeito, mas exige a ajuda de outro princípio capaz de secundar a sua influência e operação. Pois visto que os efeitos semelhantes resultam necessariamente de causas semelhantes e em contigüidade de tempo e lugar, a sua separação momentânea mostra que estas causas não são causas completas”*¹⁴²

¹⁴² “1) The cause and effect must be contiguous in space and time.

2) The cause must be prior to the effect.

3) There must be a constant union betwixt the cause and effect. `Tis chiefly this quality, that constitutes the relation.

4) The same cause always produces the same effect, and the same effect never arises but from the same cause. This principle we derive from experience, and is the source of most of our philosophical reasonings. For when any clear experiment we have discover`d the causes or effects of any phaeomenon, we immediately, extend our observation to every phaeomenon of the same kind, without waiting for that constant repetition, from which the first idea of this relation is deriv`d.

5) There is another principle, which hangs upon *viz.* that where several different objects produce the effect, it must be by means of some quality, which we discover to be common amongst them. For as like effects imply like causes, we must always ascribe the causation to the circumstance, wherein we discover the resemblance.

6) The following principle is founded on the same reason. The difference in the effects of two resembling objects must proceed from that particular, in which they differ. For as like causes always produce like effects, when in any instance we find our expectation to be disappointed, we must conclude that this irregularity proceeds from some difference in the causes.

Porém, ao se examinarem essas regras, é possível verificar que se trata apenas de um deslize de Hume supor que elas são uma invenção. No *Tratado* (1.3.8.14), ele antecipa a quarta regra como um princípio, que assume como proveniente da experiência: “Tivemos milhões [*de experiências*] para nos convencer do princípio que *objetos semelhantes, em circunstâncias semelhantes, produzirão sempre efeitos semelhantes.*”¹⁴³. Neste caso, parece que as regras têm, bem como as definições de causa, o mesmo aspecto e rigor proveniente da busca da comprovação empírica.

7) When any object encreases or diminishes with the encrease or diminution of its cause, `tis to be regarded as a compounded effect, deriv'd from suppos'd to be always attended with the absence or presence of a proportionable part of the effect. This constant conjunction sufficiently proves, that the one part is the cause of the other. We must, however, beware not to draw such a conclusion from a few experiments. A certain degree of heat gives pleasure; if you diminish that heat, the pleasure diminishes; but it does not follow, that if you augment it beyond certain degree, the pleasure will likewise augment; for we find that it degenerates into pain.

8) The eighth and last rule I Shall take notice of is, that an object, which exists for any time in its full perfection without any effect, is not sole cause of that effect, but requires to be assisted by some other principle, which may forward its influence and operation. For as like effects necessarily follow from like causes, and in a contiguous time and place, their separation for a moment shows, that these causes are not compleat ones.”

¹⁴³ “We have many millions to convince us of this principle; *that like objects, plac'd in like circumstances, will always produce like effects*”.

A confusão se desfaz quando se nota que Hume não se utilizou das regras, das definições de causa ou de princípios para deduzir suas conclusões filosóficas, como era de se esperar em obras de caráter metodológico mais formal, que não foi o caso da de Hume, mesmo que o *Tratado* tivesse a pretensão do rigor newtoniano. O filósofo escocês fez o oposto. Partiu da observação empírica da natureza humana e chegou ao conjunto de regras acima citado. Essa forma de apresentação fez sua obra adquirir o aspecto mais científico que se encontra na sua epistemologia. Desse modo, ele manteve seu compromisso com a noção de experiência e reuniu a “lógica” dos seus raciocínios sobre a causação.

Quanto às regras, a regra (1) diz que a causa e o efeito devem ser contíguos no espaço e no tempo. A contigüidade no espaço e no tempo estão presentes também nas definições de causa do *Tratado*. Hume diz no *Tratado* (1.4.5.10): “*um objeto pode existir, sem entretanto estar em nenhum lugar; e afirmo que não apenas isso é possível, mas que a maior parte dos seres existem e têm de existir dessa*

maneira”¹⁴⁴ e, mais adiante, “é evidente que é esse o caso de todas as nossas percepções e objetos, exceto os da visão e do tato. Uma reflexão moral não pode estar situada à direita ou à esquerda de uma paixão”¹⁴⁵.

Peimin Ni (1991, p.11) questiona se a maior parte dos seres não têm qualquer localização espacial particular, como dizer que causa e efeito são espacialmente contíguas? Isso põe uma interrogação na validade da regra (1).

A regra (2) está presente em todas as definições de causa do *Tratado* e da primeira *Investigação*¹⁴⁶, porque se trata da crença humeana de que existe uma anterioridade da causa em relação ao seu efeito. Ela tem uma forte relação com a regra (8). A regra (3) diz que causa e efeito formam conjunções constantes, o que constitui a relação

¹⁴⁴ “*An object may exist, and yet be no where: And I assert, that this is not only possible, but that the greatest part of beings do and must exist after this manner.*”

¹⁴⁵ “Now this evidently the case with all our perceptions and objects, except those of the sight and feeling. A moral reflection cannot be plac’d on the right or on the left hand of a passion”.

¹⁴⁶ Ainda que existam algumas ligeiras modificações na apresentação das definições de causa do *Tratado* em relação às da primeira *Investigação*, o teor de ambas é praticamente o mesmo. É preciso lembrar que as definições de causa são duas no *Tratado* e também na primeira *Investigação*.

causal. A regra (4) mostra que $(C \rightarrow E)$ ¹⁴⁷ ou $(C \Leftrightarrow E)$ ¹⁴⁸. As regras (5) (6) (7) e (8) são usadas para reforçar a regra (4) e dizem praticamente a mesma coisa: efeitos semelhantes são formados por causas semelhantes. Há uma informação pertinente na regra (7): “devemos no entanto acautelar-nos de tirar semelhante conclusão de um pequeno número de experimentos”. No *Tratado* (1.3.12.5) ele confirma esse princípio empírico relevante sobre a observação dos eventos causais:

*“A partir da observação de vários exemplos paralelos os filósofos estabelecem a máxima seguinte: a conexão entre todas as causas e efeitos é igualmente necessária e a incerteza aparente nalguns casos deriva da oposição secreta de causas contrárias”*¹⁴⁹.

É evidente que o número de experimentos realizados para a conclusão de um resultado torna-se

¹⁴⁷ Se há uma causa (C), há um efeito (E).

¹⁴⁸ A causa (C) implica o efeito (E), e o efeito (E) implica a causa (C).

¹⁴⁹ “From the observation of several parallel instances, philosophers form a maxim, that the connexion betwixt all causes and effects is equally necessary, and that its seeming uncertainty some instances proceeds from the secret opposition of contrary causes.”

relevante, de acordo com Hume. Era esse o fundamento que ele procurava também na primeira *Investigação* (4.21), ao afirmar:

*“Se se dissesse que a partir de um certo número de experimentos uniformes, inferimos uma conexão entre as qualidades sensíveis e os poderes secretos, devo confessar que isso parece equivaler à mesma dificuldade, expressa em termos diferentes. Volta a surgir a questão: em que processos de argumentação assenta essa inferência?”*¹⁵⁰

Hume buscava o “termo médio” que ligava as proposições sobre causas, àquelas que são os seus efeitos. E a busca acontece quando se investiga a origem da idéia de conexão necessária entre a causa e o efeito. Porém, esse projeto humeano se extinguiu rapidamente, já que ele confirmou a existência de causas e efeitos, mas a conexão entre elas foi deixada, como menos importante. Como nas regras do *Tratado*, aqui apresentadas, Hume não contemplou a

¹⁵⁰ “Should it be said, that, from a number o uniform experiments, we *infer* a connexion between the sensible qualities and the secret powers; this, I must confess, seems the same difficulty, couched in different terms. The question still recurs, On what process of argument this *inference* is founded?”

idéia de conexão causal, as regras aplicam-se como método apenas para se reconhecer a causação.

As três primeiras regras, segundo Wilson (1997, p. 46), estabelecem a tese defendida por Hume de que a causação é uma questão de regularidade ou conjunção constante. Este deve ser o pano de fundo para a ocorrência da causa e efeito, observados no mundo quando se aceita a uniformidade dos eventos conectados. É a suposição de que é possível confiar na experiência uniforme que se obtém dos fenômenos e nos eventos da regularidade da natureza para fundamentar o conhecimento da causação. Isso equivale à terceira regra de Newton, que supõe a uniformidade da natureza como princípio, diz Noxon (1975, p. 47), ao citar a regra III do autor dos *Principia Mathematica*:

*“As qualidades dos corpos, que não admitem nem aumento e nem diminuição de graus e que pertencem a todos os corpos que estejam dentro do escopo de nossos experimentos, são tidos como sendo qualidades universais de todos os corpos quaisquer que sejam eles.”*¹⁵¹
(tradução minha)

¹⁵¹ “*the qualities of bodies, which admit neither intensification nor remission of degrees, and which are to belong to all bodies within the reach of our experiments, are to be esteemed the universal qualities of all bodies whatsoever*”.

A crença natural de que os corpos preservam suas qualidades está na consideração de que existe a uniformidade da natureza, o que reforça o princípio do hábito.

10 — A RAZÃO E A RACIONALIDADE HUMEANAS

A teoria do conhecimento de Hume apresenta alguns aspectos por ele considerados como novidade. Supôs ter resolvido os problemas fundamentais da fonte do conhecimento. A solução humeana teve a novidade aliada ao rigor que ele desejava oferecer para as ciências morais. No *Abstract* fez alusão à apresentação do próprio trabalho, o *Tratado*, como se fosse uma reforma filosófica. Admitiu, nesse pequeno ensaio, que seguia a orientação de todos os outros pensadores “em voga na Inglaterra”, pois eles eram responsáveis pelo início de “um novo tipo de filosofia”. Decidiu-se por continuar no caminho dos empiristas, mas sem contentar-se com o pensamento constituído até a sua época. Também no *Abstract* (§2)¹⁵², Hume apresentou no prefácio que,

¹⁵² Obra que Hume publicou anonimamente para divulgar suas principais idéias.

“caso sua filosofia seja aceita, teremos de alterar, desde seus fundamentos, a maior parte das ciências”¹⁵³.

A estrutura argumentativa de Hume teve destaque nesse tom de novidade teórica. Pretendia “descobrir se a ciência do homem não admite a mesma precisão” que “a filosofia da natureza”. Isto quer dizer que, no contexto da sua obra, utilizou-se de uma diversidade de conceitos, princípios, regras e definições, que justificavam a origem do conhecimento humano e forneciam a melhor explicação sobre a sua natureza. A pretensão era elevar a ciência do homem ao “grau máximo de exatidão”. Se a ciência da natureza era vista como destaque e inovação, Hume acreditava que sua contribuição filosófica resolveria essa diferença e igualaria a ciência moral à ciência natural. Uma concepção fortalecida no período do Iluminismo pela crença na física e matemática.

A organização metodológica que Hume aplicou à sua teoria se destaca pelo aspecto racional de inspiração iluminista, embora fosse diferente da racionalidade de interpretação cartesiana. O critério humeano apresentou uma linguagem que comunicava

¹⁵³ “That were his philosophy received, we must alter from the foundation the greatest part of sciences”

dois sentidos, como são pensados na linguagem atual: o biológico, pois a raiz que fundamentava o hábito era o instinto, e o antropológico, pois se fundamentou no ser humano. Esses critérios conduziram a racionalidade humeana a uma linguagem que não havia sido apresentada anteriormente — não era a razão idealizada pelo pensamento inaugurado pela confiança na matemática, desde Descartes.

Todas as suas teorias, fundamentadas no conceito de hábito ou costume, como é do conhecimento dos comentadores, permitiram aplicar essa inovação à racionalidade que ele desejou, mas o que merece maior atenção é o conceito utilizado por ele para chegar ao ponto fundamental do seu pensamento: a crença humana na causação como principal fonte de conhecimento. Se fosse justificada essa crença, para Hume, a parte mais importante do conhecimento estaria assegurada. Como consequência da importância da crença causal, os conceitos humeanos estruturaram a razão teórica, de modo a combinar justificação e explicação.

Na justificação, conceitos como crença, razão, entendimento, raciocínio são utilizados para fundamentar suas explicações em vários níveis de

racionalidade. Estes conceitos são apresentados como critérios inferenciais de raciocínio e são válidos em momentos distintos da obra humeana. A estratégia de Hume seguiu uma linha razoavelmente simples de ser entendida com o uso do conceito de natureza humana.

A partir do conhecimento fundamentado no ser humano, sua apresentação de como funciona a mente introduziu argumentações anteriores à sua filosofia. Portanto, na concepção humeana de natureza humana reside a inovação que ele propôs, diferentemente de seus adversários intelectuais que passaram pela busca de uma fundamentação do conhecimento por outra via, pois eles acreditavam na razão de modo diferente dele. Assim, ao buscar outra solução, Hume construiu uma estrutura racional que teve sua “lógica” interna guiada por raciocínios inferenciais causais. Isso está de acordo com a proposta audaciosa de seu naturalismo, visto que o esforço da sua epistemologia foi o de construir uma racionalidade alternativa aos modelos propostos até a sua época.

Logo, a estrutura chave de seu pensamento, a crença causal, orientou Hume para o desenvolvimento de um tipo de razão que pensava resolver os problemas do conhecimento humano a partir de si

mesmo. Isso significa que, para ele, a solução para os problemas do conhecimento humano estava na natureza humana. A investigação humeana não optou por razões teológicas ou científicas que outros filósofos se inclinaram a fornecer, para dar uma solução à validade do conhecimento.

A solução que Hume acreditou encontrar não foi de estatuto divino, visto que ele se confrontou com a crença religiosa na sua obra *Diálogos sobre a Religião Natural*. Nessa obra, sua apresentação da religião estava comprometida com vencer o argumento do desígnio e convencer seus leitores do absurdo da crença de que houve um criador que colocou ordem no mundo. Argumentou em favor de uma postura agnóstica, contra o argumento, *a posteriori*, que fundamentava a existência de um criador a partir da experiência, contra o, *a priori*, da existência de Deus.

A sua solução também não era tipicamente científica, no sentido técnico atual, como já foi discutido. As ciências morais precisavam de uma fundamentação que ele supôs fornecer, mas não se dispôs a fazê-la do mesmo modo que a ciência natural. O espírito da ciência moral era análogo ao da filosofia natural, mas não teve a perspectiva

experimental que naquele tempo constituía as ciências naturais de modo geral, apesar de Hume apresentar os experimentos mentais para confirmarem suas conjecturas como se fossem de natureza empírica.

O que ele fez então? Aplicou a solução que cabia ao âmbito das ciências morais: a natureza humana, que se aplica a uma classe de fenômenos entendidos a partir da *Natureza* ordinariamente conhecida como um sistema mais geral — ou um conjunto de todas as naturezas —, que comportava o homem como um elemento pertencente ao conjunto de indivíduos — entre outros membros presentes nesse conjunto da *Natureza* maior, concebida de modo completo. O raciocínio humeano é simples: ele não se compromete com qualquer solução externa que pudesse justificar a validade do conhecimento, mas inclui o aspecto humano.

As soluções externas, teológica ou científica, não lhe agradavam. Isso fica claro nos *Diálogos*. Deus não era possível de ser *observável* por princípios *a priori*, nem *a posteriori*. Quanto à ciência, a sua observação dos fenômenos do mundo não lhe dava o direito de conferir-lhe validade, diante da pequena parte do universo observado.

Então, ao propor-se construir uma filosofia de modo a buscar uma alternativa genuinamente inovadora e segura, seguiu a recomendação grega para se guiar diante das dificuldades filosóficas, que diz dever o filósofo amparar-se na máxima de ser a sua tarefa encontrar o espanto, a admiração em algo que as pessoas comuns e outros pensadores não haviam ainda percebido. A busca humeana pela novidade e o conceito de hábito encontram-se nessa perspectiva de trazer à superfície aquilo que não havia sido explorado, pelo menos do modo apresentado por ele.

A solução humeana coube nessa perspectiva de fazer uma filosofia inspirada pela novidade. Surgiu da dedicação de Hume em buscar esclarecimento para ampliar o entendimento humano. De modo mais esclarecedor, ele buscou profundidade conceitual e estendeu a capacidade de se explicarem os fenômenos. A justificação da crença causal no hábito expõe o que há de mais simples, pois está enraizada no instinto. O tipo de explicação que sua teoria do hábito propôs permitiu acrescentar uma solução que é a melhor conjectura, ou talvez, a única possível para se sustentar o conhecimento causal.

Sua teoria expôs uma característica oculta aos observadores e promoveu a ampliação do conceito de hábito para a fundamentação tanto da causação, quanto das explicações fundamentadas nela.

A inovação dada por Hume ampliou as perspectivas além das científica e teológica e inaugurou, definitivamente, um método racional diferente e único. A partir da solução humeana, a racionalidade incluiu a natureza humana como capaz de investigar a si mesma — um recurso audacioso, mas resultante de um trabalho filosófico explicitando os princípios que colocaram as ciências humanas no caminho da obtenção de um método. Hume garantiu outro tipo de justificação teórica do conhecimento, ao buscar o “espanto filosófico”.

O esforço humeano contemplou a razão de modo diferente do padrão vigente, até a sua época: se antes ela estava ligada ao modo aristotélico de raciocínios dedutivos¹⁵⁴, passou, a partir da obra humeana, a ser exposta por um outro tipo de justificativa: a natureza humana, que levou Kemp

¹⁵⁴ Deve-se considerar que o esforço de Descartes nas *Meditações Metafísicas* não cumpriu a tarefa de destruir o modo aristotélico de raciocínio. O formalismo da lógica e da física de Aristóteles ainda era um valor atribuído ao modo de pensamento do início do Iluminismo, (Rossi, 1982, p. 56).

Smith, em 1905, a tecer os primeiros comentários a respeito do naturalismo de Hume, que trouxe à razão outro conceito, próximo daquele também defendido para os animais.

A sua epistemologia tem agregada à sua estrutura uma analogia com os raciocínios também dos animais. A diferença entre homens e animais permitiu a Hume acrescentar que o entendimento entre os raciocínios de ambos é uma diferença de grau. “É simplesmente o hábito que leva os animais a inferirem”, como diz na primeira *Investigação* (9.5). O mesmo princípio oferece a crença aos seres humanos, diz, na mesma seção.

“Não se pode dar qualquer outra explicação desta operação, em toda as classes inferiores ou superiores de seres sensíveis que se apresentam ao nosso exame e observação”¹⁵⁵

¹⁵⁵ “No other explication can be given of this operation, in all the higher, as well as lower classes of sensitive beings, which fall under our notice and observation.”

11 — A RAZÃO HUMEANA

A questão do conceito de razão na filosofia de Hume pode ser discutida como um problema de grande importância na sua obra devido à acusação de cético radical que ele sofreu desde a publicação do *Tratado*¹⁵⁶. A interpretação cética que lhe atribuíram resultou em uma concepção de irracionalidade que, supostamente, estaria fundada no ceticismo exagerado, ou acadêmico, que Hume praticava. Um ataque feito de modo indireto, na maior parte dos casos, visto que inicialmente sua primeira obra, o *Tratado*, foi recebida por silêncio completo.

Essa quietude do público não permaneceu por muito tempo¹⁵⁷ e, quando surgiram os ataques, a “obra juvenil” foi vista como uma negação de tudo que havia de mais correto, verdadeiro e racional em relação ao conhecimento assentado por aqueles que

¹⁵⁶ “Ceticismo, ou talvez pior, irracionalismo, psicologismo e desprezo epistemológico têm sido os mais populares na interpretação de Hume”, Monteiro (2000, p. 139).

¹⁵⁷ Em 1756 chegou-se a pedir pela excomunhão de Hume, por causa do “murmúrio dos fanáticos”, Duque (1998, p. xv).

defendiam a filosofia cristã do seu período — doutrinas notadamente de caráter aristotélico-tomista e cartesiana.

Como consequência, a filosofia de Hume sofreu do infortúnio inicial de não ser reconhecida com a magnitude que o filósofo escocês almejava obter nos círculos filosóficos do Iluminismo. Duque (1998, p. xv) aponta que “se poucos entenderam o significado das fórmulas abstrusas da filosofia humeana, alguns capturaram suas implicações no campo da religião e da moral”¹⁵⁸, o que lhe rendeu pouco espaço para um embate filosófico de caráter mais elaborado até a publicação da *Investigação*. Foi apenas na condição de ensaísta¹⁵⁹ que ele recebeu respeito, após a publicação do *Tratado* em forma de ensaios menores.

¹⁵⁸ “Si muy pocos entendieron el significado de las abstrusas fórmulas de la filosofía humeana, algunos sí captaron en seguida sus implicaciones en el campo de la religión y la moral”.

¹⁵⁹ Price (1968, p. 145) mostra que a recepção de Hume foi bastante variada ao longo dos séculos. Pelo menos no século XX ele não foi reconhecido como uma “figura literária”, pois nunca publicou alguma obra de ficção ou poesia. Porém, no século XVIII ele foi reconhecido como filósofo (no sentido mais amplo do termo para aquela época) e um controverso ensaísta. No século XIX, os leitores o reconheceram, principalmente, como historiador, por causa da sua obra *História da Inglaterra*.

Mas o conteúdo irracional que se supôs na obra de Hume está ligado ao suposto ceticismo.

Plínio Smith (1995, p. 99) faz uma consideração que resume a posição humeana no *Tratado*, principalmente na parte IV dessa obra, onde Hume expõe amplamente sua interpretação sobre o que é, qual a finalidade e como utilizar o pensamento cético.

“Hume mostra como a razão, se deixada sozinha, acaba por se autodestruir; é preciso que a natureza intervenha e impeça a autodestruição; a razão perde a sua influência sobre a imaginação enquanto esta preserva algum grau de certeza; é apoiada na imaginação, portanto, que a razão subsiste. Em seguida, ao examinar o ceticismo sobre os sentidos e a crença no corpo, Hume mostra como, apesar da incapacidade de a razão e os sentidos fundamentarem essa crença, a imaginação a ela nos leva com força irresistível”

O que de fato merece atenção é a consequência que a razão desempenha de forma positiva na obtenção de uma teoria do conhecimento racional, extremamente distinta de autores como Locke,

Berkeley ou Descartes. Este aspecto positivo foi tão inovador que deve ter sido a causa da má recepção de Hume no cenário da filosofia naquele momento. Na empresa filosófica humeana o conteúdo racional oferece suporte à sua teoria do conhecimento, porém distingue-se de vários desses autores e outros. Por isso o *Tratado* foi surpreendente para sua época, e mal entendido.

Para se compreender o que há de racional na filosofia humeana é preciso aceitar que ele ofereceu uma concepção de razão em detrimento de outras. O caráter racional apresenta-se, por exemplo, na busca pela correção dos raciocínios, que se deve principalmente à comparação de idéias (argumentos)¹⁶⁰; na apresentação de um fundamento novo que é o hábito ou costume, que pode fornecer “provas” através da relação de causa e efeito; na construção de uma metafísica que não contenha especulação, apesar do sentido de probabilidade — conhecimento provável —

¹⁶⁰ Hume não recusa a noção de raciocínios — argumentação *lógica* — que está presente no *Tratado* (1.3.15). Ele pretende coerência no discurso e, portanto, utiliza-se de regras, princípios e leis para construir a estrutura argumentativa. A argumentação, que representa o aspecto abstrato da teoria deve ser confrontada com a experiência, porque, Hume é um teórico da natureza humana. O filósofo experimental que ele pretendeu ser desde o início do *Tratado* torna-se gradativamente mais teórico à medida que ele fortalece sua explicação sobre a causação.

que Hume atribui ao tipo de evidência acompanhada de incerteza, como se pode entender, resumidamente, da passagem do *Tratado* (1.3.11.2).

*“Por conhecimento entendo a certeza que nasce da comparação de idéias. Por provas, os argumentos tirados da relação de causalidade e que são inteiramente livres de dúvida e incerteza. Por probabilidade, a evidência que ainda é acompanhada de incerteza.”*¹⁶¹

Compreende-se da citação acima que o conhecimento pode ter algum grau de dúvida, mas o conhecimento causal não tem esse caráter duvidoso. O que é preciso ter para se fazer uma boa teoria é apoiar-se num referencial seguro, porque “Somos como marinheiros que tentam reconstruir seu navio, tábua por tábua, em alto mar”¹⁶², e dessa busca decorre que é preciso encontrar algo confiável plenamente para a filosofia humeana não naufragar, não morrer no

¹⁶¹ “By knowledge, I mean the assurance arising from the comparison of ideas. By proofs, those arguments, which are deriv’d from the relation of cause and effect, and which are entirely free from doubt and uncertainty. By probability, that evidence, which is still attended with uncertainty.”

¹⁶² Nagel (2004 apud Neurath, 1959, p. 201, p.135)

“rochedo estéril” que ele declarou encontrar no presente momento¹⁶³.

A linha orientadora, o fio condutor, é a experiência que deve abrigar a ciência da natureza humana. A filosofia humeana parte de conceitos inerentes à natureza humana, e o que Hume considerou foi a busca pela estrutura mais adequada para apontar qual o fundamento das capacidades humanas de entendimento dos fenômenos.

Nas palavras de Hume, no *Tratado* (1.3.11.2);

*“Por esta razão, talvez fosse mais exacto, para conservar logo o sentido corrente das palavras e marcar os vários graus de evidência, distinguir três espécies de razão humana, a saber, a que resulta do conhecimento, a que resulta das provas e a que resulta das probabilidades.”*¹⁶⁴

Ele descobriu a capacidade inata dos seres humanos de produzir conhecimento por intermédio de

¹⁶³ *Tratado* (1.4.7.1).

¹⁶⁴ “For this reason, ‘twou’d perhaps be more convenient, in order at once to preserve the commom signification of words, and mark the several degrees of evidence, to distinguish human reason into three kinds, *that from knowledge, from proofs, and from probabilities.*”

habilidades que são definidas por um conceito “disposicional” — o hábito — que o aparelho cognitivo humano tem para capturar o que há de mais essencial na questão do entendimento¹⁶⁵. Portanto, dissertar sobre a construção da ciência da natureza humana que Hume propôs implica em fazer justiça e correção ao que ele foi injustamente acusado: o ceticismo extremo, que resultaria em um caráter irracional¹⁶⁶ da sua filosofia.

Mas ele foi mal interpretado devido às suas críticas em relação a razão clássica, dedutiva, principalmente. Além disso, ele expôs uma teoria que foi marcadamente nova no sentido de indicar qual era a possibilidade mais adequada para justificar as crenças obtidas pela inferência causal de um modo inteiramente novo. As escolas, doutrinas ou pensadores que ele atacou usavam o conceito de razão numa tentativa de descobrir as relações verdadeiras entre os

¹⁶⁵ O que remonta ao conhecimento causal, anteriormente discutido.

¹⁶⁶ O que é ser racional ou irracional tem, atualmente, outras conotações. Em 1981 Jonathan Cohen publicou um artigo intitulado *Can Human irrationality be empirically demonstrated?*, “em que argumenta que não, que não faz sentido pensarmos que esse poderia ser o caso. Por quê? Basicamente porque critérios normativos, princípios da irracionalidade, como aqueles que podemos considerar que encontramos na lógica, teoria das probabilidades e teoria da decisão, não podem ser encarados como parte da ciência natural, isto é, como hipóteses a testar, a confirmar ou refutar.”, segundo Miguens (2004, p.28).

objetos exteriores à mente e suas qualidades. Essas seriam interpretações que dependem do caráter demonstrativo das relações presentes nos objetos e entre eles. Aqueles que argumentavam a favor da razão dedutiva aceitavam que a inferência causal dependia da repetição.

Por outro lado houve também aqueles que seguiram uma busca que pode ser qualificada de intuitiva, assim por Hume classificados, tais como Descartes e Berkeley o fizeram. Mas dessas doutrinas Hume se desfaz rapidamente ao reuni-las no conjunto de *relações de idéias* e julgar que a verdade sobre elas é intuitiva ou demonstrativamente certa. Essas relações fazem parte da faculdade humana a qual ele não questiona a validade. A sua preocupação estava em outro aspecto que a inferência causal como era entendida não contemplava. Esse seria o foco da sua investigação:

“A faculdade chamada ‘razão’ padecia daquilo que se pode chamar uma certa ‘insensibilidade à repetição’, ou seja, uma certa indiferença perante a experiência repetida. Em completo contraste com isso, o princípio defendido por nosso filósofo, um princípio para designar o qual propôs os nomes

‘costume ou hábito’, foi concebido como uma disposição humana caracterizada pela sensibilidade à repetição, podendo assim ser considerado um princípio adequado à explicação dos raciocínios derivados de experiências repetidas”, Monteiro (2003, p. 41).

Nesse sentido atribuído acima que a razão humeana inovou para destituir a razão dedutiva. A promoção do hábito ao estatuto de “razão” proporciona a investigação da natureza humana dentro dos limites da experiência, e dividiu claramente o conceito de razão: uma dedutiva, que está presente nas *relações de idéias*; outra experimental, que as *questões de fato* se ocupam. Monteiro (2003, p. 43) esclarece que a questão da crítica de Hume em relação a razão era, sobretudo, o valor excessivo dado à razão pela tradição filosófica daquele período, mas que na filosofia de Hume “é importante insistir que seu conceito do núcleo central dessa faculdade não era fundamentalmente diferente da de seus contemporâneos e antecessores”, Monteiro (idem).

O conceito de natureza humana em Hume toma dimensões de psicologismo, antropologismo e outras.

Tudo isso devido a sua consideração de que o homem que faz a pergunta: “Como se pode saber? Como se pode saber que o conhecimento é certo?”, segundo Hume, faz parte da pergunta e da resposta que ele elaborou. Por causa da participação do sujeito no problema e na solução, pode-se pensar que há alguma circularidade, mas não é o caso.

Trata-se de uma atitude que envolve reflexão e elaboração de uma nova metodologia, a saber, a ciência da natureza humana, com uma base racional que emprega um novo conceito de razão. O conceito de integração significou um avanço na compreensão do ser humano, com se pode notar na afirmação de Monteiro (1975, p. 174).

“A natureza humana é apenas o conjunto das qualidades de mais uma espécie, ao lado das outras, que tal como as outras é parte integrante da Natureza e produto dos princípios próprios desta. Com que direito se esperaria que dessa natureza fizesse parte algo parecido com a razão clássica?”

A aceitação das suas obras ao longo da história da filosofia indica o questionamento costumeiro e a desconfiança de muitos pensadores

sobre o caráter racional da teoria humeana. “Em radical oposição ao cartesianismo, a filosofia de Hume naturaliza a razão.”, segundo Monteiro (1975, p. 174). Tornou-se comum indicá-lo como um filósofo que negou a superioridade da razão e inclinou-se ao subjetivismo. O estatuto de racionalidade para sua teoria foi avaliado como inadequado na sua época e, ainda no século XX. A filosofia humeana não seria algo além de subjetivismo ou psicologismo; apenas uma predisposição da natureza para a mente humana adquirir conhecimento. Mas essa concepção não partilhava do caráter racional que muitos filósofos exigiam.

A racionalidade na filosofia humeana está ligada ao tema da crença. À medida que Hume expõe o ceticismo, indiretamente ocupa-se com a intervenção dos argumentos que almejam certezas. É por meio desse debate aberto pelo ceticismo e imerso na busca por um nível de razão que Hume estabelece um critério fundamental que é a razão experimental. Por outro lado, o modelo teórico apresenta-se em contínuo desenvolvimento a cada passo conquistado pelo conceito de hábito, que interfere na construção da ciência da natureza humana como um pilar que fundamenta e

permite que a inferência causal seja confirmada. No nível teórico, então, exhibe-se a apresentação de argumentos opostos que Hume pretende conquistar como fonte de razão comprovada pela experiência.

Na verdade, a racionalidade não é exatamente o tema a ser encontrado nas obras de Hume, porque essa palavra tinha pouco uso à sua época, e Hume nem a menciona nos textos. A razão, como tema das explicações a serem dadas deve ser suposta, tacitamente, porque determina a validade da crença, que por sua vez pode determinar se existe algum grau de ceticismo. O grau de evidência, por sua vez, estabelece o nível da crença. O que de fato ocorre é que a razão experimental confirma por um processo maior que a aceitação dos fatos. O sujeito humeano é pensado como se fosse submetido à crença por graus de certeza estabelecidos pela inferência causal.

Ele declara que não há grau de “certeza *absoluta*, de tipo matemático: a certeza mais alta é apenas o topo de uma gradação da qual se encontra excluída qualquer *infallibilidade* do conhecimento, qualquer *garantia* de verdade”, de acordo com Monteiro (1975, p. 173). Na *Investigação* (10.3) há um esclarecimento sobre essa gradação do conhecimento:

“Nem todos os efeitos se seguem com igual certeza das suas supostas causas. Constata-se que alguns eventos estiveram constantemente conjugados em todas as épocas e lugares, enquanto outros, pelo contrário, mostram ter sido mais variáveis e frustram às vezes as nossas expectativas, de modo que, nos nossos raciocínios acerca de questões de facto, coexistem todos os graus imagináveis de confiança, desde a mais alta certeza até à espécie mais baixa de evidência moral”¹⁶⁷.

Se a crença for fraca, ela pode instaurar um grau de dúvida maior do que se fortalecida por um conteúdo mais “robusto”, ou seja, mais forte. Haack (1993, p. 128) supõe que o grau de justificação necessário é inversamente proporcional ao grau de crença. Se justificar puder ser entendido por “dar razões a favor de pretensões avançadas, apresentar provas ou evidência, alegar que algo está conforme com determinados princípios, regras, normas”, Miguens

¹⁶⁷“All effects follow not with like certainty from their supposed causes. Some events are found, in all countries and all ages, to have been constantly conjoined together: Others are found to have been more variable, and sometimes to disappoint our expectations; so that, in our reasonings concerning matter of fact, there are all imaginable degrees of assurance, from the highest certainty to the lowest species of moral evidence.”

(2004, p.21), a evidência transforma a crença em epistemologicamente justificada pode ser concebida como.

Aliás, “uma experiência uniforme equivale a uma prova”, como diz Hume na *Investigação* (10.12), e é apenas nesse sentido que Hume concede que a evidência causal seja tão forte que passe a ser uma “prova” (*proof*) no sentido mais forte que este termo pode assumir na sua filosofia.

Nesse sentido a questão da dúvida propõe um direcionamento para o estatuto do que é necessário na busca do conhecimento. Se por um lado há a certeza do hábito que fornece uma explicação por meio de disposições causais que a mente humana está preparada para realizar, por outro, a dúvida possibilita não aderir a qualquer crença infundada, e afasta o perigo da atividade filosófica puramente especulativa. O fundamento da disposição inata é um critério, “o grande guia da vida humana”, acompanhado da perspicácia investigativa que o filósofo experimental deve possuir, segundo Hume. A constituição da razão tem um alicerce de caráter racional e empírico, segundo Hume, na *Investigação* (5.5, nota 8):

*“Embora se conceda que a razão pode formar conjecturas muito plausíveis a respeito das conseqüências de determinadas condutas e determinadas circunstâncias, ela ainda é considerada imperfeita quando não conta com o auxílio da experiência, que é a única capaz de dar estabilidade e certeza às máximas derivadas do estudo e da reflexão.”*¹⁶⁸

Foi fortemente discutido após o ataque popperiano que a tese humeana da insolubilidade da indução estaria correta porque, de fato, a teoria da indução era carente de uma justificação adequada, e contaminada por subjetivismo, pois a solução do filósofo escocês pressupôs uma parte lógica e outra psicológica, como argumentou Popper (1975, p. 15). Como conseqüência desse resultado, Hume foi transformado num cético e “crente numa epistemologia irracionalista”. Trata-se da continuação do argumento dado por Popper para a questão do conteúdo irracional na epistemologia científica, que em Hume configura-se

¹⁶⁸ “Though it be allowed, that reason may form very plausible conjectures with regard to the consequences of such a particular conduct in such particular circumstances; it is still supposed imperfect, without the assistance of experience, which is alone able to give stability and certainty to the maxims, derived from study and reflection.”

pela condição de descoberta para o conhecimento que Popper rejeitou amplamente. Para ele “toda descoberta encerra um elemento irracional”, Popper (1972, p. 32).

O que Popper utiliza é apenas a recusa de Hume da validade da teoria da indução, para daí concluir em ser ilegítima a argumentação humeana acerca do problema da indução. Popper não faz justiça ao conceito de hábito como um termo metafísico que estabelece o poder da inferência causal, amplamente utilizada no ambiente das ciências naturais.

A razão não é a vilã do entendimento humano, mas Hume desejava colocá-la no lugar adequado¹⁶⁹. O seu princípio mais importante da natureza humana era, sabidamente, de uma fonte não “demonstrativa”, ou seja, não era dedutivo ou racional ao modo que se poderia praticar com os silogismos:

“A hipótese de Hume não expulsa inteiramente a razão do território do raciocínio experimental, mas sem dúvida procede a sua desentronização —

¹⁶⁹ Não se discute, por exemplo, o caráter racional presente nas *relações de idéias* que, segundo Hume, estão puramente no campo intuitivo, dedutivo ou demonstrativo, diferente do que é demonstrativo para Aristóteles, segundo Owen (1999, p. 03). Os outros objetos da razão, as *questões de fato*, fazem parte da motivação principal da sua investigação e, por sua vez, aqueles que precisam melhor serem justificados. Carecem de uma teoria que os fundamenta porque, segundo Hume, estava em busca.

negando-lhe aquela situação privilegiada que a tradição racionalista lhe atribuía”, (Monteiro 2009, p. 45).

Também não era uma razão apoiada em raciocínios intuitivos. A região do “saber” que Hume procura apoio para afirmar o seu conceito de razão estava distante da metafísica praticada naquele período, pois se tratava de outra contribuição metafísica:

“Recusa-se o território mesmo em que todas as ‘disciplinas’ até então se assentavam, fossem elas a matemática, a física ou a metafísica. Uma coisa é criticar um dos personagens de um drama; outra coisa, muito diferente, é colocar em questão a totalidade de uma trama: ora, a ‘metafísica’ era apenas um dos personagens da episteme do século XVII”, (Moura, 1997, p. 149).

Hume estava em uma perspectiva que trilhava a concepção de razão na sua filosofia muito distante do empirismo, da metafísica e da razão tradicionais. A crítica humeana da razão expõe que a razão dedutiva tem uma metodologia que, para o filósofo escocês, está destinada a resolver muito pouco ou nada.“ O conceito de razão com que nosso filósofo trabalhava,

que era o conceito vivo de razão vigente em sua época, não era adequado para dar conta de qualquer tipo de processo de que a repetição fosse um aspecto essencial,” conforme diz Monteiro (2005, p. 121). O que era preciso fazer para “violar” e “implodir” a caricatura da razão que para ele existia?

A resposta estava no programa cético que Hume sustentou para degenerar a estrutura da razão clássica vigente antes. Ele conduz a uma valorização do hábito como conceito fundante do princípio causal.

“E é certo que estamos aqui a propor pelo menos uma asserção muito inteligível, se não uma asserção verdadeira, quando afirmamos que, depois da conjunção constante de dois objectos, o calor e a chama, por exemplo, ou o peso e a solidez, é exclusivamente o hábito que nos faz esperar um deles a partir do surgimento do outro.”¹⁷⁰
Investigação (5.5)

E Hume continua sua argumentação, porque para ele é preciso ir “contra a explicação pela razão

¹⁷⁰ “And it is certain we here advance a very intelligible proposition at least, if not a true one, when we assert, that, after the constant conjunction of two objects, heat and flame, for instance, weight and solidity, we are determined by custom alone to expect the one from the appearance of the other.”

das inferências por meio da repetição”, Monteiro (2005, p.121).

“Por que razão extraímos de mil casos uma inferência que não somos capazes de extrair de um único caso que deles não difere em aspecto algum? A razão é incapaz de qualquer variação como essa. As conclusões que ela tira do exame de um único círculo são as mesmas que ela formaria após examinar todos os círculos do universo.”¹⁷¹Investigação (5.5)

Não se pode cogitar que “nenhuma irracionalidade associativa intromete-se no processo inferencial, bem como à descoberta de que Hume só discutiu a inferência causal e não as inferências indutivas em geral — para a compreensão de sua epistemologia como uma filosofia da *racionalidade*.”, segundo Monteiro (2005, p. 124).

Para melhor se compreender o conceito de razão na filosofia de Hume é preciso abordar a perspectiva do entendimento que esse filósofo apresentou. Norton (1992, p. 96, n.4) e Beauchamp (1999, p. 14) esclarecem a ligação do termo entendimento com a razão, na filosofia humeana. Para

¹⁷¹ “Why we draw, from a thousand instances, an inference, which we are not able to draw from one instance, that is, in no respect, different from them.”

o primeiro, é possível encontrar em Hume uma diversidade de concepções do termo razão. “Razão e entendimento como sinônimos”; “razão como obtenção de verdade ou falsidade”; “razão como raciocínio abstrato, demonstrativo, ou demonstração”; “razão como raciocínio provável, raciocínio factual, ou probabilístico”; “razão como consciência (no sentido de percepção, mas não no sentido usual de Hume) presente não inferencial”; “razão como instinto, como inferência, ou como uma transição psicológica de uma percepção para outra”; “razão como uma tranqüilidade, uma paixão reflexiva”¹⁷².

Beauchamp (1999, *idem*) enumera quatro sentidos que Hume oferece para tratar o termo razão como constitutivo de uma ou mais faculdades da natureza humana: “(1) um raciocínio a priori; (2) um raciocínio demonstrativo; (3) uma intuição imediata, e (4) um raciocínio factual ou provável”¹⁷³. Além disso,

¹⁷² “Reason and understanding as synonyms”; “reason as the achievement of truth or falsehood”; “reason as abstract reasoning, demonstrative reasoning, or demonstration”; “reason as probable reasoning, factual reasoning, or probability”; “reason as noninferential present awareness”; “reason as instinct; reason as inference, or as the psychological transition from one perception to another”; “reason as calm, reflective passion”.

¹⁷³ “(1) a priori reasoning; (2) demonstrative reasoning; (3) immediate intuition; and (4) probable or factual reasoning”.

Beauchamp diz que Hume descreve a razão como uma faculdade que simplifica princípios.

O que se estabelece para além da diversidade dos termos razão e entendimento é a relação que eles têm entre si e como fortalecem o conceito de hábito pela experiência.

Mas, então, qual o sentido universal que se poderia encontrar no hábito ou costume humeano, visto que esse conceito pertencente à natureza humana não é a razão última?

*“Ao empregar essa palavra [hábito], não pretendemos ter apresentado a razão última de tal propensa; apenas apontamos um princípio da natureza que é universalmente reconhecido e que é bem conhecido por seus efeitos”,
Investigação (5.5)¹⁷⁴.*

O que Hume estruturou foi a base do entendimento até onde se poderia ir com “sua conjectura mediante uma analogia entre o princípio postulado por sua teoria e uma propensão humana que

¹⁷⁴ “By employing that word, we pretend not to have given the ultimate reason of such a propensity. We only point out a principle of human nature, which is universally acknowledged, and which is well known by its effects.”

é facilmente e freqüentemente observada na vida comum”, de acordo com Monteiro (2009, p. 52-53).

É importante ainda ressaltar outro aspecto da teoria do conhecimento como discutida sob o aspecto da evidência que Hume apresentou. Trata-se da desconstrução do conceito cartesiano de verdade. O conhecimento pleno de certeza pode ser aceito na filosofia de Hume quando se invoca o poder explicativo e preditivo da inferência causal. Um tipo de raciocínio que estabelece razão, evidência suficientes para a vida.

“Numa palavra, a vida humana é mais governada pelo acaso do que pela razão, deve ser encarada mais como um enfado do que como uma ocupação séria, e é mais influenciada pelo temperamento de cada um do que por princípios de ordem geral. Devemos nos empenhar nela com paixão e ansiedade? Não é merecedora de tanta preocupação. Devemos ser indiferentes a tudo o que acontece? A nossa fleuma e falta de interesse far-nos-á perder todo o prazer do jogo. Enquanto especulamos a respeito da vida, a vida já passou. E a morte, embora talvez eles a recebam

de maneiras diferentes, trata do mesmo modo o tolo e o filósofo. Tentar reduzir a vida a uma regra e um método exactos é geralmente uma ocupação dolorosa ou infrutífera — e não é isto mais um prova de que superestimamos o prémio pelo qual lutamos? E mesmo especular tão cuidadosamente sobre ela, procurando estabelecer com rigor a sua justa idéia, equivaleria a superestima-la, se para certos temperamentos esta ocupação não fosse uma das mais divertidas a que é possível dedicar a vida”¹⁷⁵

¹⁷⁵ “In a word, human life is more governed by fortune than by reason; is to be regarded more as a dull pastime than as a serious occupation; and is more influenced by particular humour, than by general principles. Shall we engage ourselves in it with passion and anxiety? It is not worthy of so much concern. Shall we be indifferent about what happens? We lose all the pleasure of the game by our phlegm and carelessness. While we are reasoning concerning life, life is gone; and death, though perhaps they receive him differently, yet treats alike the fool and the philosopher. To reduce life to exact rule and method, is commonly a painful, oft a fruitless occupation: And is it not also a proof, that we overvalue the prize for which we contend? Even to reason so carefully concerning it, and to fix with accuracy its just idea, would be overvaluing it, were it not that, to some tempers, this occupation is one of the most amusing, in which life could possibly be employed.”

CONCLUSÃO

A filosofia cética de David Hume apresentada aqui teve uma interpretação distinta das usuais. Em parte isso se deve ao texto humeano que permite lê-lo com uma face menos dogmática e que, provavelmente, é mais fiel ao quadro que apresenta para sua filosofia. Se compreendida a epistemologia desse autor, encontra-se uma metodologia que buscou critérios racionais de outro modo. Um princípio interno, não observável, que caracteriza uma hipótese complexa, de caráter teórico, mas com referência na experiência. Ao exhibir o conceito de hábito Hume esteve à frente de seu tempo. Reuniu qualidades de racionalidade, objetividade e fertilidade em um conceito que o senso comum não conseguiu avaliar a real importância e, nem mesmo filósofos. Sabe-se que Locke não alcançou o sucesso de Hume ao tratar desse conceito.

O que Hume conseguiu conjugar de modo meritório foi visto como a qualidade metodológica tão

grande quanto a descoberta do conceito de hábito e exposição do tema da natureza humana que, aliás, já tinha tema inspirador da filosofia de Hobbes, sem o mesmo resultado de Hume. Essa exposição final enaltece o caráter metodológico do filósofo escocês, porque essa perspectiva de naturalização do conhecimento, que de fato fez sua teoria do conhecimento avançar até o século XX, rendeu-lhe os jubilosos títulos de filósofo da natureza humana, teórico da causalidade e, outros que erroneamente fazem-no ser protagonista. Hume como um associacionista, empirista, destruidor da indução, por exemplo, são alguns títulos pouco fiéis à filosofia dele.

Essa variedade de interpretações que foram concedidas ao pensamento filosófico de Hume equivale, certamente, aos vários temas que ele desenvolveu e foi interpretado de um modo ou de outro, como se pode notar, sem a justiça que seu texto merece. A correção cabe ao debate aberto, juntamente com a fidelidade textual. Nota-se que o problema, em geral, reside na ausência de um “método eminentemente filosófico: ele aborda uma doutrina conforme à intenção de seu autor e, até o fim, conserva, no

primeiro plano, o problema da verdade; em compensação, quando ele termina em crítica e em refutação, pode-se perguntar se mantém, até o fim, a exigência da compreensão”, como ensina Goldschmidt (1970, p. 139).

No caso de Hume, o rigor da leitura de suas doutrinas pode-se confundir pela dificuldade de “penetrar” a mente de um autor repleto de artifícios teóricos e explicativos. Torna-se fácil cometer um ou vários erros e, de modo oposto, difícil realizar acertos se não forem seguidos de uma leitura meticulosa das intenções do autor. A lição estruturalista indica a dificuldade e o cuidado a ser administrado na constante inclusão de “ismos” que são atribuídos ao autor aqui escolhido.

Após algum engano de interpretação acontecer, o retorno é demorado, pois se trata de restabelecer uma doutrina pode contaminar o corpo teórico e não ser a “voz” do autor. Nesse sentido que o alcance da discussão aqui proposta pode ser de pouca ambição, mas determina uma aceitação para aquilo que o autor disse sobre seu ceticismo, e dessa posição não mudou. O ceticismo moderado, mitigado, envolve uma metodologia que salienta o que há de melhor na

prática da dúvida: levanta a possibilidade para o conhecimento dinâmico, combativo e não especulativo. Isso está de acordo com a filosofia de Hume, e não aqui foi ultrapassado esse limite.

Outra questão aqui abordada, a metodologia, tentou acrescentar um esclarecimento quanto ao método de Hume fazer sua filosofia. O conceito de teoria e explicação precisa preparar o leitor por meio de analogias e descrições para uma composição de inúmeras aplicações que fazem parte da compreensão que Hume tem do entendimento humano. Se a inferência causal é o raciocínio mais confiável, na concepção de Hume, outras formas de explicar tomam um lugar de nível menos, porque não fazem parte “do guia da natureza humana”, que é o hábito. Porém, estimulam e ampliam a argumentação que o filósofo escocês revela para abordar seus problemas e obter suas soluções. A analogia, especialmente, tem um papel crucial nos *Diálogos* pra enfrentar o problema do “Argumento do Desígnio”, e estabelecer que não existe prova *a priori* e nem *a posteriori* para o argumento da existência de um Deus criador, como o cristianismo sempre acreditou.

O método científico que Hume se inspirou o fez duvidar sim, mas sem demasiada fuga da vida aplicada ao cotidiano. A recomendação que ele permite claramente buscar no seu texto, no *Tratado* (3.1.1) é a seguinte:

*“Quando saímos do nosso gabinete e nos entregamos aos negócios da vida comum, as suas conclusões parecem desvanecer-se como os fantasmas da noite ao nascer do dia; e é difícil conservarmos mesmo a convicção que com dificuldade tínhamos alcançado.”*¹⁷⁶

Somente com o ceticismo moderado essa postura é possível.

¹⁷⁶ “When we leave our closet, and engage in the common affairs of life, its conclusions seem to vanish, like the phantoms of the night on the appearance of the morning; and `tis difficult for us to retain even that conviction, which we had attain’d with difficulty.”

BIBLIOGRAFIA

AGAZZI, E. **Filosofia de la natureza**. México: Fondo de Cultura Econômica, 2000.

AGUIAR, T. **Causalidade e direção do tempo**. Belo Horizonte: Ufmg, 2008.

ALBIERI, S. “Milagres e leis da natureza em Peirce Hume”, in *Revista latino americana de filosofia*, vol. XXII, n. 2, 1996.

“Hume e Peirce acerca do Ceticismo Cartesiano”, *Kriterion*, Belo Horizonte, jul. - dez, n. 108, 2003.

ANGIONI, L. “O problema da compatibilidade entre a teoria da ciência e as ciências naturais em Aristóteles”, *Primeira Versão* 112, Campinas, IFCH/Unicamp, out., 2002.

ARISTÓTELES. **Topics. Books I and VIII**, (with excerpts from related texts / Aristotle), Trad. e comentários de Robin Smith, Oxford: Clarendon Press, 2003

ASSIS, A. K. T. **Mecânica relacional**. Campinas: Coleção CLE, 1998, Vol. 22.

AYER, A. J. **El problema del conocimiento**. 3 ed. Buenos Aires: Eudeba, 1985.

BACHA, M. L. **A teoria da investigação de C. S. Peirce**. São Paulo: Cena Un, 1998.

BATTISTI, C. A. **O método de análise em Descartes: da resolução de problemas à constituição do sistema do conhecimento**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

BARBEROUSSE, A. **A filosofia das ciências do século XX**. Trad. Alexandre Emílio. Lisboa Instituto: Piaget, 2001.

BEAUCHAMP, T. L. "Editor's introduction", in **An enquiry concerning human understanding**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

BOX, M. A. **The suasive art of David Hume**. Princeton: Princeton university press, 1990.

BUCKLE, S. **Hume's enlightenment tract**, London, Oxford Press, 2001.

BUENO, O. **O empirismo construtivo: uma reformulação e defesa**. Coleção CLE: Campinas, 1999.

BUNGE, M. **Causalidad**. Eudeba: Buenos Aires, terceira edição, 1972.

BURTT, E. **As Bases metafísicas da ciência moderna**. Trad. José V. Filho & Orlando A. Henriques. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 1983.

CARRILHO, M. "Inovação, abdução e problema", in **Ciência & Filosofia**, n.3, FFLCH, São Paulo, 1986.

CHIAPPIN, J.R.N. “Racionalidade, decisão, solução de problemas e o programa racionalista”, *Ciência & Filosofia*, n 5, FFLCH, São Paulo, 1996.

CHIBENI, S. S. **Aspectos da descrição física da realidade**. Coleção CLE: Campinas, 1997.

----- . “A fundamentação empírica das leis dinâmicas de Newton”, in *Rev. Bras. de Ensino de Física*, vol. 21, n. 1, março, 1999.

CLATTERBAUGH, K. **The causation debate in modern philosophy 1637-1739**. Routledge, 1999.

COELHO, L. **A ciência na idade média**. Guimarães Editores, Lisboa, 1988.

COHEN, I. B. & SMITH, G. E. **The Cambridge companion to Newton**. Cambridge: CUP, 2004, 2^a edição.

COLE, R. "Causality and sufficient reason", in *The Review of Metaphysics*, vol. XXVIII, n.1, set., Washington, 1974.

COSTA, M. "La inferencia causal no demostrativa y sus limites", in *Manuscrito*, vol. I, n. 2, abril, 1978, Campinas.

CRAIK, K. J.W. **The nature of explanation.** CUP, 1967.

CUMMINS, P. D. "Hume's disavowal of the *Treatise*", in *Philosophical Review*, jul. 1973, p. 371- 379.

DANCY, J. & SOSA, E (org.). **A companion to epistemology.** Oxford: Blackwell, 2000.

DUQUE, F. "Estudio preliminar", in **Tratado de la naturaleza humana.** Trad. Félix Duque. Madrid: Tecnos, 1998.

DUTRA, L. H. de A. **Introdução à teoria da ciência.** EDUFSC, Florianópolis, 1998.

EDMONDS, D e EIDINOW, J. **O atizador de Wittgenstein.** Trad. Pedro Jorgesen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

FOGELIN, R. J. "The tendency of Hume's skepticism", in **The skeptical tradition**, California Press, Los Angeles, 1983.

----- "A tendência do ceticismo de Hume", in *Sképsis*, ano 1, n. 1, 2007.

FORCE, J. E. "Hume's interest in Newton and science", in **Essays on the context, nature, and influence of Isaac Newton's theology**, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, 1990.

GAUKROGER, S. **Descartes: uma biografia intelectual.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

GHINS, M. **A Inércia e o espaço-tempo absoluto.**
Coleção CLE, Campinas, 1991, Vol.IX.

GOLDSCHMIDT, V. **A religião de Platão.** Trad. I & O.
Porchat Pereira. São Paulo, Difusão Européia do Livro,
1970.

GUIMARÃES, L. "O que é filosofia", in **O que é filosofia?**,
Dias, m. C. (org.), Ouro Preto: Instituto de
filosofia, artes e cultura, 1996.

----- "Hume naturalista", in **Filosofia
analítica, pragmatismo e ciência**, Margutti, P. (org.),
Belo Horizonte, UFMG, 1998.

GRANGER, G. G. **Essai d'une philosophie du style.**
Librairie Armand Colin: Paris, 1968.

----- **O Irracional.** Edunesp: trad. Álvaro
Lorencini, São Paulo, 1998.

HAACK, S. "Defending science - within reason, in
Principia, vol. 3, n. 2, dez., Florianópolis, 1999.

----- “O quebra-cabeça do ‘método científico’”,
in Principia, vol.1, n. 2, dez, trad. L. H. de A.
Dutra e C. A. Mortari, Florianópolis, 1997.

HAHN, H. et al. “A concepção científica do mundo”,
in Cad. de hist. e fil. da ciência, vol. 10, Campinas,
trad. Fernando Pio de Almeida Fleck, 1986.

HANKINSON, R. J. **Cause and explanation in ancient
greek thought.** Oxford: Clarendon Press, 1997.

HARMAN, G, “Inference to the best explanation”, in
Philosophical Review, vol. 74, 1965, p.88 e ss.

HARRÉ, R. **As filosofias da ciência.** Trad. Lígia
Guterres. Lisboa: Edições setenta, 1984.

HUME, D. “Carta de um cavalheiro a seu amigo em
Edimburgo”. In Manuscrito, XX (2), pp. 15-27, out.,
Campinas, trad. Plínio J. Smith, 1997.

----- . **Abstract in A Treatise of Human Nature**, ed. D.F.Norton/Mary J.Norton Oxford, University Press, 2000.

----- **An enquiry concerning human understanding**. Oxford University Press, 1999.

----- . **Tratado da natureza humana**. Trad. de Serafim da Silva. Prefácio e revisão técnica da tradução João Paulo Monteiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

----- **Tratados filosóficos I — Investigação sobre o entendimento humano**. Trad. e Introd. de João Paulo Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da moeda, 2002.

----- **A Treatise of human nature**. Oxford University Press, 2000.

----- . **Ensaios morais, políticos e literários**. Trad. João Paulo Monteiro, Sara Albieri e Pedro

Galvão. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2002.

----- . *New Letters of David Hume*. Edited by Raymond. Klibansky and Ernest Mossner. Oxford : Clarendon Press , 1954.

----- . *The Letters of David Hume*. Edited by J . Y . T . GREIG , Vol . I e II . Oxford: Clarendon Press , 1932.

IBRI, I. A. **Kósmos noetós**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

JONES, P. **Hume's sentiments**. Edinburgh University Press, Edimburgo, 1982.

JUTHE, A. "Argument by analogy", in *Argumentation*, n. 19, 2005.

----- **The reception of David Hume in Europe**. Thoemmes Continuum: Londres, 2005.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Fund. Calouste Gulbenkian: trad. Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão, terceira edição, Lisboa, 1994.

KNOWLES, D. (org). **Explanation and Its limits**. CUP, 1990.

LANDESMAN, C. **Ceticismo**. Edições Loyola: trad. C. C. Bartalotti, São Paulo, 2006.

LAUDAN, L. “Teorias do método científico de Platão a Mach”, in *Cad. de hist. e fil. da ciência*, série 3, vol. 10, n.2, jul.-dez. 2000, trad. Balthazar Barbosa Filho, CLE, Campinas.

LEISS, W. **The domination of nature**. McGill-Queen’s University Press: Canadá, 1994.

LEHRER, K. “Skepticism, fallibility and circularity”, in **Skeptics**, Ashgate: Burlington, 2003.

LIPTON, P. (org). **Theory, evidence and explanation.**
Darmouth, 1995.

----- **Inference to the best explanation.**
Routledge: Nova Iorque, segunda edição, 2004.

LIVINGSTON, D. W. **Philosophical melancholy and delirium.** Chicago: The university of Chicago press, 1998.

LOPARIC, Z. **Descartes heurístico.** IFCH/ UNICAMP, 1997.

MacINTYRE, A l a s d a i r . *Hume's on 'is' and 'ought'* . In **David Hume Critical Assessments – Vol IV**, ed . Stanley Tweyman . London: Routledge, 1995.

MADDEN, E.H. Scientific explanations, in *The Review of Methaphysics*, vol. XXVI, n.4, jun. 1973.

MARCOS, M. S. & EZCURRA, A. V. **El irracionalismo – Vol. I.** Editorial Sintesis: Madrid, 2000.

MERREL, F. “Abdução: uma razão sem “lógica”?”, in **Razão mínima**, L. P. Rouanet (org.), ed. Unimarco, São Paulo, 2004.

MIGUENS, S. **Racionalidade**. Porto: Campo das Letras, 2004.

MILL, J. S. **A system of logic ratiocinative and inductive** – being a connected view of the principles of evidence and the methods of scientific investigation, in **Collected works of John Stuart Mill**, Robinson, J. M. (ed.). Toronto: Routledge & Kegan Paul, 1974.

MISAK, C. (org.) **The Cambridge companion to Peirce**. Cambridge: CUP, 2004.

MONTEIRO, J. P. **Natureza, conhecimento e moral na filosofia de Hume**. Tese de livre - docência, FFLCH-USP. São Paulo, 1975.

----- . “Realismo e apreensibilidade”, in *Ciência & Filosofia*, n.5, FFLCH, São Paulo, 1996.

----- . **Novos estudos humeanos.** Discurso editorial: São Paulo, 2003.

----- . “Hume: três problemas centrais”, in *dois pontos*, n.2, vol. 1, jan./jun., Curitiba, 2005.

----- . “Mundo e causação”, in *Principia*, 11 (1), UFSC, Santa Catarina, 2007.

----- . **Hume e a epistemologia.** Edunesp: São Paulo, 2009. (1^a impressão brasileira).

MURACHO, F, Y. “A noção de analogia no *Timeu* de Platão e na tradução de Cícero”, in *Hypnos*, ano 9, n. 12, São Paulo, 2004.

MUSGRAVE, A. **Common sense, science and scepticism.** CUP, 1993.

MOURA, C. A. R. “D. Hume para além da epistemologia”, in *Discurso* (20), pp. 99-113, São Paulo, 1993.

_____, C. A. R. “Crítica humeana da razão”, in *Manuscrito XX* (2), pp. 145-167, out., Campinas, 1997.

NAGEL, E. **La estructura de la ciência**. Paidós: trad. Gregorio Klimovsky, Buenos Aires, 1968.

_____, E. et al (org.). **Observation and theory in science**. The Johns Hopkins Press: Londres, 1971.

NAGEL, T. **Visão a partir de lugar nenhum**. São Paulo: Martins fontes, 2004.

NI, PEIMIN. “Hume and the Definition of ‘Cause’ ”, Tese de Doutorado, Connecticut University, 1991.

NICOL. E. “Prólogo”, in **Diálogos sobre religión natural** (D. Hume), trad. Edmundo O’Gorman. México: Fondo de Cultura Econômica, 2005.

NORTON. D. F. **David Hume — Common-sense moralist, skeptical metaphysician.** Princeton: Princeton University Press, 1982.

----- (org.). **The Cambridge companion to Hume.** Cambridge: CUP, 1993.

NOXON, J. **Hume's philosophical development.** Londres: Oxford University Press, 1975.

OLIVEIRA, B. J. **Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia.** Belo Horizonte: UFMG, 2010, 2^a edição.

PATY, M. “A ciência e as idas e voltas do senso comum”, in *Scientiae & Studiae*, vol.1, n.1, jan-mar., 2003, USP, São Paulo.

----- “A gênese da causalidade física”, in *Scientiae & Studiae*, vol.2, n.1, jan-mar., 2004, USP, São Paulo.

PEIRCE, C. S. **Ilustrações da lógica da ciência.** Trad. R. R. Kinouchi. Aparecida: Idéias & letras, 2008.

----- **Semiótica.** Trad. J. T. C. Neto. São Paulo: Perspectiva, 2008, 4^a edição.

PELUSO, L. A. **A filosofia de Karl Popper.** Campinas: Papyrus, 1995.

POLANYI, M. **The tacit dimension.** Routledge and Kegan Paul: London, 1966.

POPKIN, R. **História do ceticismo de Erasmo a Spinoza.** Trad. Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica.** São Paulo: Cultrix, 1972.

----- **Conhecimento Objetivo.** Trad. Milton Amado. São Paulo: Itatiaia, 1975.

PRICE, J. V. **David Hume.** Nova Iorque: Twayne Publishers, 1968.

QUINTON, A. **Hume**. Trad. José Oscar A. Marques. São Paulo: Unesp, 1998.

RAPPAPORT, S. "Inference to the best explanations, is it really different from Mill's methods?", in *Philosophy of Science*, vol. 63, março, 1996.

RESCHER, N. **Scientific explanation**. Nova Iorque: The Free Press, 1970.

ROQUEPLO Ph. "Oito teses sobre o significado da ciência", in **A Crítica da ciência**, Jorge D. de Deus (org.), ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1974.

ROSENBERG, A. "Hume and the philosophy of science", in **The Cambridge companion to Hume**. Cambridge: CUP, 1993.

ROSSI, P. **A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da revolução científica**. Trad. A. Lorencini. São Paulo: Unesp, 1982.

RUBEN, D.-H. **Explaining explanation:** Routledge: 1992.

RULER, J.A. **The crisis of causality.** E.J. Brill, Leiden: Holanda, 1995.

RUIVO, M.C. “O iluminismo e a cultura científica”, in **Laboratório do mundo.** Imprensa Oficial, Pinacoteca, São Paulo, 2004.

RYAN, J. A. “The foundherentist View of justification by experience”, in *Principia*, vol.4, n.1, jun. 2000, Florianópolis.

SAIANI, C. **O Valor do conhecimento tácito.** Escrituras: São Paulo, 2004.

SALMON, W.C. **Scientific explanation and the causal structure of the world.** Princeton University Press: New Jersey, 1984.

SANTAELLA, L. **O método anticartesiano de C. S. Peirce.** Unesp: São Paulo, 2004.

SCHUSTER, F. G. **Explicación y predicción.** Buenos Aires: Clacso, 2005.

SIMON, S. (org). **Filosofia e conhecimento.** UnB: Brasília, 2003.

SMITH, G. E. “The methodology of the *Principia*”, in **The Cambridge companion to Newton.** Cambridge: CUP, 2004, 2ª edição.

SMITH, P. J. **O ceticismo de Hume.** São Paulo: Loyola, 1995.

SMART, J.J.C. **Entre ciencia y filosofia.** Editorial Tecnos: Madri, trad. M. E. G. Seijas, 1975.

SMITH, N. KEMP. “The Naturalism of D. Hume”, *Mind*, N° 14, 1905, *in* **DAVID HUME – critical**

assessments, ed. Stanley Tweyman, vol. III, London: Routledge, 1995

SMITH, N. K. **The philosophy of David Hume**. Londres Macmillan: 1964.

STRAWSON, P.F. **Análise e metafísica: Uma Introdução à Filosofia**. São Paulo: Discurso Editorial, 1992.

STROUD, S. **Hume**. Londres: Routledge, 1977.

THAGARD, P. R. "The best explanation: criteria for theory choice", in *The Journal of Philosophy*, vol. LXXV, n.1, jan. 1978.

TOULMIN, S. **Foresight and understanding: An enquiry into the aims of science**. Nova Iorque: Harper Torchbooks, 1961.

TURRÓ, S. **Descartes. Del hermetismo a la ciência**. Barcelona: Anthropos, 1985.

VAN FRAASSEN, B.C. **Introducción a la Filosofía del Tiempo y del Espacio.**: Barcelona: Labor, trad. Juan-Pedro A. Goicoechea, 1978.

----- **The Scientific image.** Oxford: Clarendon Press, 1980.

VEGETTI, M. **Los Orígenes de la racionalidad científica.** Ediciones Península: trad. Concha San-Valero, Barcelona, 1981.

ZIMMERMANN, F.M. de O. “Sobre o ceticismo acadêmico de Huet, Foucher e Hume”, in *Cadernos Espinosanos* XVII, vol. XVIII, 2008, São Paulo.

WATKINS, J. W. N. **Ciência e ceticismo.** Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1990.

WILSON, F. **Explanation, causation and deduction.** D. Reidel Publishing Company, 1985.

----- **Hume's defence of causal inference.** University of Toronto Press: Toronto, 1997.

WRIGHT, J. P. **The sceptical realism of David Hume**,
Minneapolis, University of Minnesota Press, 1983.

WOOD, P. "Science in the Scottish Enlightenment", in
The scottish enlightenment. Reino Unido: CUP, 2003.